

cadernos do

# terceiro mundo

**SOCIALISMO  
& DEMOCRACIA**  
A proposta de Khadafi

Dez/Jan - 1982 - Esc. 60\$00 - Kz 60,00 - MT 60,00 - PG 60,00 - CV 60,00 - Cr\$ 150,00 - Ano IV - nº 40

## AMÉRICA CENTRAL



COM  
O DEDO  
NO  
GATILHO

Manaus, Santarém, Rio Branco, Altamira, Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 170,00

A woman wearing a colorful headwrap and a white shawl is harvesting coffee beans in a plantation. She is holding a large woven basket. The background shows lush green coffee plants with ripe red cherries.

# ANGOLA

**Café de Angola**  
um  
gosto  
a  
liberdade

Ay. 4 de Fevereiro, nº 107 — Luanda • Telefone 73671/2/3 • Teleg. "INICAFE" • R.P.A.

## Ainda a América Central

As reações internacionais contrárias à intervenção norte-americana em Cuba, El Salvador, Granada e Nicarágua estão detendo o agravamento da situação. Mas esse não é o único fator que conta no bloqueio à aventura belicista dos Estados Unidos. O mais importante, sem dúvida é a decisão dos povos ameaçados de vender caro a sua independência e a sua paz. Os artigos que aparecem nesta edição — entrevista com o dirigente sandinista Sergio Ramirez, o estado de espírito dos combatentes de El Salvador, refletido na reportagem de Richard Beer, que acaba de visitar zonas libertadas desse país, a análise de Luis Maira, o relato que Arqueles Morales nos envia de Manágua — dão uma idéia do grau de mobilização popular à espera da agressão. Civis e militares se irmanam na mesma luta, de dedo no gatilho, seguros de que qualquer agressão externa não será um passeio, mas um holocausto para os seus executantes.

No número 35, publicamos um suplemento sobre a República Saaraui e o seu movimento de libertação, a Frente Polisario. Hoje, oferecemos aos nossos leitores uma matéria especial sobre a ideologia da revolução líbia, com um debate realizado em Caracas em torno do "Livro Verde" do coronel Khadafi. Para aceitar ou discordar das teses de Khadafi, é essencial conhecê-las, sobretudo quando a análise do seu pensamento passa pelo crivo de uma ampla discussão ideológica como a que acaba de se verificar no seminário da Venezuela. O próximo especial da revista será sobre a Amazônia peruana, um complemento indispensável do que aqui se publicou (ver nº 36) e que alcançou tanta repercussão.

A concentração de páginas voltadas para esses temas centrais não impediram que estivéssemos presentes em outros momentos importantes da situação internacional, como a conferência pan-árabe do Marrocos, a crise na Argentina, a situação na Namíbia, a luta de libertação de Omã, as eleições na Tunísia, etc.

### Igreja

Desde o nº 24 da revista, que tenho acompanhado com atenção as notas publicadas sobre o profícuo trabalho da Igreja junto às classes mais desfavorecidas, sintonizada com o sentido de justiça social das palavras de Cristo. Gostaria que publicassem um profundo artigo sobre o trabalho da Igreja na América Latina e também na África. **Marcelo E. Martins, Ribeirão Preto, Brasil.**

### Kissinger

O "Doutor Strangelove" continua, hoje sub-repticiamente, a fazer a política dos "falcões" de Washington. O "Livro Negro" da História reserva-lhe muitas páginas. **José Augusto P. da Mota, Lisboa, Portugal.**

### Proálcool

A alternativa encontrada pelos brasileiros merece um estudo especial. Não são raros os países do Terceiro Mundo que dependem totalmente do petróleo para o desenvolvimento de suas economias; e a cana-de-açúcar, creio, seria de fácil cultivo em muitos países africanos e latino-americanos. Sugerimos um dossiê sobre o Proálcool, que sabemos é o grande responsável pelo projeto energético alternativo no Brasil. **José M. Menestrel, Quito, Equador.**

### País esquecido

(...) E constatamos que o Paraguai é o "país esquecido" pela revista, de toda a América Latina. Não fosse a morte do ex-ditador Somoza, em boa hora justificado, e continuaríamos desaparecidos do mapa da imprensa internacional. Tenham sempre

em vossas memórias que vivemos a mais longa e tenebrosa ditadura do continente, e que os democratas paraguaios, apesar da brutal repressão, continuam sua luta. **P. P. e J. P., Assunção, Paraguai.**

### Irmãos angolanos

(...) Escrevemos com bastante antecedência para que os irmãos angolanos recebam na época devida os nossos parabéns pelo aniversário da independência do país. Formamos um grupo de estudantes interessados no futuro do jovem Estado africano, principalmente agora, quando Angola é mais uma vez vítima de declarada invasão sul-africana. A luta continua! **Jerônimo, Carlito e Susana, São Paulo, Brasil.**

### São Tomé e Príncipe

(...) A mim coube fazer um trabalho sobre São Tomé e Príncipe. Não fosse o guia (do ano passado) emprestado por um amigo, e não sei como poderia ter-me saído. O guia 82 traz mais dados, mas fiquei interessada pelo jovem país e gostaria de ver nas páginas da revista uma boa reportagem sobre o seu presente e perspectivas de futuro. **Valéria T. Campos, Brasília, Brasil.**

### PAIGC

Segundo informações que tenho, o PAIGC só existe atualmente em Guiné-Bissau, pois em Cabo Verde o partido passou a chamar-se PAICV (Partido Africano para a Independência de Cabo Verde). Quais as razões dessa separação? Existe algum número anterior da revista que traga essa explicação? Como descendente de escravos guineenses, sinto-me

especialmente atraído pelo país de meus ancestrais. **Jorge Boduque, Salvador, Brasil.**

### Concursos

Lendo a revista, sentimos a natural curiosidade de conhecer outros países do Terceiro Mundo ou do mundo socialista. E sinto também a falta de uma maior participação dos leitores, interessados diretos no aprimoramento de suas formações políticas. Por que não criam concursos, com o envio de monografias, poesias ou mesmo de material jornalístico, que dêem aos vencedores como prêmios as viagens que todos queremos fazer? Os próprios países escolhidos como tema estariam interessados em colaborar com a revista. **Chris Magullies, Berna, Suíça.**

### Leite materno

Excelente o trabalho que li publicado na revista sobre o leite materno. O assunto tem tal importância para os países subdesenvolvidos, que seus governos deveriam fazer, todos os anos, campanhas nesse sentido, fugindo à sanha da *Nestlé* e de outras transnacionais congêneres. **Juan Talavera, Manágua, Nicarágua.**

### Câmara Municipal de Santos

Levo ao conhecimento de Vs. Exas. que este Legislativo aprovou, em sessão de 5 do corrente, requerimento de autoria do vereador sr. Moacir de Oliveira, no sentido de parabenizar Vs. Exas. pela brilhante reportagem sobre a Amazônia, publicada na edição do mês de agosto de "cadernos do terceiro mundo" Dr. Oswaldo Carvalho de Rosis, Presidente da Câmara Municipal de Santos, Brasil.

*Nesta edição*

**5 Editorial:** Depois de Cancún

---

***Matéria de capa:*** América Central

---

- 8 Com o dedo no gatilho
- 9 Nicarágua: A estratégia da resistência, *Arqueles Morales*  
A crise da burguesia,  
entrevista de Sergio Ramirez a Paulo Cannabrava
- 15 El Salvador: Com a guerrilha nas áreas libertadas, *Richard Beer*  
Por que a América Central?, *Luis Maira*  
Em armas pela democracia, *Edelberto Torres Rivas*
- 28 Panamá: Um passo no caminho da unidade, *Rafael Cribari*

***América Latina***

---

- 30 Argentina: O fantasma da fome no país da fartura, *María Gobelli*

***África***

---

- 34 Namíbia: Impasse obriga Ocidente a abrir o jogo, *Carlos Castilho*  
Nas zonas controladas pela Swapo, *David McGloin*  
O projeto Reagan-Botha, documento confidencial
- 40 Lesoto: Tentando romper o cerco dos boers, *Etevaldo Hipólito*

***Ásia***

---

- 43 Omã: A autocrítica dos guerrilheiros, *Beatriz Bissio*
- 50 Bangladesh: A incógnita Sattar, *C. M. Menon*

***Mundo Árabe***

---

- 51 Tunísia: A abertura fracassada, *Said Madani*
- 53 Liga Árabe: A paz saudita em suspenso, *Agustín Castaño*

***Cultura***

---

- 56 Moçambique usa co-produção para formar cineastas

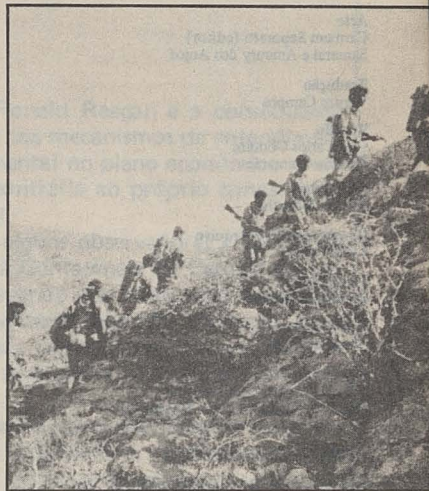
**59 *Panorama Tricontinental***

---

***Especial:***

---

- 65 Socialismo e Democracia, uma análise do "Livro Verde"



*A Frente de Liberação de Omã*



*Os guerrilheiros da Swapo*

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Editor Geral  
Neiva Moreira

Editores Associados  
Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional  
Darcy Ribeiro - Juan Somavía  
Henry Pease García  
Aquino de Bragança  
Wilfred Burchett

Revista Mensal  
nº 40  
dez/jan - 1982  
Preço de capa: Cr\$ 150,00  
Números atrasados: Cr\$ 150,00

● **Edições em português**

**BRASIL**

Diretor e Editor  
Neiva Moreira

Diretor Administrativo  
Altair Campos

Secretário de Redação  
Carlos Castilho

Representantes  
Clóvis Sena (Brasília)  
Paulo Cannabrava Filho (São Paulo)  
Caixa Postal 60.086 - CEP 05.033

Arte  
Carmem Saporetto (editor)  
Samaral e Amaury dos Anjos

Tradução  
Vanize Campos

Revisão  
José Carlos Gondim  
Cláudia Guimarães

Assinaturas  
Marília Mourthé

Documentação e Arquivo  
Lídia Freitas

Composição  
Ronaldo Fonseca

Distribuição  
Homero Souza

Fotolito  
Colorrio Stúdio Gráfico Ltda  
Rua 2 de Fevereiro, 33 - Encantado

editora terceiro mundo Ltda.  
Rua da Glória, 122 - grupo 105/106  
Tel.: 242-1957

CEP 20.241 - Rio de Janeiro - RJ  
Registro na Junta Comercial do Estado  
do Rio de Janeiro nº 33.200.306.291  
C. G. C. (MF) nº 30.876.783/0001-32  
Inscrição Estadual nº 81.341.400  
Registro no INPI nº 013.539  
Registro no SCDP/SR/DPF  
nº 2.195 - P. 209/73

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas APSI (Chile), África (Espanha), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), e com o jornal Daily News de Dar-es-Salaam (Tanzânia).

Circulação em 68 países

Alemanha Ocidental - Angola - Argélia - Argentina - Austrália - Áustria - Bangladesh - Belize - Bélgica  
Bolívia - Brasil - Cabo Verde - Canadá - Checoslováquia - Chile - Colômbia - Costa Rica - Cuba  
Dinamarca - El Salvador - Equador - Espanha - Estados Unidos - Etiópia - Finlândia - França  
Grã-Bretanha - Guiana - Guiné-Bissau - Honduras - Iêmen Democrático - Índia - Indonésia - Irã - Iraque  
Iugoslávia - Jamaica - Japão - Kuwait - Líbano - México - Moçambique - Nicarágua - Nigéria - Panamá  
Paraguai - Peru - Portugal - Porto Rico - Quênia - República Dominicana - Saara - São Tomé e Príncipe  
Seychelles - Sri Lanka - Suécia - Suíça - Suriname - Santa Luzia - Tailândia - Trindade-Tobago -  
Uruguai - União Soviética - Venezuela - Vietnã - Zâmbia - Zimbábue.

ANGOLA - CABO VERDE  
GUINÉ-BISSAU - MOÇAMBIQUE  
PORTUGAL e SÃO TOMÉ e PRÍNCIPE

Editor  
Altair L. Campos

Redação  
Baptista da Silva  
Carlos Pinto Santos

tricontinental editora Ltda.  
Calçada do Combro, 10/19  
telefone: 32 06 50 - Lisboa - 1200

Birô Africano  
Angola  
Eduardo Segui - Luis Henrique  
Caixa Postal 3.593 - Luanda  
Moçambique  
Etevaldo Hipólito - João Escadinha  
Rua da Kongwa, 153 - Maputo

● **Edições em espanhol**

MÉXICO - AMÉRICA CENTRAL  
AMÉRICA DO NORTE e CARIBE

Editor  
Roberto Remo

Gerente Geral  
Gerônimo Cardoso

editora periodistas del tercer mundo a. c.  
calle California, 98A - Coyacán  
México, 21 DF - telefone: 689-1740  
Correspondência: Apartado Postal, 20 572  
México, 20, DF

BOLÍVIA - CHILE - COLÔMBIA  
EQUADOR - PERU - VENEZUELA

(Edição Andina)  
Publicada por DESCO: Centro de Estudios y  
Promoción del Desarrollo  
Avenida Salaverry, 1945  
Lima, 14 Peru - Teléfono. 724-712

● **Edições em inglês**

ESTADOS UNIDOS - CANADA  
EUROPA e PAÍSES DE LÍNGUA  
INGLESA NO TERCEIRO MUNDO

Editor  
Fernando Molina

Editor Consultivo  
Cedric Belfrage

Apartado Postal, 20.572 - México, DF.

**DISTRIBUIDORES**

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Avenida Luis de Camões, 111, Luanda. BE: LIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLI: VIA: Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. BRASIL: Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907 - Rio de Janeiro. CANADÁ: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloo St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 No. 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205. Quito Ed. Jararillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114th St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center, 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÃ BRETA-NHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura. HOLANDA: Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdam. HONDURAS: Librería Universitaria "José Trinidad Reyes", Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITÁLIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Uscita, Bianchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humboldt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 librerías em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Casas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMÁ: Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. PERU: Distribuidora Runamarca, Camaná 878, Lima 1. PORTUGAL: Dijournal, Rua Joaquim António de Aguiar 66, Lisboa. PORTO RICO: Librerías La Tertulia, Amalia Marín Esq. Ave González, Río Piedras - Pensamiento Crítico, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Río Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ e PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wenngren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoa a Pte. Brion, Caracas.

## Depois de Cancún

Os muitos e contraditórios juízos feitos sobre os resultados da reunião de cúpula de Cancún (22 e 23 de outubro passado) compuseram um conjunto de opiniões de difícil avaliação para os observadores não especializados. Em função disso, passado o encontro e quando são dados na Assembléia das Nações Unidas os passos preliminares tendentes a concretizar as diretivas de Cancún, convém que seja feito um balanço perspectivo.

O primeiro dos aspectos positivos foi conseguido no momento em que se aprovou a realização desta Conferência de Chefes de Estado sobre Cooperação e Desenvolvimento, título oficial que foi substituído pelo nome do belo balneário mexicano do mar do Caribe, onde foi realizada.

Procurava-se reatar o diálogo Norte-Sul, isto é, as negociações em torno das reformas e correções da atual ordem econômica internacional entre o Terceiro Mundo e as potências ocidentais. A Conferência de Paris, realizada em 1977, resultou em fracasso, devido à intransigência de parte das nações industrializadas, encabeçadas pelos Estados Unidos.

A reunião de Cancún propunha relançar o diálogo, não obstante a existência de condições internacionais ainda menos favoráveis do que as existentes antes da reunião de Paris. A longa recessão nos países industrializados e, portanto, uma menor inclinação de seus dirigentes em assumir compromissos em matéria de cooperação foi um dos indicadores negativos. Outro, foi a filosofia ultraliberal dominante nos Estados Unidos sob a

presidência de Ronald Reagan e a consequente ideologia adversa aos mecanismos de entendimento intergovernamental no plano econômico e, em última análise, contrária ao próprio conceito do diálogo Norte-Sul.

Apesar disto, alguns observadores e delegados concluíram que a Conferência de Cancún foi um êxito relativo, levando em conta que a reunião acabou sendo realizada, que não terminou num declarado fracasso como aconteceu em Paris, e que ela deixou uma porta aberta para entendimentos futuros.

Mas os resultados concretos ficaram longe de atingir não só as expectativas, como ficaram distantes da própria natureza da convocatória.

As negociações globais constituíam o eixo desta conferência. Já que cada um dos temas compreendidos no diálogo Norte-Sul — alimentação, energia, financiamento, comércio etc — não pode ser encarado de modo isolado, mas como parte do conjunto das relações econômicas mundiais, o ponto de partida deveria ser uma série de negociações globais que definissem o marco de referência para as discussões setoriais posteriores.

Foi por essa razão que foi eleita a Assembléia das Nações Unidas como o foro apropriado para o debate preliminar. E, em 1979, a Assembléia aprovou a resolução 34/318, na qual ficou decidida, precisamente, a realização de um conjunto de negociações globais.

Foi um acordo de princípios adotado unanimemente, inclusive com o voto dos Estados Uni-

dos. Mas no ano seguinte, quando as negociações deveriam ser concretizadas, um grupo de nações industrializadas — Estados Unidos, Grã-Bretanha e Alemanha Federal — questionaram a Assembléia-Geral como foro privilegiado das negociações. Segundo esses países, os assuntos econômicos deveriam ser considerados somente no âmbito das agências econômicas especializadas, ou seja, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Acordo Geral sobre Comércio e Tarifas (GATT).

As nações do Terceiro Mundo foram contra essa posição, já que aquelas agências são regidas pelo sistema de voto qualificado, isto é, os membros que a compõem têm um controle proporcional a suas contribuições econômicas e estão por essa razão sob o domínio das potências ocidentais. Deixar nas mãos dessas agências os temas do diálogo Norte-Sul equivaleria a colocá-los sob o direito de veto das potências capitalistas. Na Assembléia-Geral, ao contrário, cada um dos 157 membros tem igualdade de voto.

As nações do Terceiro Mundo opuseram-se à transferência de jurisdições. Através do Grupo dos 77, propuseram um compromisso a seus interlocutores ricos: as negociações específicas seriam desenvolvidas nos diversos organismos das Nações Unidas e depois remetidas à Assembléia-Geral. A esta competiria a incorporação dos acordos setoriais prévios, dentro de um conjunto coerente e interdependente, e também a sua aprovação final.

Mas nem mesmo esta postura flexível solucionaria o impasse. Os Estados Unidos e seus aliados argumentaram que um organismo como o Fundo Monetário Internacional é autônomo e por isso suas decisões não poderiam estar sujeitas a apelações. As negociações globais ficaram então estagnadas.

Um precedente posterior foi a reunião de cúpula das maiores potências ocidentais, realizada em Otava, no Canadá, em julho deste ano. Ao se referirem às negociações globais, as grandes potências ocidentais manifestaram-se "dispostas a participar nos preparativos para um processo mutuamente aceitável, em circunstâncias que ofereçam a perspectiva de um avanço significativo". Esta declaração foi considerada favorável, embora ambígua, pois não superava a divergência principal, ainda que expressasse uma vontade de entendimento.

Antes de Cancún, registrar-se-ia outra novidade. Durante a última reunião da Comunidade Britânica, a primeira-ministra da Grã-Bretanha, Margaret Thatcher, que havia apoiado as teses duras dos Estados Unidos, foi pressionada e persuadida por seus associados a mudar de posição e a apoiar o conceito de negociações globais sustentado pelo Terceiro Mundo. E nesse ponto capital o presidente Reagan ficaria, assim, isolado.

Produziu-se, portanto, uma divisão no Norte. Enquanto algumas potências, como a França, aproximavam-se do Terceiro Mundo, realçando suas diferenças com os Estados Unidos, o Sul apresentava uma frente unida.

Mas nem estando isolado Reagan deixou de insistir. Indicou na sua intervenção que seu governo tomaria parte nas negociações globais, caso fossem acatadas quatro condições: a principal delas era, claro, a atribuição dos assuntos do diálogo Norte-Sul às agências econômicas "ficando entendido que as decisões adotadas serão inapeláveis". Ouvidas as palavras do mandatário norte-americano, muitos interpretaram que a conferência havia fracassado naquele instante.

Mas Reagan encontrava-se completamente só nessa posição. Embora com diferentes matizes, os



dirigentes das demais potências industrializadas eram partidários de uma negociação. Se fracassasse essa excepcional oportunidade, na qual 22 chefes de Estado ou de governo (e os representantes daqueles, impossibilitados de assisti-la) se reuniram para encontrar remédios para as dificuldades econômicas do mundo e para flagelos como a fome, a intransigência de Reagan seria vista como a única responsável.

Esta incômoda situação, assim como a mediação dos presidentes da conferência, o presidente mexicano José López Portillo e o primeiro-ministro canadense Pierre Trudeau, conseguiram que fosse aprovada uma fórmula de compromisso: as negociações voltariam a ser consideradas na Assembléia-Geral, onde seriam discutidas a natureza das mesmas, as questões de procedimento e a agenda.

Cancún teria sido um êxito se se tivesse chegado a delinear uma fórmula aceitável para todas as partes, através da qual tivesse sido dado à Assembléia-Geral um mandato preciso para iniciar negociações globais. Em vez disso, esse assunto crucial voltou para a Assembléia-Geral realimentando uma discussão inconclusiva, que tem um respaldo mais aparente do que real, e, em todo caso, ambíguo.

Seria exagerado afirmar que o encontro de Cancún fracassou. Mas nele muito pouco ou quase nada se avançou sobre o tema central da reunião. O mesmo aconteceu com outros pontos. Em relação à criação de um departamento de energia dentro do Banco Mundial, a também solitária posição de Reagan paralisou o projeto. E nada foi decidido sobre os programas de emergência, uma matéria de caráter urgente.

Foi revelador o que aconteceu quando tentou-se dar o passo seguinte a Cancún. Na primeira se-

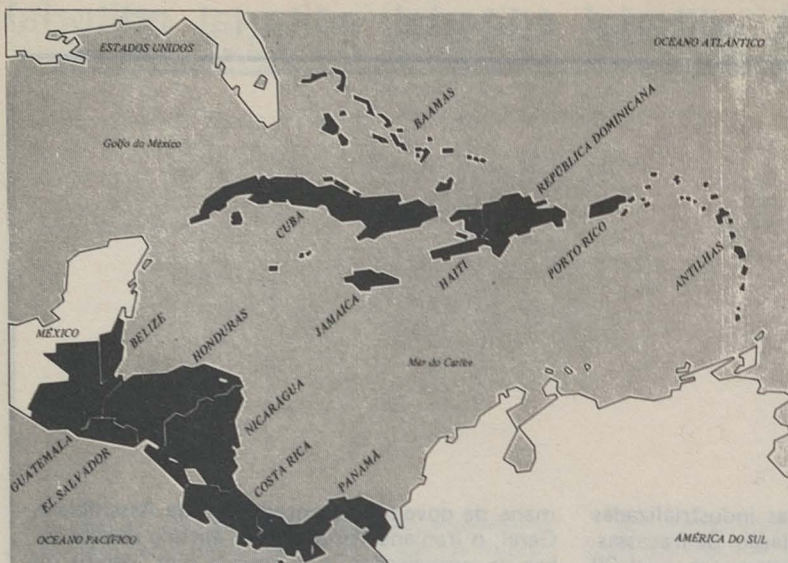
mana de novembro, o presidente da Assembléia-Geral, o iraniano Ismat Kitani, abriu o debate sobre as negociações. Em poucos dias, depois de discussões infrutíferas, viu-se obrigado a suspendê-las. Não se havia avançado em nada e, ao contrário, corria-se o risco de um impasse devido à negativa norte-americana de harmonizar seus pontos de vista com a maioria.

Prudentemente, o presidente Kitani abriu um intervalo no qual "as partes interessadas" realizariam consultas privadas. Um mês depois de Cancún, ninguém estava em condições de saber se finalmente seria conseguido um consenso nas questões de procedimento. Mas essas somente poderiam se constituir num primeiro passo. E mesmo se este fosse dado, o desacordo poderia voltar a aparecer na fase seguinte de negociações.

É um fato a não existência de vontade política para enfrentar os grandes assuntos compreendidos no diálogo Norte-Sul, já que os Estados Unidos e alguns de seus aliados são refratários à discussão de uma reforma do ordenamento econômico internacional.

Esta é a razão pela qual gastaram-se tantos anos em discussões nas quais ganham tempo aqueles que não têm pressa: os países ricos. E perdem tempo os que têm urgência em encontrar saídas para a miséria e o atraso. Entretanto, a tese de acordo entre as potências capitalistas e o Terceiro Mundo para solucionar esses problemas dramáticos perde sua credibilidade.

Qual seria sua alternativa? Provavelmente um horizonte de insurreições e de explosões de violência pressionadas pelo desespero. O agravamento das contradições Norte-Sul acentuaria a seu nível máximo as contradições Leste-Oeste. E a preservação da paz seria impossível.



## AMÉRICA CENTRAL:

# Com o dedo no gatilho

O vulcânico istmo centro-americano vive hoje com o dedo no gatilho, em vigília militante e insurgência revolucionária, que forças externas ameaçam converter em guerra generalizada.

A irrupção dessa região no primeiro plano da geopolítica mundial não parece justificada — como, por exemplo, ocorre no Oriente Médio — por razões econômicas. Com efeito, o total de investimentos norte-americanos na América Central é estimado em 980 milhões de dólares (ou seja, 0,6% do investimento direto total dos Estados Unidos no mundo).

Os países centro-americanos não têm riquezas minerais vitais para a economia norte-americana e o total de seu comércio com os Estados Unidos representa apenas um por cento do intercâmbio externo da grande potência.

Mas, na ótica maniqueísta da Casa Branca, toda ameaça ao status-quo é vista como resultado do “expansionismo soviético”, avaliado como um perigo para a segurança nacional dos Estados Unidos e, portanto, ferozmente combatido.

Washington não se dignou a responder ao desafio de Fidel Castro, exigindo provas da suposta intervenção cubana em El Salvador, mas o Pentágono continua elaborando planos de ação militar contra a ilha rebelde, que vão desde o reforço do bloqueio à invasão. A Nicarágua enfrenta ameaças semelhantes e o México — escudo da América Latina, como uma vez o qualificou o jornalista uruguaí Carlos Quijano — disse claramente que sentiria essas agressões contra os países irmãos, como dirigidas contra si próprio. Uma atitude sábia, além de digna, já que os mexicanos não podem deixar de se preocupar com a atitude agressiva dos militares

guatemaltecos, que estão se armando até os dentes em sua fronteira sul, a poucos quilômetros das reservas aztecas de petróleo. Belize, recém-independente, também é vítima potencial dessa arrogância agressiva, que não poderia ser assim se não acreditasse contar com aliados incondicionais na capital do império.

A estratégia do “triângulo de ferro” é também uma ameaça para a incipiente democratização de Honduras, onde o doutor Roberto Suazo Córdoba — primeiro presidente constitucional em dez anos — ainda deve demonstrar se tem vontade (ou capacidade) de controlar a cumplicidade das forças armadas hondurenhas com os responsáveis pela morte de 80 mil salvadorenhas nos últimos dois anos.

O Panamá, sem Torrijos, enfrenta a desestabilização de suas conquistas democráticas e a virtual agressão sugerida pelo não-cumprimento dos tratados que o general nacionalista assinara com o presidente Carter para a devolução do Canal antes do fim deste século.

A Costa Rica, onde desde 1949 está constitucionalmente proibido organizar um exército, também não escapa das tensões regionais, com a crise econômica galopante exigindo um novo pacto social, com maior participação popular, sob pena de as eleições de 1982 encontrarem o país num clima de violência.

A partir de diferentes enfoques, que vão desde a entrevista até o testemunho pessoal, passando pelo estudo sociológico e pela análise de como se mexem em Washington os fios da intervenção, este número apresenta várias chaves para se entender porque na América Central os dedos estão no gatilho. E as armas, carregadas.



## A estratégia da resistência

Usando paciência, flexibilidade e a mobilização, o governo sandinista se prepara para enfrentar um eventual ataque externo

Arqueles Morales\*

**D**e todas as acusações feitas pelo general-diplomata Alexander Haig contra a Nicarágua nos últimos tempos, uma é verdadeira: o país está armado e se preparando para a guerra.

Após duas décadas de luta armada, que deixaram um saldo de 50 mil mortos, 80 mil feridos e destruída a maior parte da infra-estrutura econômica, os nicaraguenses preferiram destinar todos os seus esforços para a reconstrução nacional. Mas os dirigentes sandinistas seriam acusados de ingênuos e inocentes se ignorassem os perigos de guerra, que, a contragosto, voltam a pairar novamente sobre a Nicarágua.

Primeiro foram as ameaças veladas, logo depois foram suspensos empréstimos já concedidos, como os famosos 75 milhões de dólares, que foram objeto de longas discussões no Congresso norte-americano. Mais tarde foram os créditos para a compra de trigo, seguido de um bloqueio comercial não declarado. Nos últimos meses, porta-vozes oficiais da administração Reagan deixaram claro, sem a menor dúvida, que a intenção da Casa Branca é destruir o processo revolucionário sandinista.

Para o secretário de Estado Alexander Haig, o problema é como intervir na Nicarágua sem que esta ação seja repudiada pelo resto do mundo. Emissários de Washington viajaram pela Europa e América Latina procurando, através de pressões e ameaças, um consenso internacional para algum tipo de ação militar. O resultado foi frustrante. Na América Latina apenas o Chile, Uruguai e Bolívia

\* Correspondente dos "cadernos do terceiro mundo" em Manágua

mostraram algum entusiasmo diante da hipótese de uma intervenção através de uma "Força Interamericana de Paz", semelhante à que invadiu a República Dominicana em 1965. O general Leopoldo Gualtieri, o homem-forte do Exército argentino, também teria simpatizado com a idéia. Os exércitos da Guatemala e El Salvador participariam de qualquer ação contra os sandinistas, mas teriam muitas dificuldades para neutralizar os movimentos revolucionários dentro de suas próprias fronteiras.

### Cabeça fria

O que espanta os observadores internacionais na Nicarágua, é a falta de dramaticidade com que os habitantes encaram a eventualidade de uma nova guerra, que seria ainda mais devastadora do que o terremoto de 1972, ou do que a ofensiva anti-Somoza de 1979. Nem os discursos dos nove Comandantes da Revolução e nem a simples conversa com o homem da rua revelam expressões patéticas ou alarmistas. O povo parece consciente de que o destino do povo nicaraguense está ligado à luta contra a agressão. Pouca gente mostra medo.

Apesar disso, a eventualidade de um conflito é encarada com seriedade. A Frente Sandinista e o Governo de Reconstrução intensificaram a transformação das unidades guerrilheiras em efetivos de um exército regular moderno. Os esforços neste sentido não são secretos. "Defender-nos é cumprir um dever", afirmou no começo de dezembro o comandante Daniel Ortega, coordenador da Junta de Governo.

Desde a segunda quinzena de novembro, os comandantes Humberto Ortega e Tomás Borge, respectivamente ministros da Defesa e do Interior, realizam inspeções nas diversas unidades militares do país, consideradas de importância estratégica. Os comunicados sempre expressam que elas estão preparadas e "com capacidade de responder às exigências".

### Os filhos de Sandino

Durante toda a sua história, a Nicarágua teve que enfrentar invasões estrangeiras, como a inglesa, durante o século XIX, e a norte-americana, desde o começo do século atual. "Temos que levar a sério as ameaças de agressão dos Estados Unidos, porque os precedentes históricos são muitos", disse Daniel Ortega, no dia 4 de dezembro, ao encerrar o segundo período de sessões do Conselho de Estado, órgão de assessoramento legislativo do governo.

A revolução nicaraguense se considera continuadora da luta de Augusto Sandino, o general camponês, que à frente de um "exército louco" enfrentou os *marines* norte-americanos nas montanhas da

Nicarágua e só depôs as armas quando o último soldado estrangeiro abandonou o país. Um confronto com a maior potência do mundo capitalista seria para os nicaraguenses apenas a continuação de uma velha luta de resistência, "embora em melhores condições", como acrescentou Daniel Ortega.

Enquanto o Pentágono analisa as opções, que vão desde a intervenção regional promovida por Alexander Haig, até o bloqueio defendido por Edwin Meese, assessor de Reagan, dentro da Nicarágua as ameaças externas geraram uma reação oposta.

As Milícias Populares Sandinistas, uma força paramilitar voluntária formada por homens e mulheres, cresce a cada dia. Seu treinamento militar já se incorporou ao cotidiano da maioria dos operários de Manágua e outras cidades. A cada semana, partem em direção a diversas regiões do país novos batalhões de milicianos que receberão treinamento intensivo. Profissionais, burocratas, estudantes e também trabalhadores aceitaram a convocação. Os batalhões femininos deixaram de ser novidade, pois as mulheres já partem para as montanhas deixando os filhos aos cuidados dos maridos. Aqueles que há um ano achavam que as Milícias eram desnecessárias, são agora obrigados a rever suas posições.

### A raiva do povo

A primeira reação da maioria dos habitantes foi de irritação diante do aumento das ameaças externas. Elas significaram um acréscimo de tarefas, porque além do trabalho da reconstrução econômica, os nicaraguenses têm agora que se preparar também para a defesa nacional.

A nova situação gerou também enormes problemas para as forças de direita, que procuram uma condenação do sandinismo usando métodos que se autoproclamam "democráticos". Na verdade, os grupos conservadores tiveram que se despir politicamente: "Ou se é patriota e condena-se a ameaça de intervenção, ou passa-se a fazer parte desta mesma intervenção".

A agressividade de Reagan e seu grupo de assessores colocou também a direita nicaraguense numa difícil situação diante de Washington. Ela preferiu adotar uma atitude prudente, mostrando distância em relação ao projeto intervencionista militar, para não se incompatibilizar definitivamente com a opinião pública de um país cuja história está profundamente marcada pela agressão estrangeira.

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) aproveitou a conjuntura favorável para propor uma escolha entre "a Pátria ou contra a Pátria". Este não é um enunciado simplista, quando se leva em conta que os grupos contra-revolucionários têm um papel importante na tentativa de de-

sestabilizar o país, mesmo que até agora não tenham sido cumpridas as ameaças militares de Alexander Haig.

Nos últimos meses foram mortos em combates quase 100 ex-membros da Guarda Nacional de Somoza, que voltaram clandestinamente à Nicarágua, partindo de bases em Honduras. Não é segredo que muitos desses grupos contra-revolucionários recebem treinamento na Flórida e armamentos do Exército norte-americano.

### A outra face da guerra

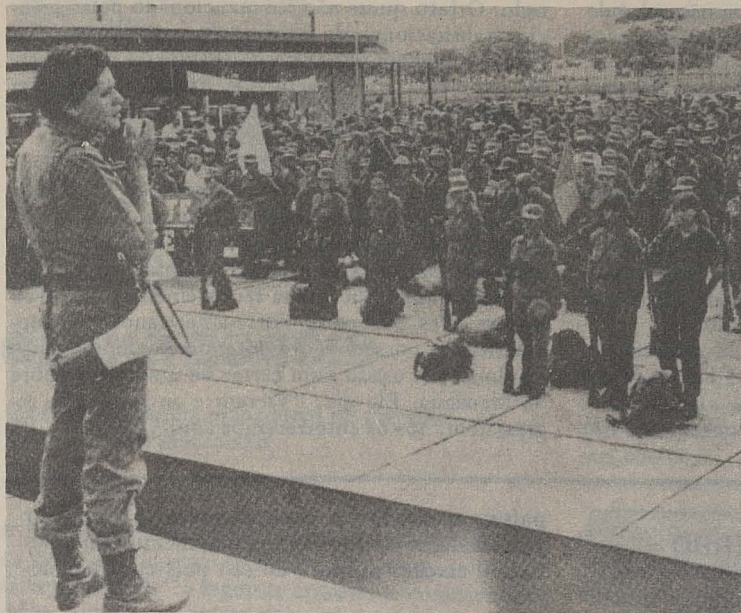
À margem dos *slogans* que os nicaraguenses gritam durante as manifestações públicas contra a intervenção, existe um outro lado do problema. A ofensiva militar norte-americana contra o governo sandinista começou no terreno econômico, quando foram cortados os créditos e negados os empréstimos para a compra de trigo. O objetivo parece ser o do "estrangulamento pela fome", muito parecido com o de uma guerra não declarada.

Quando se fala de invasão ou bloqueio naval, surge de imediato o problema do abastecimento. A Nicarágua faz parte de um mercado comum centro-americano onde as transações se operam mais na base da troca do que da compra e venda. Isto torna o país duplamente dependente quanto aos alimentos e quanto à tecnologia controlada pelas transnacionais.

Neste terreno, os sandinistas de certa forma se anteciparam à pressões, criando o Plano Nacional de Alimentação (PNA), que prevê um rápido aumento da produção nacional de comida. Uma população acostumada ao consumo de milho, feijão, arroz e carne, só pode resistir a um bloqueio externo na medida em que seja capaz de produzir internamente estes alimentos.

Esta tarefa não é fácil se for levado em conta que além do aumento da produção dos alimentos para a dieta básica do povo, o país tem que continuar exportando café, açúcar, algodão e carne para garantir as divisas necessárias. Foi adotado então um critério para assegurar o cumprimento de todas as metas: em primeiro lugar, assegurar os totais mínimos para abastecer a população; depois garantir a produção agrícola para a exportação e, ao mesmo tempo, pôr em prática um projeto de racionalização e austeridade nos gastos públicos.

Estes princípios levaram à implantação da Lei de Emergência Econômico-Social, que estimula os setores produtivos e ao mesmo tempo impõe sanções aos responsáveis por delitos econômicos. A Lei limita também a liberdade de ação dos operários, que muitas vezes agem anarquicamente, promovendo ocupações de terras, fábricas ou entram em greve sem causa justa.



Diante da tensa situação o governo nicaraguense procura manter as alianças a nível internacional e, no plano interno, produzir mais e melhor, como uma forma de resistir a uma eventual agressão externa.

Estes dois aspectos foram muito explorados no exterior como propaganda contra o sandinismo. Estas reações foram justificadas em parte pela ação de grupos invasores de terras que, ignorando o plano de reforma agrária adotado há dois meses, resolveram anárquica e suspeitamente invadir fazendas. Eles esqueceram também que a reforma agrária beneficiou quase 100 mil camponeses.

Além disso, idéias ultra-esquerdistas levaram algumas organizações operárias a provocar graves prejuízos na produção tanto do setor privado como na área controlada pelo Estado. As perdas causadas por estas greves injustificadas e economicistas foram enormes. Para o governo sandinista, produzir mais e melhor não é apenas um *slogan*, mas um aspecto fundamental da estratégia de defesa frente a uma eventual agressão externa.

### Cautela diplomática

Diante desta situação tensa, o governo nicaraguense adotou uma posição diplomática cautelosa, que pode ser resumida em três pontos básicos:

1) Manter a reiterada intenção de diálogo com os Estados Unidos, apesar das ameaças abertas de Alexander Haig e outros assessores do presidente Ronald Reagan. Todos os diplomatas nicaraguenses, ao mesmo tempo em que denunciam sistematicamente as pressões, deixam claro que seu país não se nega a discutir com Washington, desde que isto aconteça num clima de respeito mútuo.

2) Esforço para manter as alianças a nível inter-

nacional, as boas relações entre a Nicarágua e os governos europeus, especialmente os integrantes da Internacional Socialista. Além disso, o governo sandinista está preocupado em preservar suas relações com a Comissão Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal).

3) Apoio à proposta de paz feita pela Frente Farabundo Martí e pela Frente Democrática Revolucionária de El Salvador, através do governo nicaraguense, na Organização das Nações Unidas. Para os sandinistas, a paz na Nicarágua passa por uma solução do conflito em El Salvador.

Num contexto geográfico hostil, a Nicarágua tem desenvolvido estes três princípios diplomáticos com paciência e flexibilidade. Os sandinistas não fazem segredo do seu apoio moral aos guerrilheiros de El Salvador e Guatemala. No caso de Honduras, as relações diplomáticas são conduzidas com cautela especial dada a situação particular deste país na América Central.

Dezenas de vezes os ex-policiais de Somoza invadiram a Nicarágua, vindo de bases no território de Honduras. Em todos os casos, a Nicarágua denunciou a violação de fronteiras, mas atribuiu o patrocínio destas ações agressivas a setores reacionários do Exército hondurenho, deixando sempre aberta a porta do diálogo com as autoridades de Tegucigalpa.

Como resultado disso houve uma neutralização momentânea de Honduras, país sem o qual fica impossível qualquer tipo de intervenção militar regional contra a Nicarágua. É difícil prever quanto

tempo vai durar este equilíbrio, mas não se pode negar que até agora o esforço nicaraguense para evitar um conflito tem dado certo.

Em relação ao resto do mundo, o governo sandinista procura de todas as maneiras evitar o isolamento diplomático procurado pela administração Reagan. Durante a recente reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Santa Lúcia, o delegado norte-americano disse que a Nicarágua ameaça se converter num "Estado totalitário". Porém as atitudes adotadas por diversos governos na reunião da OEA demonstram que o esforço nicaraguense não tem sido em vão.

Por coincidência, no mesmo dia do discurso de Alexander Haig, em Santa Lúcia, o comandante Daniel Ortega anunciou o retorno de alguns partidos conservadores de oposição ao Conselho de Es-

tado. O fato quase não foi mencionado pelas agências transnacionais de informação, mas ele vem reafirmar o caráter pluralista da revolução sandinista. No momento, o Conselho de Estado discute um projeto sobre regulamentação dos partidos políticos proposto pela FSLN.

Esta tentativa de aprofundamento dos objetivos originais do governo sandinista pôde ser observada diretamente por delegações da Internacional Socialista, da Internacional Democrata-Cristã e por homens de negócios dos Estados Unidos e Europa que visitaram a Nicarágua recentemente. Provavelmente estes europeus, norte-americanos e latino-americanos possam agora entender melhor o sentido do slogan usado num cartaz de um bairro pobre de Manágua. Ele diz: "Vieram e se foram. Se regressarem, nós os enterraremos aqui". □

### O TRIÂNGULO DE FERRO

□ A existência de uma aliança militar secreta entre os exércitos de El Salvador, Guatemala e Honduras "para combater o comunismo na América Central" foi confirmada em declarações a uma rádio da Costa Rica, pelo ministro salvadorenho da Defesa, coronel José Guillermo García. O Condeca (Conselho de Defesa Centro-Americano) foi virtualmente dissolvido, depois da derrota, em 1979, de sua principal força, a Guarda Nacional da Nicarágua. No entanto, pelo curso dos fatos, foi substituído pelo chamado "triângulo de ferro", inspirado pela Junta Interamericana de Defesa e integrado por esses três países, cujos efetivos militares somam 44 mil homens, 800 carros blindados e 140 aviões de combate.

Autoridades guatemaltecas e hondurenhas têm negado reiteradamente a existência do "triângulo", mas o coronel García justificou-o como um peso lógico, "porque quando há perigo, temos de unir-nos" e acrescentou que com ele se "conseguirá controlar e neutralizar a ajuda à guerrilha" que estaria sendo proporcionada pelo "bloco soviético, comunista, marxista". Por seu lado, o presidente salvadorenho Napoleón Duarte argumentou indiretamente a favor do "triângulo de ferro" ao denunciar, em novembro passado, a suposta existência de um "triângulo subversivo", integrado pelas "forças esquerdistas" de El Salvador, Guatemala e Nicarágua.

No entanto, o objetivo último da aliança militar direitista não seria só o combate aos revolucionários. Belize e o México já se sentem ameaçados pelo armamentismo na Guatemala. Num recente simpósio sobre as relações entre ambos os

países, realizado na capital azteca, o professor guatemalteco Carlos Cáceres denunciou "uma potencial ameaça militar" do seu país contra o México.

Seu compatriota Jacob Vargas explicou que "estão-se construindo toda uma série de estradas — o chamado Anel Periférico Nacional — cujos ramais começam na fronteira com o México, próximo da zona petrolífera deste último país. Estão-se criando assim uma infra-estrutura que permitirá o transporte de tropas até o México".

Essa mesma rede rodoviária seria, na direção sul, o caminho que tomariam as tropas guatemaltecas em caso de uma intervenção maciça em El Salvador.

O coronel (exilado) guatemalteco Carlos Paz Tejada comentou: "Os militares da Guatemala pensam que são grandes estrategistas ao montarem toda essa infra-estrutura, mas, no fundo, não passam de instrumentos... De quem? Vocês sabem tão bem quanto eu..."

As autoridades militares da Guatemala acusaram frequentemente o México de servir de "santuário" aos guerrilheiros que operam no país. Se a tensão crescesse na área, esse argumento poderia ser utilizado como pretexto para operações de "perseguição quente" semelhantes às incursões que a África do Sul realiza — com apoio norte-americano — contra Moçambique e Angola.

Nas sedes da Texaco, Mobil Oil, Getty Oil e outras transnacionais petrolíferas, que há quatro décadas foram expulsas do México mas que operam livremente na Guatemala, os analistas devem estar muito atentos para as possíveis variantes dessas hipotéticas "perseguições" que enterrariam uma ponta do "triângulo de ferro" no coração das jazidas mexicanas de petróleo.



# A crise da burguesia

O empresariado na etapa atual do processo liderado pelos sandinistas

Paulo Cannabrava Filho

O Dr. Sergio Ramírez Mercado, um dos membros da Junta de Governo concedeu a "cadernos do terceiro mundo" a seguinte entrevista exclusiva sobre o papel dos empresários no processo nicaraguense:

*Como se explica o enfrentamento que se está dando entre o Conselho Superior da Empresa Privada (Cosep) e o governo de reconstrução nacional?*

— A burguesia nicaraguense teve todos os anos anteriores ao triunfo sandinista para apropriar-se do poder e executar um projeto próprio de desenvolvimento. Preferiu, no entanto, ficar à sombra de Somoza e do capital norte-americano. Depois do triunfo das forças populares, pretendeu dirigir o processo, porém sem um projeto alternativo específico. Alguns setores da burguesia passaram então a fazer oposição ao projeto sandinista. Uma posição a nosso ver suicida. Talvez para uma burguesia menos atrasada, ou seja, mais moderna, tivesse sido mais fácil entender quais são as regras do jogo e aproveitar para realizar-se como classe.



Sérgio Ramirez

A burguesia nicaraguense perdeu definitivamente as armas que no passado a apoiavam. Esse é um fato que ela ainda não entendeu. Também não quer ver que existem todas as garantias de aproveitar uma oportunidade única na história de participar do processo de desenvolvimento como classe.

## O papel do setor privado

*Qual a importância do empresário privado nacional na Nicarágua? O que representa o Cosep na economia do país?*

— A força da economia privada é importante, mas não a da burguesia, pois o que constitui o grosso da propriedade não é a burguesa e sim a pequena e a média propriedade privada. E aqui, o Cosep considera até o camponês dono de uma vaca como proprietário privado.

Se encarmos quantitativamente a propriedade dos meios de produção na Nicarágua teremos, numa escala de um a cem, a seguinte correspondência:

Estado . . . . .	30%
Grande Propriedade Privada . . . . .	20%
Pequena e Média Propriedade Privada . . . . .	50%
Total da Propriedade dos meios de Produção . . . . .	100%

Na composição do Produto Interno Bruto (PIB), no entanto, há que levar em conta não só o fator quantitativo, mas, fundamentalmente, o qualitativo que é o que determina a direção na economia. A pequena propriedade é mais numerosa mas ela não está representada no Cosep, ao contrário, interessa-lhe mais filiar-se a uma cooperativa dirigida pelo Estado. É preciso entender qual é a real representatividade do chamado Cosep e a que interesses reais está subordinado.

O setor privado em conjunto não chega a 45% do Produto Interno Bruto. Esse setor está composto pela grande propriedade industrial e comercial, a agropecuária e a agro-exportadora, a média propriedade agrícola e industrial e a grande massa dos pequenos produtores.

Quanto ao Estado, ele mantém a propriedade dos meios de produção nas áreas estratégicas, como também o monopólio sobre a exploração dos recursos naturais, sobre os serviços básicos, o financiamento e os bancos. Então, se encarmos a questão do ponto de vista qualitativo, da produtividade, temos que o Estado participa com mais de 50% na formação do PIB.

Depois do triunfo, a Junta de Reconstrução deu todas as facilidades para o ressurgimento do setor industrial. Facilitou-se a reestruturação dos passivos, facilitou-se o acesso a divisas para reposição

de equipamentos, enfim, tudo de que precisavam. Assim é que, em 1980, o setor industrial cumpriu 94% das metas fixadas no programa de desenvolvimento.

O cumprimento dessas metas se deu fundamentalmente nos ramos de alimentos, calçados e vestuário, couros e materiais de construção. Mas o grande crescimento verificado no setor foi sustentado, basicamente, pelas empresas de propriedade do povo e pelas pequenas empresas.

Voltando à questão da representatividade do Cosep. Há outro fator que tem que ser levado em conta. Ocorre que cerca de 20% de todo o grande capital privado do país está concentrado nas mãos de apenas duas famílias: Chamorro e Pelles. Os grandes proprietários não participam do Cosep. Desse Conselho participa um reduzido grupo de uns 30 empresários, médios ou pequenos, a maioria dos quais carregada de frustrações por não terem conseguido, em nenhum período, afirmar-se como capitalistas.

Em resumo, os indicadores econômicos mostram que o que define a propriedade na Nicarágua não é a burguesia, ainda que os burgueses continuam fazendo negócios fabulosos no país, sobretudo no setor comercial e na especulação. O problema, portanto, é político.

#### *E as transnacionais?*

— As transnacionais não desempenham um papel preponderante na economia nicaraguense. E até agora elas não criaram problemas com o governo de reconstrução nacional. Elas não participam do Cosep. Entre as mais importantes, estão a *Standard Oil*, que refina petróleo; a *Standard Fruit*, que em convênio com o Estado exporta oito milhões de caixas de banana por ano (uns 14 milhões de dólares); a *Toxiclorofeno*, a *Nestlé* e outras. No caso da *Nestlé*, ela está desenvolvendo um projeto leiteiro em Matagalpa, associada a uma empresa estatal.

#### **Acordos em termos mais favoráveis**

*E a dívida externa? Ela praticamente dobrou no primeiro ano de administração sandinista. Como se explica isso?*

— Dos quase 1,7 bilhão de dólares que Somoza ficou devendo, não encontramos um só centavo aplicado em infra-estrutura ou no setor privado. É como se tivessem emprestado dinheiro a ele e não ao país. Mesmo assim, a parte correspondente à dívida do governo central com o sistema bancário privado internacional já foi renegociada. O acordo compreende uma taxa de juros de sete por cento e um prazo de 12 anos para pagamento, sendo que

os sete primeiros anos são de graça. Assim, nos próximos cinco anos, serão amortizados 582 milhões de dólares de forma escalonada, de tal maneira que somente no período 1990-1992 serão pagos mais de 50% do total da dívida.

Com respeito à dívida do sistema financeiro com o sistema bancário internacional, já se conseguiram acordos em termos mais favoráveis que os obtidos com a renegociação da dívida pública. No concernente à parte da dívida correspondente a empréstimos de governo a governo, já foi renegociada com a Venezuela, a Espanha e o Japão. Em resumo, estamos começando do zero. E vamos necessitar de muito dinheiro. O desenvolvimento da Nicarágua não se resolve com dois ou três bilhões de dólares, principalmente se se pretende fazer hidrelétricas, se se pretende irrigar a agricultura. Por isso estamos fazendo novos empréstimos, mas em outras condições.

*Os Estados Unidos suspenderam o programa de ajuda econômica à Nicarágua. Qual o reflexo dessa atitude?*

— Esse também é um problema mais político que econômico. Nunca foi significativo o volume da ajuda econômica para o desenvolvimento por parte dos Estados Unidos. Eles haviam prometido 75 milhões de dólares no tempo de Carter e até agora deram 60 milhões desse total. Mas isso fazendo uma onda tremenda, exigindo em troca compromissos inaceitáveis, que o dinheiro fosse para isso ou para aquilo, para fulano ou para beltrano, vetando que fosse para qualquer dos projetos prioritários para a reconstrução. Agora veja a diferença. Só da Líbia, por exemplo, recebemos 100 milhões de dólares de um só golpe, sem nenhuma condição, como ajuda para equilibrar nosso balanço de pagamentos.

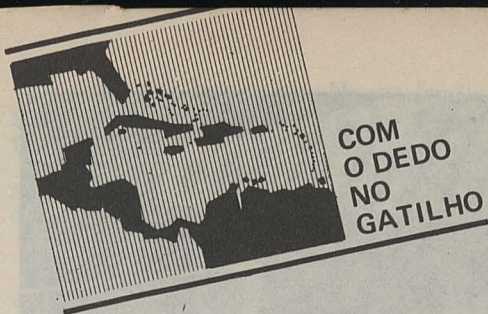
*Que outro tipo de ajuda importante a Nicarágua está recebendo?*

— A República Federal da Alemanha e a Holanda têm ajudado de diferentes maneiras, em volume importante. Aqui na América Latina é grande a ajuda que estamos recebendo do México e excelentes nossas relações com a Venezuela. Também é muito importante a contribuição do Peru, no setor da pesca e da engenharia.

#### *E com o Brasil?*

— Na realidade, nada significativo. O Brasil abriu uma linha de crédito de 30 milhões com a qual estamos comprando maquinaria pesada e ônibus. Mas acreditamos que podemos melhorar muito nossas relações.





## Com a guerrilha nas áreas libertadas

O depoimento de um jornalista que conviveu com milicianos e combatentes salvadoreños

Richard Beer\*

O “comandante Pancho” morreu numa emboscada. Ele era meu único contato com a guerrilha em El Salvador. “Agora, é a guerra aberta. O exército ataca como nunca. Não tente achar um novo contato sozinho. Talvez eu possa ajudá-lo”, adverte um amigo simpatizante dos rebeldes.

Muitas coisas mudaram na capital, San Salvador, após a minha última visita, em julho. Neste fim de ano, a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN), mesmo sob uma rígida clandestinidade, assusta os soldados do governo.

Apesar da multiplicação das ofensivas governamentais, os guerrilheiros controlam boa parte do território nacional. A Frente destrói pontes e ataca colunas militares que só ousam avançar sob a proteção de aviões e canhões de 105 milímetros.

San Salvador vive mergulhada na psicose irracional do anticomunismo. As tropas do governo já não têm mais moral, a Junta democrata-cristã não pensa senão em intrigas políticas mesquinhas. A direita grita que para fazer frente à subversão internacional só há uma safda, a aliança militar entre El Salvador, Guatemala e Honduras.

Na embaixada dos Estados Unidos, uma fortaleza de concreto, reforçada por sacos de areia e guardada por fuzileiros navais que lembra a de Saigon, o embaixador Deane Hinton, que está no posto há apenas cinco meses, se mostra visivelmente descon-

trulado. “A FMLN não passa de um bando de terroristas e criminosos. Por que a Frente Democrática Revolucionária (FDR — que une toda a oposição e é dirigida pelo social-democrata Guillermo Ungo, no exílio) não aceita as eleições propostas para março? É fácil criticar a Junta de um quarto de hotel de luxo no México ou numa entrevista à imprensa em Estocolmo. A FDR não devia temer riscos”, reclama o embaixador.

Os “riscos”, são as 30 mil pessoas assassinadas pela extrema direita e pelas forças de segurança, desde outubro de 1979.

Surpreendentemente, nessa noite, meu amigo fez chegar até mim um convite da FMLN para visitar o centro da região de Usulután, uma área sob controle da guerrilha. Apressadamente eu me preparo para a expedição, acompanhado de um fotógrafo brasileiro. Um encontro discreto ocorre num posto de gasolina. Nenhuma palavra inútil. No calor do meio-dia, enquanto as tropas desfilam no centro da cidade durante uma cerimônia militar, nós escapamos em silêncio na direção sudoeste.

“Nós devemos prestar muita atenção. O exército acaba de se retirar de Usulután, o campo não é muito seguro”, adverte Elena, uma jovem de 15 anos, cuja missão é nos levar até as milícias populares. Nós passamos por diversos postos de controle militar. Depois de percorrer uma estrada secundária durante 20 minutos, o jipe pára bruscamente. O motorista volta rapidamente para San Salvador. Conduzidos por Elena, nós nos dirigimos para uma fazenda abandonada, distante alguns quilômetros.

Repentinamente, eles nos rodeiam. Cerca de vinte milicianos, as tropas de apoio da guerrilha, muitos deles quase da mesma idade da nossa acompanhante. O armamento é improvisado. Nós nos separamos de Elena. Agora resta apenas esperar que a noite chegue para que possamos nos deslocar em maior segurança.

Voltamos à estrada em fila indiana. A marcha é forçada, mas a lua cheia facilita a caminhada que segue por vales escarpados e leitos secos de rios. Os arbustos de orégano perfumam o ar.

Antes de chegar à montanha, nós atravessamos imensos campos de algodão. Ouço ao longe o ruído de metralhadoras, vindo de algum lugar ocupado pelo exército. Mas já estamos em território controlado. Aqui começa aquilo que a guerrilha chama de “área libertada”. Existem várias delas no país. A que eu vou visitar se estende por quase 10 quilômetros quadrados, com uma população civil de cinco mil pessoas, vivendo em regime de auto-suficiência econômica.

A influência da FMLN nesta parte de El Salvador se estende, na verdade, desde a rodovia Panamericana, no norte, até o oceano Pacífico, ao sul. A oeste, nas margens do rio Lempa, começa outro

\* Jornalista francês, correspondente do jornal diário sueco *Dagens Nyheter* na América Latina, baseado no Rio de Janeiro



Guerrilheiros em Usulután, frente sul-oriental: homenagem ao líder histórico Farabundo Martí

reduto da esquerda, o departamento de San Vicente.

É uma posição estratégica de importância, porque corta o país em dois. Diversas vezes neste outono, o governo mobilizou milhares de soldados nas duas margens do rio Lempa, na tentativa de desalojar as forças da guerrilha. Em plena ofensiva governamental, as Forças Populares de Libertação (FPL — uma das várias organizações armadas da FMLN), destruiu em outubro a Ponte de Ouro, a maior da América Central, com cerca de 850 metros de extensão e ligando as duas margens do Lempa. O objetivo era aliviar a pressão do exército sobre a guerrilha na região noroeste do país e permitir a retirada da população civil.

“Foi uma humilhação terrível para o exército”, diz um membro da FMLN. “Uma semana depois da explosão, no dia 21 de outubro, 1500 homens, apoiados por aviões bombardeiros e artilharia pesada, cercaram as bases em Usulután, numa tentativa de vingança. A ordem era não poupar ninguém. Nossos soldados já estão acostumados e não se deixam capturar facilmente. Mas a população civil não escapou. Foi uma matança terrível”.

Quando entramos na zona de Usulután, de madrugada, encontramos sinais evidentes de uma guerra total: cadáveres de vacas em decomposição, fazendas queimadas até os alicerces, crateras de bombas de 250 quilos, colheitas devastadas.

Em cada cabana visitada, chora-se a perda de muitos mortos. Flores, velas acesas, as preces diante dos altares improvisados testemunham o massacre. Quantos civis foram mortos? Uns 100 mortos e quase tantos desaparecidos. “Vi alguns prisioneiros serem jogados vivos dos helicópteros no rio Lempa”, declara um garotinho. Muitos cadáveres, de fato, foram retirados no princípio de novembro, lembro-me de uma rápida olhadela num jornal de San Salvador.

“Estávamos na estrada, umas 50 pessoas, mulheres, crianças e alguns velhos como eu. A gente



As mulheres participam na guerra popular de El Salvador — aqui uma com a bandeira do FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional)



Armas da guerrilha salvadorenha — dos mais sofisticados fuzis automáticos americanos M-16 e FAL belga a carabinas antigas e minas caseiras

queria se abrigar, as colunas avançavam rapidamente. Mas os soldados já estavam lá na frente da gente. A 50 metros, eles abriram fogo com fuzis automáticos e lança-granadas. Muitos tentaram fugir, mas foram perseguidos e mortos com armas brancas. Seis ou sete foram feitos prisioneiros e os outros, mortos. Comigo mesmo, os soldados pensaram que eu estava morto”.

O velho fala lentamente. Na sua família, oito pessoas foram assassinadas, inclusive quatro crianças.

Numa outra aldeia, uma mocinha cai em lágrimas lembrando da volta à casa depois da passagem dos soldados, há apenas alguns dias.

“Os corpos estavam amontoados, torturados, decepados. Uma garotinha de cinco anos tinha sido estripada”.

Outras testemunhas explicam como os tiros da artilharia puderam atingir as fazendas com precisão, guiados pelo rádio de um helicóptero... Massacre desconhecido, porque aconteceu numa região inteiramente isolada. Não um “excesso” qualquer da extrema-direita (como pretendem certas versões), mas executado a sangue-frio por unidades regulares, entre as quais o sinistro batalhão *Atacatl* treinado por conselheiros norte-americanos. Oficialmente, nenhum civil foi morto aqui. Ao contrário, o Exército vangloria-se de ter matado 132 guerrilheiros durante a operação em Usulután. Mas os corpos nunca foram mostrados, apesar da insistência de diversos jornalistas. E pudemos constatar apenas alguns feridos nas “enfermarias” da guerrilha.

“Talvez vocês compreendam agora nossa determinação em ganhar esta guerra. Nós não podemos mais recuar”, me dizem os quatro representantes, respectivamente, das Farn (Forças Armadas da Resistência Nacional), FPL, ERP (Exército Revolucionário do Povo) e do PRTC (Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos) que controlam juntos o Usulután.

Eles só dispõem de 400 guerrilheiros combatentes que são, em compensação, bem armados e treinados. Cada uma dessas organizações é responsável pela administração de uma parte da “área libertada”. Eles vivem em campos separados, cada um com uma rede de comunicação de rádio sofisticada, que permite a ligação permanente com outras frentes por todo o país.

“O importante não são os efetivos de que dispomos, mas nosso processo revolucionário”, sublinha o “comandante Ramon”, do ERP. “Poderíamos facilmente duplicar o número de nossos combatentes, mas isso ainda não é necessário e também nos faltam armas modernas e munição. Não fazemos discriminação entre soldado e apoio, militante e simpatizante. É uma guerra popular. Poderíamos sublevar San Salvador amanhã, se quiséssemos. Mas então seria um novo massacre. Nossa força é o tempo e a confiança do povo”, acrescenta.

É bem verdade que os campos visitados não estão isolados da população. Apesar dos recentes horrores, reina um ambiente de otimismo na região. Reconstróem-se as casas, as pessoas se reinstalam, recuperam-se víveres. Os camponeses cruzam

com suas vacas os caminhos dos guerrilheiros que voltam de uma patrulha noturna. Eu não posso deixar de pensar em “Astérix e os gauleses”...

“A maior ponte da América Central, fomos nós da FPL que explodimos”, insiste um jovem soldado, muito orgulhoso da ação. Ele liga um pequeno gravador com uma gravação “ao vivo”. Ouço sua voz entusiasmada apresentar-se como “o correspondente de guerra da FMLN na Ponte de Ouro”, mas tudo se assemelha estranhamente à cobertura de uma partida de futebol:

“Aqui, o fogo está forte durante a fase final de nossa operação contra a ponte. O excelente comando marinho acaba de colocar os explosivos. Daqui a alguns segundos... BUM... o vão central foi levantado como se fosse puxado por uma mão invisível. Alegria delirante no meio dos camaradas presentes. Todos se abraçam, jogam os fuzis para o alto. Ninguém pensa mais no inimigo. A vitória, a vitória é total”

Segundo fontes do Exército, o trabalho de precisão espetacular fora executado por “especialistas cubanos”. O editorialista americano Jack Anderson do *Washington Post*, achou bom “revelar” que “600 cubanos vindos da Nicarágua” tinham participado da operação.

Esse gênero de propaganda é objeto de muita risada quando os grupos, à noite, estendem-se nas redes, cozinham as *tortillas* de milho na fogueira e cantam recentes composições que não poupam o presidente Reagan.

Um comandante barbudo, um dos únicos a usar o uniforme verde-oliva, parece uma versão moderna de Fidel Castro nas montanhas de Sierra Maestra. E de fato ele é um chefe que já tem uma certa lenda, um dos “heróis do povo”:

“Antes de combater no Usulután, eu organizava os trabalhadores em San Salvador. E antes disso, eu era soldado profissional no Exército salvadoreño. Mas a pressão da direita me obrigou a pedir demissão”.

Ele mostra o fuzil automático *M-16*, de fabricação norte-americana, que ele usa atravessado: “Este, eu tomei do inimigo. Ou então compramos principalmente *Fal* belgas ou *G-3* alemães ocidentais no mercado negro”.

Numa oficina improvisada, sou apresentado a Letícia, 19 anos, que apesar do local em ruínas, está vestida com um *jeans* apertado e um boné. Estremeço ao ver sua atividade: a fabricação de uma mina. A tímida Letícia, que milita desde a idade de 14 anos, é *explosivista*, isto é, especialista em explosivos. Ela dá aulas à noite.

“Claro, é terrível ensinar a guerra. Mas eu faço isso pela paz, por minha família que eu não vejo há dois anos.”

Depois de um instante de silêncio, ela acrescenta: “Ninguém quer morrer”. □



COM  
O DEDO  
NO  
GATILHO

## Por que a América Central?

O governo Reagan escolheu a América Central e Caribe como a região-teste para sua estratégia de poder. É a única região do mundo em que o Departamento de Estado e o Pentágono acreditam que seu sonho de hegemonia seja possível a curto prazo

*Luis Maira\**

**U**m fator constante na política dos governos republicanos para a América Latina foi sua linha de "baixo perfil". Enquanto os governos democratas tradicionalmente levantam ambiciosas retóricas em torno de "novas eras de relação entre as duas Américas", os republicanos adotam um estilo pragmático, que privilegia as relações diretas com países da área, sem se ocupar da definição de esquemas gerais.

### Geopolítica: um novo globalismo

Por isso, a preocupação que a equipe de colaboradores de Ronald Reagan exibiu pela América Latina desde as primeiras fases da campanha passada parece bastante excepcional e requer uma explicação adequada. Porque razão um grupo de acadêmicos de extrema-direita — ideologicamente compacto —, com uma base comum de operações no Centro para Estudos Internacionais e Estratégicos da Universidade de Georgetown, foi designado, desde as eleições primárias, para elaborar uma nova proposta de política latino-americana? Porque razão alguns dos especialistas deste grupo, como o seu coordenador, Roger Fontaine, ou o general na reserva, Daniel Graham, antigo diretor da Agência de Inteligência da Defesa, realizaram antes da eleição uma política de viagens diplomáticas por países da América Central e do Sul, que os vinculou a grupos empresariais, a altos comandos militares e

(\*) Este artigo foi reproduzido da revista *Polêmica*, editada na Costa Rica.

a dirigentes de governos autoritários? A explicação tem raízes que se fundem na própria lógica da nova visão do mundo que os especialistas do presidente republicano tentam impor.

Nos Estados Unidos, as épocas de crise sempre foram propícias para o aparecimento de visões globalistas. Com James Carter, há quatro anos, assistimos à proclamação de um globalismo econômico. O governo democrata chegou ao poder esgrimindo a "estratégia trilateral", que afirmava que os efeitos da crise capitalista somente poderiam ser superados com um tratamento conjunto dos problemas globais, o que levou à implantação de políticas afins nos principais países capitalistas desenvolvidos.

Acreditou-se que os Estados Unidos, Japão e as nações da Comunidade Econômica Européia poderiam dar um tratamento comum para assuntos tão críticos como os problemas da energia, as negociações com a Opep, o reordenamento do comércio internacional, o estabelecimento de uma nova ordem econômica, a exploração das riquezas marítimas, as negociações com o Terceiro Mundo e as relações com a União Soviética e o campo socialista.

Através destas políticas coincidentes, Zbigniew Brzezinski e os arquitetos da linha internacional do governo Carter esperavam criar as condições para uma recuperação de todo o campo capitalista.

O esquema fracassou por inúmeras razões, mas, fundamentalmente, pela irredutibilidade dos interesses nacionais de cada uma das potências do Primeiro Mundo. No final das contas, a percepção das vantagens imediatas foi mais forte que a adesão a esta espécie de "sentido comum alternativo", com que os segmentos mais lúcidos e transnacionalizados das suas diversas burguesias nacionais tentavam resolver uma crise que castigava a todos.

Agora, com Ronald Reagan, assistimos ao advento de um novo globalismo. Desta vez não se trata de uma proposta econômica, mas, basicamente, de uma proposta geopolítica e militar. Tentase, com Reagan, reordenar o mundo, não a partir do consenso, mas sim através da força: restaurar a imagem de um Estados Unidos forte, disposto ao rearmamento militar e a fazer pesar sua liderança sobre os aliados e adversários, em função de uma drástica redefinição do interesse nacional norte-americano e da decisão política de deter o "avanço comunista em todo o mundo".

Um dos maiores esforços realizados pelo próprio Reagan, na sua qualidade de "presidente comunicador", é no sentido de que o povo norte-americano supere o que foi chamado pelos próprios republicanos como o "complexo do Vietnã" e volte a aceitar a possibilidade de uma ação militar fora de suas fronteiras.

É neste contexto, e quase por exclusão, que a América Latina tornou-se a peça-chave para a es-

tratégia de contenção de Washington. Entre as conclusões que os especialistas internacionais neoconservadores estabeleceram, figura a de que um conjunto de ações eficazes, capazes de cumprir uma função de "efeito-demonstração" para o mundo em desenvolvimento e marcar um início de recuperação do poder militar norte-americano, só será possível na sua área geográfica mais imediata: as críticas regiões da América Central e do Caribe. Desse modo, procura-se fazer em El Salvador e na Nicarágua aquilo que teria sido desejável, mas fora impossível, na África, Oriente Médio ou no Sudeste Asiático.

Isto explica a inusitada importância que os republicanos concederam à América Latina, transformada de "quintal dos fundos" em "jardim da frente" dos Estados Unidos, segundo as infelizes mas gráficas expressões de Richard Allen. O raciocínio fundamental em que está baseada esta proposta é o seguinte: a América Latina é a única região do mundo na qual os governos pró-americanos são amplamente majoritários, onde existe uma entidade regional (a OEA) e um acordo militar em vigor (o Tiar), que podem ser utilizados para legitimar qualquer ação mais dura, e onde os casos críticos a resolver — El Salvador, e em seguida a Nicarágua e Granada — correspondem a países economicamente débeis, vulneráveis, nos quais imagina-se que não seria difícil, com ajuda direta, definir um desfecho militar favorável aos interesses norte-americanos.

Se negamos às superpotências a sua discutível prerrogativa de definir os conceitos do direito internacional, de acordo com suas conveniências particulares, não resta nenhuma dúvida de que os Estados Unidos vêm realizando atividades intervencionistas na América Central, e especialmente em El Salvador, há muito tempo. Que dúvida restaria sobre o que acontece em El Salvador, depois das semanas posteriores ao golpe de Estado de 15 de outubro de 1979, que depôs o general Carlos Humberto Romero e estabeleceu a Junta Civil-Militar, presidida hoje por Napoléon Duarte? É uma guerra civil aberta entre as forças armadas e de segurança e as forças políticas e sociais organizadas militarmente em torno da Frente Democrática Revolucionária, das Forças Militares de Libertação Nacional Farabundo Martí e sua Direção Revolucionária Unificada.

Pois bem, destes dois atores internos do conflito, o governo norte-americano decidiu apoiar incondicionalmente, desde a etapa final da gestão Carter, aquele que reconhece como seu aliado. Somente a ação de Washington sustentou a debilitada Junta Civil-Militar, que evidenciou, além disso, durante 1980, agudos conflitos internos, que acabaram com a exclusão de um dos seus membros mais influentes, o coronel Adolfo Majano. Ficou

claro, também, o enfraquecimento na sua capacidade de comando e controle do território nacional, a ponto de muitos assessores militares norte-americanos terem reconhecido a existência de zonas virtualmente libertadas nas mãos das forças rebeldes.

### A intervenção de Carter

A intervenção, iniciada com Carter, identificou três escalões de aplicação progressiva: 1) apoio crescente ao governo Duarte, para que este aumente sua capacidade repressiva e garanta uma derrota militar das organizações populares que a ele se opõem; 2) envolver outros Estados da sub-região (começando por Honduras), numa forma de institucionalização sub-regional do conflito; 3) realizar uma intervenção direta, com forças próprias.

Destas três opções, somente a última é contribuição do governo Reagan. As duas primeiras foram definidas com toda precisão, há mais de um ano, ao ser formulada aquela que pode ser denominada "Doutrina Kramer", durante o debate sobre a assistência de segurança a Honduras e El Salvador, efetuado no Sub-Comitê de Operações no Exterior do Comitê de Concessão de Recursos da Câmara dos Representantes, em março de 1980. Nessa oportunidade, ao propor uma intensificação de ajuda militar a ambos os países, Franklin D. Kramer, assistente principal do secretário de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional, definiu três linhas de ação norte-americana para apoiar o governo salvadorenho:

1) Ampliar a capacidade profissional do Exército de El Salvador com vistas a assegurar que toda atividade repressiva dos grupos insurrecionais fosse uma ação oficial e direta das próprias forças armadas desse país.

"Há no governo — disse Kramer — três tipos de forças de segurança: os militares, a Guarda Nacional e as Forças de Polícia. O Exército é a mais profissional destas forças e a menos comprometida com a repressão. Se o seu profissionalismo pode ser melhorado, aprimorará sua capacidade de responder efetivamente e dentro de margens adequadas". Em termos propriamente operacionais, Kramer acrescentava que esta "força profissional", para ser mais eficaz, necessitava essencialmente melhorar seu transporte e mobilização, seus mecanismos de comunicação e seu equipamento para controle de distúrbios, além de um programa de treinamento especial que os Estados Unidos deviam prover.

2) Vincular o Exército ao manejo e à realização do programa de reformas sugerido por Washington, dentro do que a reforma agrária posta em prática é a peça central.

"Se a aplicação do pacote de reformas tiver êxito, as opções de sobrevivência do governo melhorarão substancialmente... O Exército desempenha uma função-chave para a realização da refor-

ma agrária e nossa assistência militar ajudará a fortalecer seu papel na execução das reformas". Simultaneamente, conclui-se que, por estas razões, "na esquerda, os terroristas, marxistas, reconhecendo a ameaça que as reformas (ainda que moderadas) representam para a manutenção de sua base popular potencial, foram particularmente intransigentes e incitaram as greves trabalhistas, a violência e as demonstrações maciças, além de uma aberta insurreição no setor rural, num esforço de derrubar o atual governo".

3) Insistir em que Honduras desempenhe também um papel decisivo no conflito e na sua resolução. Sobre este assunto, Kramer afirmou: "Situada ao norte e a leste de El Salvador, Honduras joga um papel decisivo no movimento de homens e de material para os insurretos salvadoreños. O governo de Honduras acredita, e a nossa inteligência (serviço secreto) compartilha este pensamento, que seu território está sendo utilizado pelas forças rebeldes para transportar homens e armas, com apoio do governo cubano; mostra-se também convencido de que, no caso de El Salvador cair nas mãos das forças extremistas de esquerda, Honduras será um dos alvos preferenciais. Ao contrário de El Salvador, Honduras é um país escassamente povoado, particularmente ao longo da costa do Caribe e junto à sua fronteira oriental no Rio Coco. Tudo indica que este trânsito de homens e materiais, depois de aterrisar na costa norte, é levado através do Rio Coco. Há também informes de aterrissagens aéreas em fazendas isoladas e distantes. Os hondureños desejam cortar essa infiltração através do seu país e prevenir a criação de uma rebelião contra seu governo". Por isso, juntamente com a renovação do auxílio financeiro para fins militares de 5,7 milhões de dólares a El Salvador, os Estados Unidos estabeleceram um programa de apoio a Honduras, de perto de quatro milhões de dólares, em helicópteros, veículos e equipamento de comunicação necessários a assegurar maior mobilidade e controle sobre o seu próprio território.

Os meses seguintes, porém, demonstraram que um compromisso limitado, como o que assumiu o governo democrata, não podia reverter em favor do governo aliado de Washington uma situação que lhe era desfavorável. As melhorias em equipamento militar eram neutralizadas pelo impacto negativo da desorganização e desmoralização da tropa governamental, devido ao crescente apoio popular que recebiam os combatentes revolucionários.

### Todo o poder aos amigos

Por isso, o fator novo introduzido pela equipe de Reagan foi mudar o ritmo e o volume da intervenção, para conferir à situação de El Salvador o caráter do principal "caso-teste" da nova adminis-

tração: a prova de sua capacidade para conter a tendência a implantação de governos de esquerda, pouco amigos dos Estados Unidos, em países do Terceiro Mundo.

Isto implicou uma disposição política, de acordo com a qual devem ser definidos com rapidez e sem limitações todos os recursos necessários que assegurem um resultado favorável, uma vez que se está disposto a mudar o nível de intervenção se um determinado "escalon" mostra-se definitivamente ineficaz. Foram muito elucidativas as expressões com que Roger Fontaine respondeu a uma pergunta do "Jornal do Brasil" sobre o caminho a ser seguido em El Salvador: "Diria que nosso conselho político é que nunca se pode sobreviver com uma Junta Civil-Militar limitada. Porque não há nada mais débil na história latino-americana, e em particular na centro-americana, que uma Junta Civil-Militar limitada. Você tem que apelar para o setor privado, tem que apelar para os grupos moderados e não-violentos da esquerda e formar um governo de reconciliação nacional. E isto tem que ser posto em termos de ajuda ao desenvolvimento econômico, em termos de necessidades concretas. Se necessitamos de 500 milhões de dólares, temos que dizer ao Congresso que necessitamos de 500 milhões de dólares, e pronto. Já fizemos isso no passado, quando era de nosso interesse, e quando havia uma emergência, quando houve um país-chave envolvido. Fizemos isso na Grécia, em 1947, com a Doutrina Truman".

A declaração de Fontaine está longe de ser pura retórica, pois o governo Reagan explorou exaustivamente a capacidade de contenção do atual governo salvadoreño, intensificou a assistência militar direta, entregou-lhe armamento e tentou compensar com fluxos de assistência econômica a sensível queda provocada pela guerra civil no Produto Interno Bruto salvadoreño. Assim, somente no primeiro mês do atual governo, foram entregues a Duarte mais de 20 milhões de dólares em ajuda militar e de 60 milhões em assistência econômica. A tática inclui um período rigoroso de observação dos efeitos desta "injeção", uma vez que — infrutiferamente — procura-se, em encontros bilaterais, com governos europeus e latino-americanos, fortalecer a base de apoio do regime de São Salvador.

Paralelamente, dentro do aparelho estatal norte-americano, duas operações passaram a ter a mais alta prioridade: a garantia de uma explicação ideológica sobre a conveniência de consolidar o governo atual de El Salvador e o estudo cuidadoso, como parte do processo de tomada de decisões, das implicações de uma eventual intervenção militar direta.

A primeira tarefa teve sua expoente mais articulada e ativa na embaixadora dos Estados Unidos nas Nações Unidas, Jeanne Kirkpatrick. Retoman-

do as propostas clássicas formuladas há tempos por Samuel P. Huntington sobre a instabilidade política que acompanha os esforços de modernização e mudanças sociais, Kirkpatrick insistiu em vários trabalhos (os mais reveladores: *U. S. Security and Latin America*, publicado em *Commentary*, de janeiro de 1981, e sua exposição diante da VIII Conferência de Ação Política Conservadora, em março) que somente se poderá sair da atual crise salvadorenha mediante o exercício prolongado da violência governamental.

Para a embaixadora Kirkpatrick, os países centro-americanos — entre os quais inclui o México — caracterizam-se pela instabilidade própria da passagem de uma ordem tradicional para uma ordem moderna, o que determina que o problema central neles seja a instauração de uma ordem política estável. Nesta classe de países, toda solução tem que ser inevitavelmente autoritária, pelo que considera que a verdadeira opção de política externa dos Estados Unidos na sub-região é optar por um regime político autoritário pró-norte-americano, ou outro com as mesmas características, mas submetido à influência soviética.

Em sua opinião, “as revoluções não surgem da injustiça social, surgem dos revolucionários e dos fuzis terroristas; o instrumento descoberto pelos marxistas para desestabilizar o regime (salvadorenho) e levar a cabo sua revolução, foi falar da injustiça e de que há que lutar contra ela. Com isto, dá-se a impressão geral de que o governo é, cada vez mais e mais, o responsável pela violência, e esta aparência constitui a vulnerabilidade especial descoberta pelo terrorismo para desmembrar estes regimes”.

No fundo, existe consciência de que o problema crucial dos Estados Unidos não é tanto desbaratar a ação das forças revolucionárias que lutam por uma ordem democrática em El Salvador, objetivo por si só bastante complexo, mas de identificar as forças sociais e políticas capazes de sustentar no futuro um governo estável, se chegassem a conquistar a hipotética vitória militar.

De acordo com a mesma análise de Jeanne Kirkpatrick, tal modelo político não poderia ser senão um regime de exceção, uma ditadura baseada na força: “As nações da América Central, México e Caribe sofrem várias formas de debilidade institucional, seja porque significativos percentuais da sua população não tenham sido incorporados ao sistema político, ou porque a ação política não está completamente institucionalizada, ou porque a legitimidade do governo é questionada, ou porque não há consenso sobre a legitimidade dentro da elite política, ou porque a economia é vulnerável às mudanças do mercado internacional e requer regularmente infusões de ajuda externa, ou porque as expectativas crescentes ultrapassaram as capacida-

des internas. Como todas essas nações são vulneráveis à desorganização e à desordem, devem se apoiar na força, para superar os desafios à autoridade”.

Mesmo assim, ainda que se considerasse válida a argumentação dos setores conservadores norte-americanos, o drama da sua proposta é que gera um vazio, visto que não existem os atores sociais e as forças capazes de edificar, mesmo com as máximas condições de reprimir, esse governo que reordene a sociedade civil.

Provavelmente será este um dos fatores que condicione o segundo aspecto-chave a que fizemos referência: as condições em que se pode produzir uma intervenção militar direta dos Estados Unidos na América Central. Esta possibilidade voltou a ser considerada no leque de respostas estratégicas manejadas pela Casa Branca e pelo Departamento de Estado, mas é objeto de rigoroso estudo, a fim de que sejam ponderados os numerosos fatores que possam torná-la viável. Entre esses fatores inclui-se a avaliação da conjuntura internacional e as tendências predominantes na mesma para a legitimação de ações militares das superpotências; uma cuidadosa avaliação da forma pela qual o triunfo das forças consideradas anti-norte-americanas afetaria os interesses vitais, globais e regionais dos Estados Unidos; a consideração das possibilidades de uma vitória militar rápida e segura, levando em conta especialmente o grau de apoio interno que possam ter os setores revolucionários; finalmente, a análise da opinião pública e do Congresso norte-americano face a uma possível decisão de enviar tropas a um teatro de guerra no exterior.

Não é fácil, naturalmente, dar uma resposta afirmativa a muitos desses questionamentos, e isto explica, mais que a ausência de vontade política para realizar ações de força, porque é difícil pôr em marcha uma solução militar na América Central.

Assim, logo depois de iniciar o seu mandato, Ronald Reagan começou a enfrentar na América Latina algumas das graves contradições da sua própria política externa; decidiu intensificar a intervenção e impedir, a qualquer preço, o triunfo do movimento popular salvadorenho (procurando além disso, reverter o que já foi conseguido pelos sandinistas na Nicarágua), mas processos intervencionistas são muito difíceis de organizar nos três níveis já clássicos do *decision making process* relativo à política externa.

Por estas alturas, parece difícil obter uma solução apropriada para Washington através da intensificação do apoio ao governo de Duarte, da participação de outros governos regionais, como Honduras ou Guatemala e da mobilização das Forças de Deslocamento Rápido, organizadas no final do governo Carter no estado da Flórida. São os caminhos clássicos, mas estão cheios de pedras. □



## Em armas pela democracia

Na Guatemala e em El Salvador, como ontem na Nicarágua, camponeses, operários, sacerdotes, estudantes, marginais, índios e intelectuais constróem novas alternativas políticas e militares para enfrentar as ditaduras

Edelberto Torres-Rivas\*

No início dos anos 70, nem as forças populares nem as suas organizações de vanguarda e, menos ainda, os analistas políticos teriam podido prever a dimensão das crises que sacudiriam profundamente a sociedade centro-americana alguns anos mais tarde. E é exatamente o inesperado, o não-previsto, o que constitui a originalidade de um processo revolucionário.

A experiência de todos esses anos na América Central é que a derrota é a pausa enganadora, normalmente inevitável, da vitória. Derrota que não é apenas o esmagamento diante de forças superiores, mas também uma perda transitória do caminho empreendido.

Com efeito, lembremos que a guerrilha guatemalteca tinha sido quase totalmente desorganizada entre 1966-70. Com o golpe de Estado de março de 1963, o Exército, como instituição, assume pela primeira vez o controle do Estado e liquida inabilmente a oportunidade histórica de estabilizar o poder contra-revolucionário através de um governo reformista e prudente, como o que teria tentado Juan José Arévalo, indiscutível vencedor se as eleições tivessem sido permitidas.

Por sua vez, em El Salvador, uma ampla coalizão de democrata-cristãos, social-democratas e co-

\* Este artigo resume as "Notas para compreender a crise política centro-americana", apresentadas pelo autor no Seminário sobre Políticas para o Desenvolvimento Latino-Americano, organizado no México pelo Centro de Capacitação para o Desenvolvimento (Cecade) da Secretaria de Programação e Orçamento, entre setembro de 1980 e junho de 1981.

munistas tinha ganho as eleições presidenciais de 20 de fevereiro de 1972. Os interesses dominantes da burguesia cafeeira juntamente com os do Exército (controlando o poder desde 1932) forçaram mais uma vez a fraude. Mas este foi um ato de força ostensivo, de arbitrariedade respaldada pela violência militar. Foi também a última oportunidade para iniciar uma experiência de governo civil, com uma moderação assegurada pela hegemonia da Democracia Cristã no seio da chamada União Nacional Opositorista (UNO).

A Frente Sandinista de Libertação Nacional, fundada em 1961, tinha sido derrotada em Panacás, em 1963; e quase liquidada em sua expressão urbana, em Manágua, em 1969. A partir desse instante teria de levar uma existência atomizada e crepuscular até reorganizar-se em 1973. Por sua vez, em 1971, o Partido Conservador firmou pela enésima vez uma aliança eleitoral com o Partido Liberal de Somoza. A transação entre os corruptos partidos tradicionais permitiu que a dinastia vivesse um dos momentos de poder máximo em sua longa história. Somente os efeitos políticos e sociais posteriores ao terremoto de 1972, a persistência dos sandinistas e outros acontecimentos já conhecidos permitiram o fim do somozismo depois de 1978.

### O "terceiro caminho" fracassa

A experiência salvadorenha constitui um marco importante no cenário centro-americano já sulcado pela violência e pela paulatina consolidação das ditaduras militares. Efetivamente, a aliança eleitoral derrotada em 1972 e encabeçada pelo engenheiro Napoléon Duarte (hoje, chefe do governo salvadorenho) representava um conjunto de forças moderadas, com um programa reformista kennediano e com amplo apoio popular, que poderia ter iniciado o caminho da democratização da estrutura política. Era esta a opção, que tentava alimentar-se dos erros ou fracassos da esquerda revolucionária e dos excessos do poder conservador.

O governo de Figueres (1970-74) na Costa Rica, representava justamente a materialização dessa opção "terceirista"; mas as forças sociais que respaldavam esse modelo de "reconstituição democrática com desenvolvimento" eram fracas na Guatemala e na Nicarágua e sofreram uma nova derrota em El Salvador, no seio de um processo de endurecimento político gradual e de militarização do aparelho de Estado. Em meados dessa década, essa "terceira" força tinha irremediavelmente se descomposto, uma parte de seus componentes alimentando a insurreição armada.

Deve-se reconhecer, no conjunto da região e com exceção da Costa Rica, que as forças políticas moderadas não tiveram nenhuma oportunidade



real de serem reconhecidas como alternativa frente a governos autoritários e abertamente apoiados pelos Estados Unidos. Mas também não procuraram eficazmente sua vitória e ficaram paralizadas mais pelo medo da revolução do que pela repressão militar. No fim de tudo, essas forças — o arevalismo, o Partido Revolucionário, a Democracia Cristã, na Guatemala; a DC salvadorenha e seus antigos aliados de 1972; as frações conservadoras anti-sozozistas, os grupos social-cristãos e liberais, na Nicarágua — sempre viram nos setores populares uma “força auxiliar” para suas lutas. Sempre temeram o comportamento autônomo e radical da classe trabalhadora, por exemplo, e terminaram quase sempre em transações com as frações mais reacionárias, com os chefes do Exército e com os Estados Unidos. Em todo caso, foi uma etapa de destruição política dos problemáticos processos de criar uma alternativa democrática. Uma opção que, para ser viável, requeria a integração — no mínimo, parcial — de setores populares, o que ficou difícil ou impossível.

A década dos 70 foi pródiga em conflitos sociais. Em El Salvador, as greves da *Aceros S. A.*, em 1967, e da *Andes* (Associação Nacional dos Educadores Salvadorenhos), em 1965 e 1972, converteram-se em greves gerais, brutalmente reprimidas. Na Guatemala, depois de 1974, crescem as lutas sociais e a organização sindical. A Marcha dos Mineiros, desde Ixtahucan até a capital, mobilizou mais de 300 mil pessoas, em 1977; a greve geral, por ocasião do aumento de preço dos transportes urbanos, registrou a maior mobilização de massas, em agosto de 1978. Na Nicarágua, a partir de 1973, sucedem-se positivos movimentos reivindicativos dos operários de construção, dos hospitais e de setores fabris. Em todos esses conflitos, o movimento estudantil esteve ativo. E a uns e a outros, a repressão militar golpeou duramente.

Mas, depois de 1978, em geral, já não se tinha certeza — como achavam os romanos — que Deus estava sempre do lado dos grandes batalhões.

### Uma burguesia sem partidos

Os choques interburgueses não facilitam, na América Central, a constituição de organismos de participação democrática. A ditadura militar é a forma política de resolver as contradições do crescimento capitalista, surgidas em seu seio. O espaço em que se movem os pequenos grupos burgueses é estreito, como também sua base de acumulação, limitados pela força do capital estrangeiro e pelo peso de suas raízes fundiárias. Parecia não haver lugar para todos no seio de uma cultura política tradicional, de monopólio indiscutível do poder e da riqueza.



Essa peculiar classe dominante tem dificuldade para constituir organizações partidárias, para articular organicamente seus interesses e sua representação política, na medida em que o exercício do poder requer. A burguesia centro-americana recorre mais aos seus sindicatos que a seus partidos. As associações de cafeeiros, outrora, e agora as câmaras industriais e financeiras, são os organismos de pressão por intermédio de cuja representação a classe atua e se defende politicamente. Como o jogo eleitoral é comédia ou farsa, o partido só serve para essa atuação passageira. Quem ocupa o seu lugar é o Cacif, o Cohep, o Cosep, Acoge e outras siglas de organizações empresariais, de onde os patrões brigam e se defendem.

As exceções são menores. Por um lado, na Guatemala, a extrema-direita conseguiu consolidar o Movimento de Libertação Nacional, o partido “da violência organizada”, segundo foi batizado pelo seu líder, Mario Sandoval Alarcón. Na Nicarágua, a “aristocracia” comercial, transformada depois numa elite industrial-financeira, conseguiu manter um minúsculo e oportunista Partido Conservador, que hoje já não tem espaço para sobreviver por causa de seus pecados passados. Novamente, a Costa Rica é a exceção: aí existe, desde 1951, o Partido de Libertação Nacional, expressão de uma inteligente aliança multiclassista na fórmula ideológica da social-democracia.

Outra característica dessa burguesia é sua incúria ideológica manifestada na pobreza de sua pretensa direção moral e intelectual: o anticomunismo, que define de maneira negativa a defesa do status-quo, sem constituir uma alternativa doutrinária. A contra-insurreição que os Estados Unidos exportaram para a América Central trouxe consigo a doutrina da segurança nacional, exarcebando de maneira doentia uma peculiar defesa da nação, ao custo do esmagamento das classes dominadas.

### **A bandeira dos trabalhadores é a democracia**

Durante muito tempo, os setores sociais dominados só muito ocasionalmente puseram à prova a sua capacidade de enfrentar diretamente o poder. Os movimentos de protesto social ficaram no limite da ameaça. Os processos políticos de crise, no pós-guerra, foram grandes movimentos sociais contra as ditaduras. Tiveram uma liderança não-popular e adotaram a forma pacífica de greve cívica generalizada. Assim terminaram ou foram colocadas em xeque as ditaduras de Ubico Hernández Martínez, na Guatemala, Tibúrcio Carías, em Honduras, e o primeiro Anastacio Somoza, na Nicarágua. Da mesma maneira, desenvolveram-se os grandes movimentos cívicos de março-abril de 1962 na Guatemala; a greve geral contra o coronel José María Lemus, em El Salvador (1960); e a violenta ofensiva dos conservadores, em janeiro de 1967, encabeçada por Agüero e Pedro Joaquín Chamorro, na Nicarágua.

Nos últimos quinze anos, o movimento operário e camponês da América Central tenta organizar-se de forma autônoma, independente do controle estatal (ministérios do Trabalho) ou do apoio patronal. Salvo raras experiências de diretorias sindicais a serviço dos patrões, a conduta operária foi marcada pela oposição à ordem política e, com isso, por um caráter semilegal, despertando a intolerância da burguesia e a mais ou menos inevitável repressão policial.

A ilegalidade de todo conflito social e a repressão violenta transformaram a reivindicação pela democracia política numa bandeira operária de primeira importância.

### **Derrotados mas não domesticados**

Nos anos 70 com mais frequência, e mesmo antes, a mais simples reivindicação sindical tendia a ser exigida com intolerância e a fazer parte de uma ameaça à ordem vigente. A ausência de partidos de massas, peleguismo ou ideologias populistas, rapidamente davam uma dimensão política e nacional a qualquer conflito social, talvez mais pela intolerância burguesa e a resposta repressiva do que pela consciência de classe. O certo é que os setores

populares foram-se formando numa experiência nacional e popular de novo tipo. De novo tipo porque é prática revolucionária.

Imediatamente, politizam-se a reivindicação estudantil, o conflito de empresa, a manifestação de rua. Houve época em que todas elas, reprimidas, transformavam a reivindicação sindical, corporativa e particular em protesto nacional e universal que afetava o poder do Estado e terminavam por provocar a renúncia de um chefe-de-polícia, do ministro do Interior, do próprio presidente da República. A situação de atraso produz choques frontais com o sistema. Os fracassos não fizeram senão estimular a resistência e, dessa desigualdade, a experiência de classe saiu fortalecida e não o contrário. Da derrota e não da domesticação surgiu o atual movimento revolucionário na América Central, essa vontade coletivo-popular que hoje coloca em xeque-mate a burguesia centro-americana.

Depois de 1975, os estudantes universitários e secundaristas paulatinamente deixaram de ser os sujeitos elementares do protesto político. Seu papel nas lutas democráticas foi fundamental, mas sua condição de atores substitutos de outras classes perdeu importância. Das escolas e universidades saíram numerosos militantes e quadros políticos de primeira linha, justamente porque perderam sua condição estudantil.

### **A tragédia dos comunistas**

Ficou demonstrado, nesse processo, o fracasso dos partidos políticos de esquerda na organização e direção das lutas populares. Isso é verdade, particularmente, para os mais antigos deles, os partidos comunistas. Únicos representantes da classe operária e do campesinato durante anos, cheios de experiência no trabalho clandestino e ferozmente golpeados como vítimas permanentes da repressão estatal, os partidos comunistas nunca conseguiram transformar sua qualidade ideológica numa práxis de vanguarda. Talvez seu erro fundamental esteja radicado em que, em diversos graus de profundidade, reconheceram na burguesia um papel dirigente na revolução democrático-burguesa, erro histórico que conduziu a mais de uma importante derrota. A tragédia desses partidos foi terem conhecido a oligarquia latifundiária antes da burguesia e exageraram o papel revolucionário desta última. A concepção etapista do desenvolvimento social e da revolução levou-os a procurar alianças com as "burguesias nacionais", justificadas na teoria mas impossíveis na realidade. Não previram a chegada de uma nova crise revolucionária, que exige novos alinhamentos de classe. Ficaram desarmados política e militarmente.

Examinemos, rapidamente, o caráter da nova organização e os novos sujeitos da ação. Trata-se de

organizações que nascem ou se recompõem recolhendo autocriticamente dois tipos de experiências: a inoperância do Partido e a derrota do foco guerrilheiro. A antinomia da década dos 60 foi trágica como divisão funcional de tarefas: o movimento de massas dirigido por uns e a luta insurrecional a cargo de outros. O divórcio foi cortante e sangrento. Hoje, as chamadas organizações político-militares (para sublinhar exatamente sua unidade dual) se alimentaram dessas experiências, resolvendo na práxis concreta uma original e produtiva combinação da luta econômica com a luta política e a luta armada, estabelecendo novos vínculos entre o sindicalismo, a condução política e a guerrilha.

Nesse sentido, todas as experiências são originais. Na Guatemala, as Forças Armadas Revolucionárias (FAR) têm forte influência no movimento sindical; a Organização do Povo em Armas (Orpa) está nas zonas rurais, especialmente na região de população camponesa-indígena; e o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), com maior experiência, realiza com êxito uma múltipla atividade, com a concepção de que a luta de massas deve conduzir a uma luta armada de massas, de caráter nacional.

Em El Salvador, a experiência é relativamente diferente, mas marcada pela mesma preocupação em desenvolver com imaginação e audácia todas as possíveis formas de enfrentamento. Em uns casos, o grupo guerrilheiro faz "trabalho de massas" e cria sua frente sindical-popular; em outros, penetra no movimento operário já existente e contribui para o seu reforço; finalmente, implantam-se solidamente no campo. Essa é a experiência do Bloco-FPL, da Farn-Fapu, do ERP-LP 28 e do PC-UDN\*.

Na Nicarágua, a experiência da Frente Sandinista é igualmente peculiar e provavelmente mais conhecida. A longa sequência de derrotas, produto de uma concepção estritamente militar e de outros fatores internos, dividiu-a em três grupos. A concepção da "guerra popular prolongada" somou-se a necessidade do trabalho político-urbano de massas ("tendência proletária") e depois a estratégia insurrecional ("terceirista") que combinasse todas essas formas de enfrentamento. Na Nicarágua, colocaram-se juntas, pela primeira vez na América Latina e de forma original, a luta guerrilheira no campo, as formas urbano-insurrecionais,

\* Bloco Popular Revolucionário - Forças Armadas de Libertação; Forças Armadas da Resistência Nacional - Frente de Ação Popular Unificado; Exército Revolucionário do Povo - Ligas Populares 28 de Fevereiro; e Partido Comunista - União Democrática Nacionalista. Essas quatro organizações e suas respectivas "frentes de massas" integram, juntamente com o Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos - Movimento de Libertação Popular, a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional.



Na Guatemala, depois de 1974, crescem as lutas sociais e a organização sindical



A marcha dos mineiros mobilizou mais de 300 mil pessoas



Vive-se um processo de participação camponesa. Eles são os novos sujeitos da práxis política

a greve geral, o trabalho no campo, nos bairros, nas fábricas e, além disso, a conquista de uma importante fração da burguesia média e dos intelectuais até apoiar a FSLN com um conjunto de organizações políticas de massas que deram uma extraordinária força à ação militar.

As organizações populares que surgiram na América Central por volta de 1975 foram uma solução de ruptura à organização e ao controle tradicional. A Frente Sandinista se aproxima mais da figura de um exército popular, mas soube, na ofensiva final, cercar-se das organizações de massas, de praticamente todo o povo, de quem recebeu total apoio. Na luta contra Somoza, o enfrentamento foi entre o Estado e a sociedade. As que se organizam na Guatemala e em El Salvador não constituem propriamente um partido mas também não são um exército. São movimentos policlassistas que adotam uma forma transicional de *frente*, com uma estrutura político-militar no cimo e uma ampla dispersão de organizações de massas na base, através de vínculos que nem sempre são orgânicos nem ideológicos. Qual é o princípio nacional-popular dessas verdadeiras coalizões inéditas de massas que fazem recrutas em todos os setores da sociedade?

### Os camponeses derrotam o fatalismo

Não há dúvida de que são os camponeses e os setores marginais os novos sujeitos da práxis política. Só a sua presença já desestabiliza o sistema. A organização camponesa independente — ainda que não reivindique a mais tradicional de suas exigências, a parcela de terra — constitui um imenso ato de desobediência civil. Vive-se o processo de participação camponesa, mesmo sendo pacífica, como uma profunda crise de autoridade. No atraso social e político da América Central, isso constitui o fim de um fatalismo que só a violência revolucionária pode romper.

Assim, o conflito adquire uma dimensão até então desconhecida. A repressão e o controle não podiam ser vencidos por meios tradicionais. Só mencionemos que em El Salvador, a burguesia tinha organizado as Patrulhas Regionais, a Guarda Nacional, o Exército, a Polícia e a Orden (Organização Democrática Nacionalista), uma organização policial-política dos camponeses médios, destinada a controlar o setor camponês de dentro e a reprimi-los de fora. A instituição dos Comissariados Militares, na Guatemala, ou dos *Jueces de Mesta* na Nicarágua, são ou foram formas extremamente úteis para fazer com que os próprios camponeses exerçam funções de inteligência militar, espionagem e repressão aberta entre eles mesmos.

A luta armada dos camponeses e dos grupos marginais dá ao enfrentamento uma violência

igualmente nova. A capacidade destrutiva destes últimos, canalizada adequadamente, pôs-se à prova nas Milícias Sandinistas, recrutadas entre os desocupados da cidade. As forças populares salvadoreñas têm experiência semelhante, numa sociedade onde os setores desclassificados constituem há muito tempo uma respeitável maioria, que já não é só urbana. Constituem-se numa força elementar, poderosa, que se desencadeia sozinha. Organizá-las para a resposta violenta resulta numa atividade quase natural de sua própria existência social. A experiência da Nicarágua, no entanto, ensina que é sumamente difícil canalizar suas energias para o trabalho construtivo, para a ação política deliberada, para desenvolver neles uma consciência socialista.

### O próximo está próximo

Nada do que se analisou até agora poderia ser explicado, finalmente, sem a proteica contribuição dos grupos religiosos. Os cristãos acabaram por “descobrir” a realidade da miséria e da exploração das massas. O ministério religioso adquire um caráter popular. “Amar a realidade é condição para conhecê-la, conhecê-la é condição para mudá-la”. São os movimentos cristãos de base, formados por sacerdotes e leigos. Sob as mais diversas denominações convertem-se em protagonistas diretos da luta popular, fundidos literalmente às massas. A prática dos movimentos sacerdotais e leigos radicalizados traduz-se numa decodificação do discurso teológico tradicional da igreja hierárquica e numa proposta político-ideológica: a teologia da libertação.

Com a unidade das organizações políticas e militares, produz-se uma confluência das classes dominadas da sociedade e mesmo daquelas que a não-exploração marginalizou. Convivem também no movimento popular, as diferentes formas de consciência radical: o pensamento marxista clássico, a rebeldia jacobina, a vontade do democrata radical (pequeno-burguês), a sensibilidade dos críticos de esquerda e, sem dúvida, o profundo rancor pré-classista dos desclassificados urbanos e, principalmente, das etnias indígenas (na Guatemala). Essa somatória de forças sociais perfila-se melhor na própria luta. É necessário superar muitas dificuldades reais para que a unidade solidifique-se numa frente orgânica poderosa, que não seja só a soma de organizações, mas uma autêntica vanguarda nacional.

### A revolução, um projeto em construção

A primeira reivindicação das forças populares — e, em particular, do programa das organizações político-militares — é a implantação de um regime democrático. Na América Central, essa é uma exi

gência antiburguesa, dada nossa singular condição histórica caracterizada por um desenvolvimento do capitalismo sem uma revolução política burguesa.

A exigência de um governo popular é consequência da concepção participatória e livre da democracia. Não se deve esquecer que, na tradição centro-americana, uma greve fabril degenera numa greve nacional, da mesma forma que uma reivindicação corporativa se transforma, pela magia da repressão, em protesto contra o sistema. As lutas sociais convertem-se em revoluções, e estas em movimentos de libertação nacional porque o Estado e a burguesia apóiam-se cada vez mais exclusivamente no imperialismo norte-americano. Daí, que o anti-imperialista seja, em sentido contrário, elemento constitutivo das lutas populares.

Em todo caso, o projeto revolucionário não é um modelo acabado. Não é algo previsto e estatuído num programa. Ao contrário do que aconteceu na década anterior, nos anos 70, o processo revolucionário desenvolveu-se como uma afirmação da prática, original e criativo. A revolução nicaraguense é um bom exemplo de uma vontade que cria, na prática, suas próprias respostas programáticas.

A revolução nicaraguense, que se aprofunda dia-a-dia, não incorreu no erro de se dar uma classificação prévia: entre outras razões, porque a crise do sistema de dominação burguesa, a crise burguesa propriamente dita, ainda não foi resolvida. No entanto, não restam dúvidas sobre o caráter popular do poder sandinista e de sua força estratégica.

Na atual etapa e em virtude das condições objetivas, que são as herdadas da história anterior e, agora, as colocadas pelo imperialismo norte-americano (assim como pelo sistema capitalista internacional), a revolução centro-americana não é nem burguesa nem socialista. Os programas das organizações político-militares e de todo o movimento popular têm uma diferença com os da década de 60: são mais maduros e mais realistas. Deveriam ser com preendidos como a estratégia de uma revolução democrático-revolucionária, como a objetivação do entrelaçamento de uma revolução burguesa inconclusa e de uma revolução socialista incipiente. Não se deve confundir o caráter da revolução com as formas de luta pelas quais ela se realiza. Pareceria que pela boca do fuzil só se pode proclamar o socialismo. A luta armada, a "selvagem" irrupção das massas, são elementos de um processo que procura, agora, a constituição de um poder popular, democrático e revolucionário.

A conquista da independência nacional, da liquidação do latifúndio, a implantação da democracia, o desenvolvimento das forças produtivas, a popularização da cultura são objetivos não realizados pela dominação burguesa em sociedades dependentes. A burguesia não fracassou, propriamente, na realização dessas tarefas porque, para sua existên-

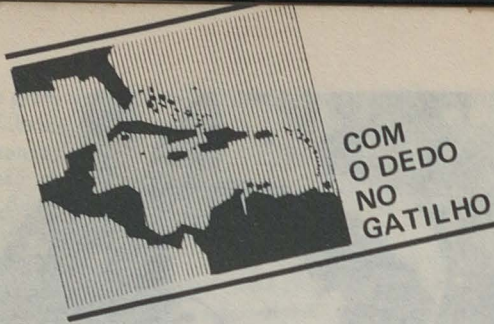


Sandino

cia como classe, elas não foram decisivas. Agora, a execução das mesmas só pode ser feita contra e apesar dela. A coalizão de forças sociais, onde o proletariado, o campesinato e as camadas pequeno-burguesas formam o destacamento principal, garante essa possibilidade.

Os programas dos movimentos populares exigem, de maneira mais ou menos exata, essa primeira etapa democrático-revolucionária. A tomada do poder é a condição para o cumprimento dessa transição. A partir daí, com a conquista da hegemonia final que facilita o controle do aparelho do Estado, ganhando uma nova maioria, e somando cada vez mais forças sociais antes neutralizadas, pode-se empreender o caminho do socialismo. De um socialismo com liberdade. De uma democracia socialista, na qual não seja sacrificado nenhum dos valores pelos quais se lutou, porque eram negados na velha sociedade.

Todo processo revolucionário tem que se fundamentar no que há de mais progressista da tradição nacional. As forças populares podem tirar sua força do passado, mas seu caráter está dado pelo futuro. A figura de Sandino antiimperialista, de Farabundo Martí assassinado pela oligarquia, a reivindicação do passado indígena, tudo isso pode dar à crise centro-americana uma saída original que não faça senão ratificar o excepcional de cada processo nacional e o genérico de toda revolução autêntica. De toda forma, os ensinamentos são mais modestos. O movimento popular e suas vanguardas estão sendo capazes de desenterrar o caráter histórico da revolução em processo (o democrático-revolucionário), os caminhos de seu desenvolvimento (a combinação de diferentes formas de luta de massas com o enfrentamento armado) e compreenderam, talvez sem conhecer Gramsci, que tem-se que atuar com grande pessimismo da inteligência junto com um férreo otimismo da vontade. □



## Um passo no sentido da unidade

A Conferência Permanente dos Partidos Latino-Americanos e do Caribe toma uma firme posição contra as ameaças e preparativos de agressão

Rafael Cribari

**A** reunião realizada no Panamá, entre os dias 26 e 27 de novembro de 81, da Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal) representou um avanço na sua representatividade e no campo das definições ideológicas e políticas.

A Coppal foi fundada em 1979, na cidade de Oaxaca, México, terra natal de Benito Juárez, um dos libertadores da América. Desde então, já realizou várias reuniões, todas elas marcadas pelas preocupações com o presente e o futuro do processo democrático da América Latina e do Caribe.

A reunião do Panamá foi presidida pelo chefe do governo desse país, presidente Aristides Royo e apoiada na estrutura do Partido Democrático Revolucionário, inspirado e constituído sob o pensamento do general Omar Torrijos.

Um fato marcante dessa assembléia foi a ampliação dos quadros da Coppal. Era princípio da organização só aceitar partidos-membros que dispusessem de representação parlamentar nos seus respectivos países. No quadro latino-americano, ainda dominado por ditaduras, essa orientação excluía forças políticas que, embora não parlamentares, dispunham de ampla representatividade.

O presidente do PRI mexicano, Pedro Ojeda Paullada, também presidente da Coppal, dirigiu os trabalhos. Destacados líderes latino-americanos, como Carlos Andrés Pérez (Venezuela), Siles Suazo (Bolívia), Daniel Oduber (Costa Rica), Tomás Borge (Nicarágua), Francisco Julião (Brasil), Anselmo Sule (Chile), Guillermo Ungo (El Salvador) e outros participaram da reunião e dos debates.

### O clima de agressão e ameaça

Damos a seguir alguns pontos fundamentais da declaração aprovada no Panamá, após esses debates:

— A Coppal manifesta preocupação pela situação na América Central, onde “se configura um clima de agressão e ameaça contra o processo revolucionário democrático que tem lugar na região”.

— Repele toda alteração ao tratado Torrijos-Carter, sobre o canal do Panamá, e respalda os direitos panamenhos à plena soberania e jurisdição sobre a área do canal e a reversão da mesma ao Panamá, como foi estipulado naqueles acordos.

— Apóia firme e inquebrantavelmente o Porto Rico livre e reitera que a independência “é a única solução autenticamente descolonizadora para esse povo latino-americano irmão”.

— Respalda o processo revolucionário de Granada e o Partido Nova Jóia, que o expressa.

— Manifesta, uma vez mais, sua contiança no processo revolucionário nicaraguense e reconhece os esforços permanentes que este realiza para garantir a permanência de um sistema democrático pluralista.

— Considera que não há condições para eleições democráticas na Guatemala, onde campeiam a repressão e a violação dos direitos humanos, e expressa a convicção de que o povo haitiano se libertará da ditadura que o oprime há 25 anos.

A Coppal manifestou também seu repúdio às ditaduras do Cone Sul e declarou “observar com especial interesse o processo de democratização que se está desenvolvendo no Brasil, formulando seus melhores augúrios em favor da ação dos partidos antiditatoriais, especialmente o irmão Partido Democrático Trabalhista, PDT”.

### Ameaça de intervenção militar

A política norte-americana para a região foi duramente combatida na reunião dos partidos latino-americanos. Um dos tópicos da declaração assinala: “A Coppal observa, com suma preocupação, as ameaças e preparativos de intervenção militar feitos pelo governo dos Estados Unidos, particularmente contra Cuba, Nicarágua, Granada e El Salvador. Essa atitude do governo norte-americano não ajuda na busca de soluções políticas e pacíficas à crítica situação que se está vivendo. A Coppal considera que o caminho mais efetivo e humanitário é a solução política do conflito salvadorenho baseada no reconhecimento da Frente Democrática Revolucionária e da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional, FDR-FMLN (movimento revolucionário) como uma das partes do conflito e não através do esquema militar de guerra de extermínio popular com cobertura eleitoral”.

A reunião da Coppel foi presidida por Aristides Royo, chefe-de-Estado panamenho (na foto à esquerda de Fidel Castro, na reunião dos Não-Alinhados de Havana, em 1979) e recebeu o apoio do Partido Democrático Revolucionário, inspirado no pensamento do general Torrijos



Foto: Bohemia

Essa referência alude à política de Reagan para El Salvador. A Casa Branca preconiza um processo eleitoral seletivo e fraudulento para dar cobertura ao domínio da oligarquia salvadorenha, que domina a atual Junta Militar, ao contrário do que defende a Coppel.

Não foi só aí que a Coppel enfrentou diretamente a política norte-americana para a região. Condenou, também, ao que se chamou de “pequeno plano Marshall”, através do qual Reagan tenta salvar os governos repressores da área e isolar os processos revolucionários. A posição dos partidos latino-americanos a respeito foi expressa da seguinte maneira:

“Qualquer proposta de caráter internacional ou qualquer ação tendente a solucionar o problema econômico da região, terá que repousar nas seguintes premissas:

- não se imporão condições aos programas de cooperação econômica regional;
- esses programas não poderão ser restritivos, ou seja, excludentes de nenhum dos países da América Central e do Caribe;
- a ajuda que se canalize, para esse fim, não deverá ser em armamentos ou de caráter militar”.

A próxima reunião da Coppel será em Manágua, em fevereiro próximo. □

## OS PARTICIPANTES

□ Estiveram representados na reunião do Panamá os seguintes partidos: de Belize, Partido Unido do Povo; da Bolívia, Movimento Nacionalista Revolucionário de Esquerda e Movimento Nacionalista Revolucionário; do Brasil, Partido Democrático Trabalhista; da Costa Rica, Partido de Libertação Nacional; do Chile, Partido Radical; do Equador, Concentração de Forças Populares; de El Salvador, Movimento Nacional Revolucionário; da Guatemala, Frente Unida da Revolução e Partido Socialista Democrático; do Méxi-

co, Partido Socialista dos Trabalhadores, Partido Autêntico da Revolução Mexicana, Partido Popular Socialista e Partido Revolucionário Institucional, PRI; da Nicarágua, Frente Sandinista de Libertação Nacional; do Panamá, Partido Revolucionário Democrático; de Porto Rico, Partido Independente; do Uruguai, Convergência Democrática; da Venezuela, Ação Democrática e Movimento ao Socialismo.

Como observadores: da Argentina, Partido Socialista Popular; de El Salvador, Frente Democrática Revolucionária, FDR; do Equador, Associação Latino-Americana pelos Direitos Humanos; do Haiti, Comitê dos Acordos do Panamá; e de Honduras, Aliança Liberal Popular.

## O fantasma da fome no país da fartura

Após cinco anos de regime militar, os outrora bem alimentados argentinos descobrem uma dura realidade, típica de países considerados pobres: a falta de comida. Mas os alimentos não desapareceram, o que sumiu foi o dinheiro para comprá-los

Maria Gobelli

“Não existe fome, porque os argentinos comem todos os dias”. A afirmação é do Chefe do Exército, e agora também presidente, general Galtieri, respondendo ao presidente da *Ford Motors* que criticou as condições de vida dos operários das fábricas de automóveis. O paradoxo atingiu os limites do absurdo: o presidente de uma transnacional falando da fome de “seus” operários. Claro que o paradoxo vai muito além, porque um país auto-suficiente em petróleo e alimentos, onde a subnutrição praticamente não existia até há pouco tempo, onde a média de analfabetismo era de seis por cento em 27 milhões de habitantes, com riquezas marítimas pouco exploradas e um importante parque industrial, não poderia passar fome, não poderia ter nos bairros crianças desnutridas.

O primeiro ato de massas, desde o golpe militar de 76, teve três reivindicações básicas: contra o desemprego, contra a fome e pela paz. O 7 de novembro de 1981 é um dia que não será esquecido facilmente pelos militares. Apesar das proibições, do forte aparato de segurança montado, do efeito psicológico que pretendiam criar, com o então ministro do Interior, general Liendo, dirigindo a repressão através de um helicóptero, mais de 30 mil pessoas superaram as

tensões do medo aderindo à proclamação — protesto do dia de São Caetano, padroeiro do trabalho.

Contra o desemprego e a fome são palavras-de-ordem praticamente novas na Argentina. Durante os últimos 20 anos a reivindicação constante foi aumento salarial. Se havia reclamações por aumento de salários, isto significava que havia trabalho. Hoje pede-se por ele e contra a sequelas do desemprego: a fome. E é aí que os argentinos de 1981 se emparelham com os de 1930 — ano da maior crise, antes da atual — num país que até há pouco tempo estava mais próximo às economias desenvolvidas que ao resto do Terceiro Mundo.

### A realidade ontem

Durante a Segunda Guerra Mundial a Argentina foi chamada de “o celeiro do mundo”. A província de Buenos Aires, com sua fertilidade excepcional, produzia trigo para o consumo interno e exportava um vasto excedente para a Europa em guerra. O gado bovino, de excelente qualidade, é abundante nesta região onde se originou o churrasco. Este era um hábito entre os

As reportagens correspondem a publicações do jornal *Clarín* dos dias 6 de setembro e 19 de outubro deste ano.

peões das estâncias que não conheciam outro almoço além desse. Até há pouco tempo, era comum ver os *linyeras* (vagabundos) nas estradas da província de Buenos Aires, assando um pedaço de carne dado pelos peões das estâncias. As condições do solo dessa região fazem da Argentina um dos maiores exportadores de grãos e de gado do mundo.

Até a Segunda Guerra Mundial o desenvolvimento do país era semelhante ao do Canadá. Hoje, mesmo dispondo de idênticos recursos, está longe desse nível. Ainda que a economia tenha passado pelas crises típicas da recessão, as condições privilegiadas do país permitiram que fosse uma exceção no Terceiro Mundo: os argentinos, numa alta porcentagem, podiam satisfazer suas necessidades básicas.

### A situação hoje

A 7 de agosto, o arcebispo da cidade de Rosário afirmou em sua homilia: “... Como argentino dói-me a paralisação do país; como pastor angustia-me sua consequência: o crescente desemprego. Angustia-me, como sequela disso, que haja pais de família que não podem levar pão às suas mesas, que se vejam na impossibilidade de contar com o serviço tão elementar nos dias de hoje como a luz elétrica, porque não



podendo pagar o seu custo, frequentemente aumentado, cortam o fornecimento. Angustíam-se pensar que neste país abundante em alimentos haja quem padeça de fome, ou esteja subalimentado. Como não achar angustiante a situação quando há desempregados em número alarmante e há muitos cujos salários são insuficientes para manter um padrão de vida digno?"

A crise do país é tão grande que no outrora "celeiro do mundo" fala-se de subnutrição, fome e evasão escolar em massa. Em Bosques, zona de concentração industrial a poucos quilômetros de Buenos Aires, onde existiam bairros operários com uma infraestrutura básica adequada, come-se hoje graças às "panelas populares" organizadas pela igreja local. Há fome e as crianças começam a sofrer os sintomas de subalimentação.

A situação chegou a tal ponto que a Igreja, que sempre se manteve ao lado do governo, começa a tomar uma atitude crítica e até de confronto.

### Nos bairros de Buenos Aires

A avenida General Paz divide a capital federal, Buenos Aires, da chamada Grande Buenos Aires, o cinturão industrial. Este é composto por muitos bairros com a mesma estrutura: um próspero centro comercial e a zona onde vive a classe média; depois as inumeráveis pequenas e bem "jeitosas" casas operárias que se estendem por vários quilômetros até se transformarem em "favelas".

Nesses bairros era comum ver-se mulheres lavando ou estendendo roupa, e as crianças brincando. Os homens só apareciam depois das seis da tarde, ao voltar do trabalho. Hoje, a qualquer hora do dia, os vemos na rua, com o olhar distante. Os homens argentinos, os pais de família, que há pouco tempo se orgulha-



A nota de um milhão de pesos é um exemplo da inflação galopante que deixou um milhão e meio de desempregados e espalhou a fome por todo o país



vam de poder mandar seus filhos ao colégio, agora, sem trabalho, não podem sequer garantir-lhes a comida.

“Porque não aparecem em minha casa? Sou pai de oito filhos e não tenho trabalho. Perdoem a desordem, mas minha esposa trabalha fora e tenho vergonha de ficar limpando a casa como uma mulher. Trabalhei até há três meses numa fábrica de cimento, mas me despediram e estamos passando necessidades. Todos os dias saio em busca de trabalho, mas não se encontra nada. Vou até onde posso chegar caminhando, pois não tenho dinheiro nem para a condução. As vezes até me custa voltar para casa com os bolsos vazios e sabendo que há bocas que esperam que eu traga algo para comer. Hoje, comeram só um prato de sopa”. (Depoimento de um operário com cerca de 40 anos.)

Uma mulher do mesmo local diz: “Eu ainda posso dar de comer às minhas filhas. Mas não é o que sempre comíamos. Agora é só ensopados, ou, à noite, uma xícara de leite com pão. Vamos enchendo a barriga mas não com uma boa alimentação. Há ainda um outro problema: a menina de dois anos tem angina. Nós a levamos ao médico e as cinco injeções que tínhamos que comprar custavam 250.000 pesos. Não temos esta quantia. Há noites em

que a criança não pode dormir com tosse”. Outra mulher acrescenta: “O ensopado ou a sopa quem come são os nossos filhos. E chegamos ao fim do mês felizes se ninguém adoecer. Também não podemos mandar as crianças à escola por não ter como pagar a condução. O governo, sabendo da situação que estamos vivendo, em lugar de fazer esses inquéritos sobre a evasão escolar, não poderia fornecer um passe grátis para os escolares?”

Há um fenômeno novo nos bairros: as panelas coletivas. Uma jovem disse: “Hoje fizemos a comida entre três famílias. Colocamos um osso com carne e cada um pôs na panela aquilo que podia... E esta noite, o que comeremos?”

### Bairro triste

Na Villa Ballester um operário portuário, 52 anos, descreve a situação assim: “Vivemos na base do ensopado. Já não é como antes, que se colocava um bom assado na grelha ou se podia comer um pouco de queijo enquanto se esperava o jantar. Agora comemos pouco. Felizmente a ‘patroa’ tem boa mão para cozinhar e sempre comemos com gosto. Mas este bairro tornou-se triste. Antes, sem mais nem menos, sempre havia um

convite para um churrasco e bastava ter apetite. E no porto! Quando havia um bom trabalho fazia-se cada churrasco! . . . Ou então fomos à cantina comer um grande cozido com os companheiros. Agora cada um come um pequeno sanduíche escondido e com isso trabalha o dia inteiro. Os tempos não estão bons, mas se há trabalho voltamos com os pesos para alegrar a vida até o dia seguinte”.

Outro trabalhador disse: “Sou um operário sem trabalho e tenho uma filhinha doente... Mas lhe digo uma coisa: as pessoas não vão deixar seus filhos morrerem de fome; sairemos roubando ou matando, mas não vamos deixar nossos filhos morrer. Na Villa Ayacucho também somos argentinos”.

### A classe média

No bairro de Belgrano, a maior concentração da classe média alta, segundo os comerciantes do lugar, as vendas baixaram em 30%. Na enquete realizada pelo jornal *Clarín*, o dono de um armazém localizado numa esquina privilegiada de Belgrano declarou: “Não quero nem fazer as contas senão tenho que fechar o negócio. Há produtos sem saída, como os bons queijos e as sobremesas geladas (tive que desligar uma geladeira). E este é um bairro de gente que economicamente não devia ter problemas. O consumo mudou, vende-se produtos de nível mais baixo. Antes, os homens quando voltavam para suas casas desciam do carro e levavam uma caixa de bom vinho ou duas caixas de cerveja porque tinham convidados... Isso está acabando. Não é que este mês tenha sido mau e nada mais. Faz tempo que isto começou e tudo parece indicar que será ainda pior”.

Na Argentina de hoje os arquitetos trabalham em quiosques, os médicos vendem vinho, os advogados criam negócios que



A desvalorização do peso arruinou os que investiram no exterior

# Los que optan por emigrar

Por Rubén Alvarez

"Antes sentía desprecio por los que se iban del país. Pensaba que era una traición, que había que quedarse. Después me pasó un año lucubrando si irme o quedarme, y cuando me decidí comenzó la odisea. Hace cuatro meses que lleno formularios en las embajadas, pero no parecen necesitar una antropóloga de reluciente título y sin experiencia. ¿En nuestro país? ¡No irónico...! Pero lo sabía. Lo sabía mismo seguí estudiando hasta recome. Debo tener eso que llaman vación... No les interesa la cultura y graciadamente no encuentro un l donde meterme, por eso busco irme."

La conversación con Gabriela transcurre en el palier de la embaixada de Canadá. Allí se puede constatar vertiginosa y subterránea corriente de argentinos o, por lo de quienes tienen intención de ir al exterior. Se va la joven antropóloga a un matrimonio. Ella es bajita y parece tener más años. Esperan tímidamente. El do de la embajada, rutinariamente extiende dos formularios y p cianicamente: "Tienen que lli cha y dentro de los 90 días se mados por carta si deben cc trámite". ¡Oh, tres meses!, e mujer. El matrimonio se mir ra y desilusionado espera sor. La impresión que trans traía las valijas, que necer en ese momento. Cuando se puertitas del ascensor ella t los papelitos en la mano. S

**Um quinto dos engenheiros argentinos emigrou em busca de emprego**

nunca atingem as expectativas. Dos 50 mil engenheiros, 10 mil saíram do país e oito por cento dos que ficaram não têm trabalho.

As embaixadas do Canadá e dos Estados Unidos recebem 200 pedidos de emigração por semana. Miguel, de 25 anos, na embaixada do Canadá: "Diante deste guichê quebram-se todos os dias muitas ilusões. Viu como disseram a este médico que não há possibilidade? Aceitam somente gente com determinadas profissões. Porque me vou? Aqui estamos presos e sem saída. Não há trabalho, não há liberdade. Que me condenem a ser pobre toda a vida, está bem, mas que pretendam me convencer que sou o culpado de minha pobreza, é diferente, não é mesmo? Não gosto disso e vou-me embora. Mas se abrirem as portas e aceitarem todos os que quiserem ir, o

"Si cuenta solamente los que se van, no informará la verdad", nos dijo Miguel Valente, de 25 años. Luego, señalando la ventanilla del consulado de Canadá, agregó: "Contra esa ventanilla pasan muchas

gente? Lo miraba y pensaba que ese viejo podía ser yo dentro de 40 años. Trabajar toda la vida para tener una casita en Villa Bosch. Por eso me voy a Canadá...".

Otras razones: "Me voy porque tengo 25 años, trabajo todo el día y ya no puedo con mis padres. Con lo que me pagan alquilan una

volveríamos a escuchar: "Fuimos educados para vivir en otra sociedad".

¿Es posible minimizar y circunscribir este especial éxodo poblacional exclusivamente en la crisis económica? Es evidente que detrás del "fuimos educados para otra sociedad" aflora el problema de las expectativas sociales, que no es solo tener un trabajo sino qué se recibe a cambio de ese trabajo. "Yo no puedo comenzar de cero como si fuera un inmigrante —nos dijo un taxista desocupado en el consulado de Italia— Tengo 27 años y no me pude casar. Mi cuando vino de Italia vivió dos años alquilaban



último que feche a porta". Na mesma embaixada, diz um médico: "Educaram-nos para viver numa sociedade que não existe. Até nos especializamos, e para quê?"

O sentimento do médico é comum a todos aqueles que fazem filas nas embaixadas. Um homem de cerca de 40 anos assinala: "Na verdade, custa-me a entender o que está acontecendo no país. Sabemos que num ministério fecham-se durante dez dias para discutir uma lei sobre tarifas alfandegárias. Dez dias! Quando a cada hora que passa uma fábrica é fechada. Fomos educados para viver em outra sociedade".

A emigração maciça, a fome, as crianças subalimentadas, o crescente analfabetismo, a decomposição dos órgãos de saú-

de pública, são fenômenos novos e marcantes num país que até há pouco tempo tinha um médico para cada 494 habitantes.

Emigraram profissionais, técnicos e operários especializados. Os argentinos fora do país já são três milhões. São os descendentes dos italianos e espanhóis, que chegaram há um século com o sonho de "fazer a América" e assegurar para seus descendentes aquilo que lhes era negado numa Europa desgastada. São os Cipolla, os Gandini, os Martínez, os Morenni, os Pérez, os López, os Di Giovanni. São os herdeiros dos construtores do país.

"A Pátria é onde está o trabalho. Meu avô veio da Espanha porque o matavam de fome. Meu avô não era um traidor". □

## Impasse obriga ocidente a abrir o jogo

Diante da impossibilidade de uma vitória militar, as potências ocidentais decidem agora intensificar a pressão diplomática para encontrar uma saída para a questão da Namíbia. E neste aspecto, há uma posição pública e outra secreta.

Carlos Castilho

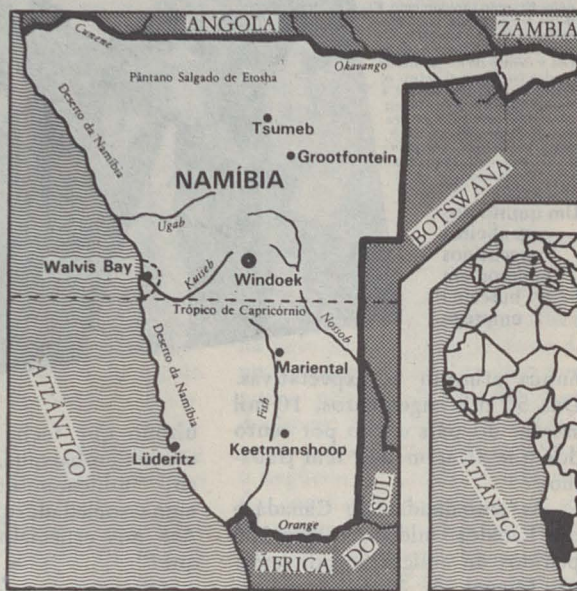
Os primeiros meses de 1982 serão críticos para a questão da Namíbia. As cinco nações ocidentais que formam o chamado Grupo de Contato (Estados Unidos, Canadá, Alemanha Ocidental, Inglaterra e França) apresentaram um plano de 11 pontos a ser cumprido em três etapas e que se destina a tirar as potências capitalistas do beco sem saída em que entraram por causa de seus laços econômicos e políticos com o racismo sul-africano.

O plano prevê, numa primeira fase, a formação de uma Assembléia Constituinte, a ser eleita de "maneira a assegurar uma representação justa de todos os grupos políticos da Namíbia no novo organismo". A Assembléia deverá redigir uma Constituição, levando em conta os seguintes pontos: a) a Namíbia independente será um Estado unitário e democrático; b) a Constituição será a lei suprema do país e somente poderá ser alterada por referendo popular; c) a Constituição criará três poderes autônomos; o Executivo e o Legislativo serão eleitos por voto universal, direto e secreto; d) o sistema eleitoral assegurará representação proporcional a todos os grupos políticos do país; e) a Constituição assegurará todos os direitos fundamentais do homem, assim como prevê garantias contra a expropriação de

propriedades particulares sem indenização; f) será proibida a aprovação de leis retroativas; g) será garantido o acesso livre a todos os postos do Serviço Público, sem qualquer distinção de raça, credo ou posição política; h) o sistema público de saúde, assistência social e cultural será livre e sem discriminação; i) serão criados organismos para administração municipal.

Esses 11 pontos constituem os princípios gerais que, em tese, foram bem aceitos pela maioria dos países negros envolvidos na

questão da Namíbia, e vistos com desconfiança pelo regime racista sul-africano. A aprovação desse conjunto de medidas constitui aquilo que o Grupo de Contato chamou de "primeira fase". Os *afrikaaners* e seus aliados na Namíbia não chegam a opor sérias restrições políticas aos 11 pontos, mas tentam bloquear o andamento das negociações colocando toda série de dificuldades quando se trata de analisar a forma pela qual este plano será posto em prática. É a "segunda fase", que no momento ganha uma



enorme importância, porque revelará até que ponto o plano do Grupo de Contato é uma tentativa sincera ou uma armadilha política, destinada a preservar os privilégios econômicos da minoria branca racista da Namíbia e África do Sul.

Nesse aspecto existe uma posição pública de países como os Estados Unidos, e outra secreta. A que foi divulgada reforça os princípios ditos democráticos do plano, mas nos bastidores existe uma realidade diferente, como pode ser visto no trecho de um documento secreto do Departamento de Estado, que publicamos nesta edição.

Na segunda fase da aplicação do plano está previsto um cessar-fogo, que precederá a realização das eleições para a Assembléia Constituinte. A África do Sul e seus aliados racistas rejeitam a supervisão deste cessar-fogo por tropas da ONU. Os demais países africanos são a favor da presença de observadores civis e militares das Nações Unidas. O governo de Pretória aceitaria uma força de paz composta por países do Grupo de Contato. Mas como o documento secreto mostra, a posição dos Estados Unidos é muito pouco confiável no que se refere a uma solução justa para o caso da Namíbia. Logo, a presença de tropas dos EUA é menos confiável ainda.

Detalhes como o número, composição, funções e duração de mandato se tornaram chaves nas discussões diplomáticas atuais porque eles acabarão se refletindo no perfil político do novo regime a ser criado na Namíbia. Uma força de supervisão do cessar-fogo composta por países do Grupo de Contato incluirá representantes dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Ocidental, que nunca mostraram qualquer tipo de simpatia para com a Swapo. No caso norte-americano, a posição oficial do Departamento de Estado é facciosa, e portanto inaceitável para

os países da Linha de Frente (Angola, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Tanzânia e Botswana).

Durante muito tempo as chamadas potências ocidentais acreditaram que com o tempo os países da Linha de Frente acabariam cedendo ao peso das agressões militares constantes da África do Sul contra seus vizinhos. Acreditavam, além disso, que a Swapo também não aguentaria a repressão do regime racista. Mas a realidade acabou mostrando um resultado diferente. Agora, a guerrilha passou para o terreno diplomático. Usa-se desde a ameaça de uma secessão dos ra-

cistas da Namíbia, até o bloqueio econômico para tentar arrancar concessões dos demais governos africanos.

O tempo que Reagan esperava ter está se esgotando rapidamente e com ele aumenta o isolamento diplomático da Casa Branca na África. Não há dúvida que países como Angola, Moçambique e Zimbábue, para não falar no Lesoto, Botswana e até a Zâmbia, estão pagando um preço muito alto para terem uma Namíbia independente. Mas apesar de tudo isto, segundo afirmou Julius Nyerere, presidente da Tanzânia, já "há luz no final do túnel". □

## Nas áreas controladas pela Swapo

Um jornalista norte-americano, membro da *Princeton University* acaba de percorrer as áreas controladas pela Organização Popular do Sudoeste Africano (Swapo). É um dos raros depoimentos de repórteres que conseguiram penetrar na zona de combates. Eis o relato de David McGloin.

Saber o que se passa nas áreas do norte (da Namíbia) é difícil. Os jornalistas não podem viajar livremente. Um repórter estrangeiro me disse que os sul-africanos exigem que os correspondentes estrangeiros tenham escoltas militares "para a sua proteção". Estas restrições tendem a limitar a cobertura da imprensa aos roteiros e informações cuidadosamente escolhidos de antemão pelo governo de Pretória.

"Não somos bem-vindos no norte", disse um repórter de um jornal da capital, Windhoek. "Se deixamos a estrada principal, eles nos obrigam a voltar; e os jornalistas estrangeiros são ainda menos bem-vindos".

Assim advertido, viajei como turista, tomando uma carona de Windhoek para Ondangwa com um pastor. Pouco antes de atingirmos a fronteira de Ovambo-land, paramos fora de um conjunto cercado de vinte edifícios. Fiquei no carro durante o tempo em que o pastor entrou para officiar o culto matinal.

Enquanto o via saudar as pessoas da vila, escutei um tiroteio ao longe. Proseguiu por meia-hora. Em meio a isso, o pastor voltou ao carro para perguntar se eu sabia o que estava acontecendo: um enfrentamento entre a Swapo e as forças de segurança da África do Sul.

A despeito do tiroteio, aqueles que se haviam congregado prosseguiram com o serviço da igreja, e o canto de hinos logo substituiu o desagradável ruído das metralhadoras.

Mais tarde, amainado o tiroteio, uma procissão de caminhões anti-minas carregados de soldados sul-africanos fizeram fila para seguir em direção ao norte. Passaram cerca de 75 caminhões, o

que significava que 800 a 1000 soldados estavam a caminho de bases militares próximas à fronteira angolana.

Seguindo na direção oposta, dois caminhões compridos e abertos cruzaram a coluna, carregados com 500 soldados. Estes estavam a caminho de Grootfontein, local de importante base militar, ou de Windhoek, onde ficariam de licença.

Passar para Ovamboland, classificada pelos sul-africanos como "zona operacional", é bem mais fácil do que já foi. Alguns anos atrás, os visitantes necessitavam de permissão. Em nosso caso,

tivemos apenas de passar através de uma complicada barreira equipada com vários soldados sul-africanos armados.

A uma milha de distância da fronteira vimos várias centenas de soldados sul-africanos vasculhando o mato. Algumas centenas de metros à frente, passamos por uma fila de tanques cuja vanguarda mergulhava mato adentro. Provavelmente iam dar apoio às missões de destruição após o combate matinal.

"Nossos rapazes passam um mês procurando os malditos terroristas e não vêem nenhum. Depois, caem em alguma embosca-

da e perdem um ou dois companheiros". O cabo sul-africano que eu havia conhecido uma semana atrás, no avião que me levou de Joanesburgo para Windhoek, sentia-se naturalmente infeliz com o término de sua licença de duas semanas. E, embora ele trabalhasse com equipamento de rádio em uma das bases ao longo da fronteira angolana, tinha uma noção bastante terrível da guerra, pelo que ouvia de amigos diretamente envolvidos nos combates.

"Não tem nada a ver com o que você lê nos jornais", disse ele. A Força de Defesa da África do Sul tem treinamento e poder de fogo para acabar com os terroristas da Swapo, insistiu, "mas não podemos encontrá-los e matá-los".

Embora reconhecesse que o moral das tropas sul-africanas é baixo, ele achava também que a Swapo enfrenta problemas. A seca constitui grande vantagem para o sul-africanos. A Swapo passou a ter que movimentar-se mais lentamente, tanto devido ao decréscimo das folhagens quanto à falta de comida. Em certas áreas as Forças de Defesa frequentemente encontravam membros da Swapo que usavam



O moral das tropas racistas é baixo apesar da seca que destruiu boa parte da cobertura vegetal, dificultando o deslocamento dos guerrilheiros da Swapo.





Os guerrilheiros se deslocam livremente à noite para minar estradas usadas pelos sul-africanos.

adrenalina para continuar lutando, quando os alimentos escasseavam durante dias.

O cabo não compreendia inteiramente o porquê da presença de tropas da África do Sul na Namíbia, mas achava que não tinha outra alternativa senão cumprir o seu dever “para manter o nosso país limpo”.

Uma vez cruzada a fronteira em Ovamboland, a guerra se faz presente em tudo o que se vê na estrada principal. Sua pavimentação tem cerca de 15 centímetros de espessura, para torná-la mais difícil de ser minada. As forças da África do Sul começam a vasculhar a estrada, em busca de minas, às 4 hs da manhã, o que dá uma idéia da capacidade da Swapo de trabalhar à noite, colocando minas.

Meu companheiro de viagem interrompeu nosso diálogo para mostrar um garoto que tangia gado ao longo da estrada: “Se você perguntasse a esse garoto se ele viu a Swapo, e ele confiasse em você, diria que sim. Pode ter sido ontem ou anteontem. O

povo desta região entra em contato com a Swapo frequentemente. Agora, se as Forças de Defesa perguntassem a mesma coisa ele diria não ou apontaria a direção oposta”. O que era uma forma de reconhecer a simpatia com que o movimento é cercado.

A maioria dos habitantes do norte do país teve contato direto com a guerra. Alguns fornecem comida à Swapo, ou têm um membro da família no outro lado da fronteira, em Angola, como combatentes ou refugiados. Alguns têm sido presos e interrogados pelas forças sul-africanas. Quase todos, vez ou outra, estiveram perto dos combates.

### Apoio popular

A Swapo foi fundada por trabalhadores e estudantes de Ovambo, e pouca gente duvida do apoio com que conta a organização. Consequentemente a mais recente estratégia militar sul-africana é procurar desencorajar este apoio local, ao invés

de conquistar “corações e mentes”.

Ouvi falar de casos, tanto nas áreas de Ovambo quanto de Kavango, em que os sul-africanos usaram soldados negros para se fazerem passar por membros da Swapo e descobrir simpatizantes do movimento de libertação. As pessoas que dão comida a esses soldados sul-africanos, que fingem ser integrantes da Swapo, são punidas de várias formas, desde o espancamento até a destruição de suas casas pelo fogo.

Um homem com quem falei tinha sido detido quatro vezes no ano passado. Da primeira vez, foi levado a uma prisão em Oshakati. Depois disso, foi forçado a caminhar à frente de patrulhas sul-africanas na selva, carregando uma mochila. Assim, evitava emboscadas e protegia as tropas sul-africanas das minas.

Haviam me dito que a seca que assolava a Namíbia tinha causado algumas mortes por fome em Damaraland, no nordeste. Vários membros do Conselho das Igrejas da Namíbia, incluindo

do o secretário-geral do CIN, Alberto Maasdorp, estavam na região para verificar essas informações, e viajei com eles para Sesfontein.

Após uma viagem poeirenta de cinco horas, marcada por vistas espetaculares do deserto, chegamos à vila com suas cabanas cobertas por folhas de palmeiras. Explicando o propósito de nossa visita, fomos recebidos calorosamente pelo decano da vila, e visitamos a escola, uma das poucas estruturas de concreto da comunidade.

O chefe local confirmou que havia escassez de comida na região. Disse que a escola vinha fornecendo alimentos aos estudantes mais necessitados, mas que os velhos e as crianças mais jovens requeriam ajuda. Também afirmou que durante as férias escolares os estudantes enfrentam problemas mais graves e perguntou se o CIN planejava fornecer ajuda durante este período.

Por sugestão do chefe, fomos à clínica do governo, estrada acima, para perguntar se poderia servir como centro de distribuição de alimentos. Ao lado da clínica havia uma base militar que parecia comportar 50 a 70 soldados. Entre as muitas tendas havia sinais de construções futuras, que estavam prestes a começar.

Falamos com a enfermeira e com seu marido, o comissário sul-africano para a região de Sesfontein. O comissário atribuiu todos os problemas ao alcoolismo, sugerindo que os mais velhos passavam fome porque os "filhos roubavam seu dinheiro de aposentadoria para comprar bebidas".

Enquanto insistia que as notícias de subnutrição e fome eram "exageradas", o comissário expressou suas dúvidas quanto à possibilidade de sobrevivência dos pastores locais. Seus rebanhos tinham sido virtualmente dizimados, e a vegetação talvez fosse muito escassa para suportar o gado sobrevivente.

### A informação militar

Mais tarde, de volta à clínica, a mulher do comissário falou mais abertamente sobre os problemas e mostrou certa simpatia para com o povo negro da região. Após este encontro, os oficiais do CIN decidiram que a melhor opção seria trabalhar através dos adultos da escola e da vila. Ao todo, havíamos passado quatro horas em Sesfontein. Maasdorp explicou que, devido à presença militar na área, forasteiros como nós provavelmente enfrentaríamos dificuldades se ficassem ali muito tempo.

A visita à clínica de Sesfontein foi marcante, em parte devi-

do aos cartazes na parede. Um deles oferecia US\$ 540 por informações acerca de movimentos ou esconderijos de armas da Swapo. Um folheto mostrava em detalhes como tratar um terrorista: "Recuse dar comida; recuse água; guarde silêncio quanto aos soldados sul-africanos na área; informe as Forças de Defesa".

Segundo uma reportagem do *Rand Daily Mail* (importante jornal sul-africano), as Forças de Defesa pagam aos cooperadores até US\$ 1600 na tentativa de criar uma rede eficiente de informantes. Têm também afixado fotografias de líderes da Swapo mortos recentemente. □

CONFIDENCIAL

## O projeto Reagan-Botha para a Namíbia

A linha ideológica, as posições políticas e a conduta diplomática e militar da África do Sul são bem conhecidas, mas é sempre oportuno quando se lhes pode apresentar documentadamente.

E foi isso o que fez a revista norte-americana *Counter Spy*, uma publicação alternativa que procura romper o bloqueio informativo que dificulta à opinião pública dos Estados Unidos um necessário conhecimento do que ocorre fora do país e das verdadeiras posições do seu governo.

Em sua edição de outubro último, essa revista publicou o texto integral do relatório oficial secreto sobre o encontro mantido entre o sub-secretário de Assuntos Africanos do Departamento de Estado norte-americano, Chester Croker, o primeiro-ministro da África do Sul, Pik Botha e o ministro sul-africano da Defesa, general Magnus Malan, em abril de 1981.

Como se verá, são muito amplas as coincidências entre os

dois governos, embora com algumas nuances peculiares na análise do problema da Namíbia. Em resumo, pode-se assinalar que os sul-africanos reiteraram estas conhecidas posições: a) oposição a um governo realmente independente para a Namíbia; b) empenho em manter, nesse país ocupado, a política do *apartheid* através de governos títeres, com a marginalização do movimento que realmente expressa as aspirações do seu povo, que é a Swapo; c) uma política belicista em relação a Angola e outros países da Linha da Frente, pelo seu apoio à autodeterminação da Namíbia; d) anti-sovietismo, como pretexto à dominação capitalista da região.

Vejam alguns trechos mais significativos desse documento, que leva a etiqueta de *confidencial*.

Em relação à Swapo, a África do Sul não pode aceitar as perspectivas de uma vitória da organização, pois isso seria "levar as forças cubano-soviéticas a Walvis



Bay (importante baía e porto estratégico da Namíbia) sob a direção de Sam Nujoma”, que Malan considera “um bandido sanguinário”. Por isso, vetam qualquer eleição que “deixasse a Swapo em posição dominante”. (Em outras palavras, vetam as próprias eleições que, limpas e livres, resultariam num virtual plebiscito em favor da Swapo).

“A Namíbia necessita de um governo de tipo federal. A África do Sul não rejeita um acordo que seja internacionalmente aceitável, mas não pode contemporizar com uma vitória da Swapo, que lhe permita um poder sem controle. Se os partidários desse movimento dominarem, o resultado das eleições seria a guerra civil” (Malan).

O sub-secretário Croker disse que os Estados Unidos reconhecem a necessidade de se reforçar a segurança da África do Sul e a confiança internacional no seu governo. Malan respondeu que “a Namíbia é que necessita dessa segurança e não a África do Sul”. E acrescentou: “O governo da África do Sul não pretende revogar os direitos dos brancos da Namíbia e devem ser estabelecidas medidas de segurança a respeito”.

### Botha: “Nujoma nacionalizará tudo”

A intervenção do general Malan preparou a de Pik Botha. Este foi mais enfático e duro. Eis algumas de suas opiniões:

“O governo da África do Sul considera importante que os Estados Unidos impeçam novas vitórias da União Soviética. Vocês (os norte-americanos) dizem que a Swapo não é marxista, estão seguindo na mesma direção do governo Carter. O povo da Namíbia é doutrinado com marxismo todos os dias. Essa é também a opinião de Savimbi (Jonas Savimbi, dirigente do movimento fantoche Unita, controlado pelos sul-africanos). O mínimo



“Pik” Botha



Chester Croker

que o governo sul-africano exige é que a bandeira soviética não seja hasteada em Windhoek (capital da Namíbia).

“Se os Estados Unidos não estiverem de acordo com a posição sul-africana, deixem que as sanções contra a África do Sul continuem e abandonem a intervenção no problema da Namíbia. A África do Sul pode sobreviver às sanções. Mais cedo ou mais tarde, contará com o auxílio de Estados africanos moderados.

“O governo norte-americano está sendo condescendente com a Swapo. O governo sul-africano aprecia a firmeza norte-americana com a URSS, pois até o mesmo os governos africanos estão sentindo que vocês (os Estados Unidos) estão assumindo a liderança. Mas está preocupado com o fato de que os Estados Unidos tendam a concordar com um plano para a Namíbia (ver artigo de Carlos Castilho) que a África do Sul não pode aceitar.

“Sam Nujoma (principal líder da Swapo) nacionalizará toda a economia da Namíbia. Causará uma guerra civil e revoluções que envolverão a África do Sul. Isso nos obrigaria a invadir a Namíbia, além de outros países. Pedimos que vocês vejam os perigos de uma decisão errônea sobre a Namíbia. Seria melhor manter a atual situação na região — um conflito de nível moderado — indefinidamente, do que ter uma guerra civil, que pode levar a uma conflagração geral.

“Nujoma está comprometido com os soviéticos. Desertores da Swapo revelaram seus planos ao governo sul-africano: primeiro, a Namíbia; depois, Botsuana, Lesoto e Suazilândia. Culminando, o ataque final à África do Sul. E isso não poderíamos aceitar. Não nos justificaríamos perante nosso povo.

“A África do Sul, no que diz respeito aos brancos, é uma democracia e deve assim ser entendida”, acentuou Botha.

### Croker concorda

A essa altura da exposição do primeiro-ministro sul-africano, Chester Croker fez uma intervenção, para deixar claro alguns pontos referidos por Botha. Disse Croker:

“Os Estados Unidos partem da premissa de que o perigo é a dominação soviética. Mas acreditam que a melhor forma de evitar o perigo é resolver o proble-

ma da Namíbia. Enquanto o problema subsistir, os Estados Unidos não poderão se aliar à África do Sul em questões militares, e incluir o governo de Pretória em seu esquema geral de segurança. Atiçar conflitos na Namíbia não é aceitável. A idéia que os Estados Unidos têm em mente não inclui os soviéticos em Windhoek. Acreditamos que poderemos tirar os soviéticos da região e dar uma garantia de segurança, quer Nujoma vença ou não.

“Os Estados Unidos compreendem as preocupações com os direitos constitucionais. Os Estados Unidos herdaram uma situação com muitos partidos, mas devemos estabelecer um consenso na África, de que somos sérios e não estamos apenas protelando. Acreditamos que uma conferência tipo Lancaster (a que deu a independência ao Zimbábue) não adiantará. Vemos um grupo de especialistas, consultando todos os partidos, escrevendo a Constituição e depois procurando sua aceitação através do Grupo de Contato.

“Os Estados Unidos concordam que a solução para o problema da Namíbia é política. Procuramos um acordo que seja do nosso interesse, baseado em princípios democráticos. Nossa opinião é que a África do Sul não está sofrendo pressões militares para deixar a Namíbia. A decisão cabe ao governo sul-africano e devem ser encontrados meios para preservar os seus interesses.

“O governo dos Estados Unidos presume que a questão da Constituição para a Namíbia deva ser resolvida antes das eleições. Já dissemos que a resolução 435 da ONU é uma base de transição para a independência da Namíbia, mas não para um acordo total. Desejamos satisfazer os interesses de Pretória, enquanto levamos em conta as opiniões do outro lado. Seria difícil ignorar a resolução 435. Desejamos suplementá-la, e não nos descartamos dela.” □

## LESOTO

# Tentando romper o cerco dos boers

A África do Sul intensifica as ações militares contra este pequeno país que procura reduzir sua dependência econômica de Pretória

Etevaldo Hipólito

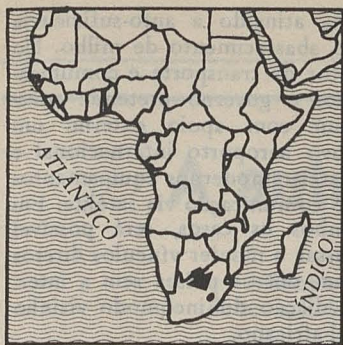
O pequeno reino do Lesoto, uma verdadeira ilha rodeada pela África do Sul por todos os lados, há meses vem suportando uma forte pressão desencadeada pelo braço armado do *Basutho Congress Party*. Esta organização encontra-se atualmente dividida em duas alas. Uma dirigida por Ntsu Mokhele, que se encontra exilado na África do Sul, e a outra liderada pelo seu secretário-geral Koenyania Chakele, um dirigente político que optou pela oposição legal. O *Lesotho Liberation Army*, a frente militar do BCP, no decorrer do ano reivindicou todas as operações denunciadas pelo regime do primeiro-ministro Leabua Jonathan, que somam atentados individuais e ações de grande envergadura.

Mokhele saiu do Lesoto em 1974, logo após ter fracassado uma tentativa para tirar Leabua Jonathan do poder. A partir de então a luta clandestina foi assumindo cada vez maior vulto, com o governo denunciando a presença dos racistas de Pretória por trás dos atos de terror. Uma das incursões mais sérias ocorreu em fevereiro de 1980, quando houve uma “flagrante invasão do Lesoto por 300 homens usando armas sul-africanas”, segundo uma nota enviada ao governo da África do Sul. O documento de protesto acrescentava que antes de serem expulsos para o territó-

rio vizinho, os invasores mataram três pessoas e feriram outras duas.

No mês de setembro do mesmo ano, a emissora oficial informava sobre a ocorrência de dois ataques importantes. Um deles causou ferimentos graves no chefe Lekoko, irmão do primeiro-ministro, e o outro teve como alvo Machato Chakela, membro da Assembléia Nacional. Chakela perdeu duas filhas em consequência da agressão. Em fevereiro de 1981, uma bomba destruiu a residência de Khalaki Sello, um advogado que havia defendido dois membros do *African National Congress* da África do Sul. Em agosto do mesmo ano, logo após uma série de pequenas ações, do outro lado da linha fronteira com a África do Sul foram disparados tiros de morteiros contra instalações petrolíferas situadas na capital.

O envolvimento da República Sul-Africana — sempre negado com veemência por Pretória — transparece na maioria das ações levadas a cabo. De uma maneira geral, os ataques tiveram lugar nas zonas de fronteira e, como algumas agências noticiosas divulgaram, seria difícil para qualquer organização clandestina desenvolver atividades num território tão pequeno — 30.355 km<sup>2</sup> — e empregando um diversificado tipo de armamento sem ser ime-



O primeiro-ministro Leabua Jonathan começa a fugir da influência sul-africana e se aproxima dos países negros

diatamente localizada. Também se torna difícil explicar, da parte do governo racista, a detonação de minas por controle remoto dentro do Lesoto, quando fica comprovado que os autores de mais este atentado se encontravam em território sul-africano.

A paciência das autoridades de Maseru chegou ao seu limite máximo no final da primeira semana de outubro, ao ser desencadeada uma nova incursão armada, desta vez contra o quartel-general da Unidade Móvel de Polícia. Numa nota amplamente divulgada, o Ministério das Relações Exteriores indicava que o governo levaria o seu protesto

pelo envolvimento sul-africano até as Nações Unidas. Esta decisão parece não ter abalado Pretória, pois quatro dias depois a emissora oficial de Maseru informava que morteiros e armas automáticas tinham sido utilizadas num ataque contra uma grande loja situada no centro da capital.

#### “Inimigos a eliminar”

A facção liderada por Mokhele, em seus vários ataques a bomba e atentados contra determinadas pessoas, não tem poupado os refugiados sul-africanos que tentam escapar da repressão que o governo de Botha move contra

os militantes e simpatizantes do ANC. De acordo com fontes oficiais do Lesoto, Ntsu Mokhele, em panfletos distribuídos durante uma das ações da sua organização clandestina, chegou a intitulá-los de “inimigos a eliminar”. Por sua vez, num longo artigo dedicado à situação política no país vizinho, o jornal *Rand Daily Mail* dizia no dia 29 de julho que era opinião corrente estar o *Lesotho Liberation Army* operando a partir da região sul-africana de Qwa Qwa. Ampliando um pouco mais a informação do jornal de Joanesburgo, a agência *France Press* precisava em outubro último que os treinos para os

membros da organização de Mokehele são dados por militares boers na pequena localidade de Welkom, em Orange.

### Autonomia econômica

As tentativas para desestabilizar o governo do Lesoto ocorrem num período em que são feitos grandes esforços no sentido de libertar o país da tremenda dependência que mantém com relação à África do Sul. Em dezembro de 1979, o primeiro-ministro Leabua Jonathan anunciava a entrada em vigor do seu terceiro plano quinquenal. Ele deveria abranger o período 1980/1984 e despenderia na sua implantação cerca de 840 milhões de dólares. As principais áreas abrangidas seriam educação, serviços médicos, agricultura e indústria. Também era dada ênfase na organização de movimentos cooperativistas e foi acentuada a necessidade de ser aplicado um programa de formação de quadros. O governo revelou na altura o projeto de criação de uma moeda nacional — o maloti — para substituir o rand sul-africano.

Em julho último, era divulgado que a exploração da mina de diamantes situada em Kai permitiria equilibrar o deficitário balanço de pagamentos. No local, situado a 3.000 metros de altitu-

de, estava prestes a funcionar o segundo complexo mineiro mais importante do país. A primeira fase exigiria investimentos da ordem de 1,5 milhão de dólares.

Um importante passo no sentido de romper os laços desfavoráveis com Pretória foi dado com a adesão ao projeto de integração econômica na África Austral, em 1980. Numa entrevista concedida à emissora de rádio oficial das Nações Unidas, Leabua Jonathan, ao se referir à Declaração de Lusaka, insistia na idéia de que a mesma não significava uma declaração de guerra à África do Sul, mas “uma tentativa para consolidar e harmonizar nossas esperanças e aspirações comuns”. Desta forma, os nove Estados envolvidos na estruturação do *Southern Africa Development Coordinating Conference* (SADCC) afirmarão na prática o seu direito a estabelecer vínculos próprios de cooperação econômica que permitam, por outro lado, eliminar os planos de Pretória de se tornar um ponto de referência obrigatório para qualquer projeto na região.

O Lesoto procura reduzir esta dependência, tendo já feito algum avanço neste sentido. Como exemplo, o primeiro-ministro citou a produção de grãos para a alimentação, havendo a possibilidade que já em 1985 o país te-

nhá atingido a auto-suficiência no abastecimento de milho. No setor de transporte e comunicação, o governo pretende construir com apoio externo um novo aeroporto internacional e instalar modernos equipamentos de comunicação via satélite. Em ambos os casos, será possível passar a manter vínculos diretos com outros países sem a intermediação do incômodo vizinho sul-africano.

A ofensiva levada a cabo pelas autoridades de Maseru no campo econômico realiza-se paralelamente a outra na área diplomática. Na primeira semana de novembro, o governo convidou alguns países para que verificassem as denúncias formuladas contra o *Lesotho Liberation Army* e o regime racista sul-africano. Zâmbia, Tanzânia, Botsuana e Moçambique responderiam afirmativamente. Numa demonstração da importância que conferia à situação, Maputo enviou uma missão integrada por representantes de dez ministérios chefiada pelo tenente-coronel Armando Guebuza, vice-ministro da Defesa Nacional. Uma foto de primeira página publicada pelo jornal *Notícias* confirmava que as armas utilizadas nos diversos atentados tinham as mesmas marcas das usadas pelas forças regulares da África do Sul. □

### A “SUIÇA” AFRICANA

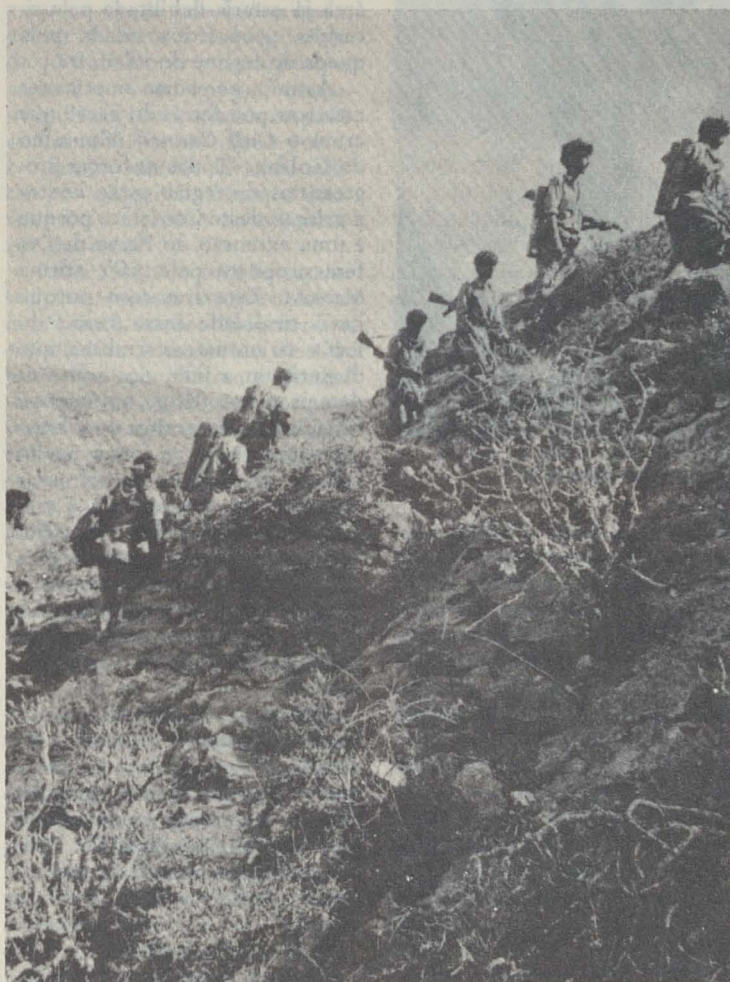
□ O reino do Lesoto está situado num planalto de 30 mil quilômetros quadrados e a uma altitude média de 1.500 metros. Para os padrões africanos, faz frio no Lesoto, onde a temperatura média anual está em torno dos 17 graus centígrados. O reino se tornou independente em 1966 após uma longa e complicada luta contra os racistas sul-africanos. Desde o século passado, os basutos, etnia que povoou o país, resistiram de todas as maneiras à colonização holandesa. A resistência foi tão intensa que a Inglaterra resolveu assumir o protetorado da região, que até a independência se chamava Bâsulolândia.

Havia uma promessa dos britânicos de devolver o reino à África do Sul quando ele fosse declarado independente. Mas depois do rompimento entre Londres e Pretória, em 1961, por causa do apartheid, a autonomia do Lesoto foi mantida pela Coroa Britânica. Mas o pequeno país é totalmente dependente da economia sul-africana. Noventa e cinco por cento das importações vêm da África do Sul, enquanto as exportações são formadas principalmente por mão-de-obra negra para as minas de ouro e diamante situadas na região do Transvaal. O rand, moeda sul-africana, é o padrão monetário do Lesoto, que apesar da dominação econômica pela África do Sul está tentando mudar esta situação, e aumentar os vínculos com os países negros da África Austral.

## A autocrítica da guerrilha

A Frente de Libertação de Omã muda de estratégia depois de ter sofrido o impacto de uma violenta repressão desencadeada pelas tropas do sultão Qabus, orientadas por ingleses e norte-americanos. Um dos líderes da Frente explica as razões da mudança

Beatriz Bissio



Coluna guerrilheira da Frente de Libertação

“Podemos dizer que, apesar da ocupação anglo-norte-americana em nosso país, os revolucionários já superaram 70% das suas dificuldades e estão em condições de dar um impulso decisivo à sua luta”. É o que afirma Saied Masoud, membro do Comitê Central Executivo da Frente de Libertação de Omã, e representante da organização em várias capitais árabes, numa entrevista aos cadernos do terceiro mundo.

Segundo Masoud, a luta do povo de Omã pela sua libertação é pouco conhecida no Ocidente porque os aliados norte-americanos e europeus do sultão Qabus procuram ocultar as repercussões da poderosa oposição interna.

“Nosso país vive uma situação especial. Sem medo de cair em exageros, pode-se afirmar que ele está totalmente ocupado pelos britânicos e norte-americanos. O exército do sultão Qabus é comandado por cinco oficiais ingleses e não existe um ministro da Defesa. Cinquenta por cento dos militares são de origem paquistanesa ou mercenários sul-africanos. Os pilotos da Força Aérea são ingleses e australianos, tendo apenas um deles nascido em Omã, o sobrinho do sultão. A economia também está controlada por estrangeiros. O ministro do Tesouro é inglês e sua assinatura aparece em todas



O Golfo é uma área de segurança nacional para os EUA, mas os nacionalistas afirmam que farão tudo para defendê-la

as cédulas de dinares que circulam no país”.

Na opinião de Masoud quem governa na realidade o sultanato de Omã é, em primeiro lugar, o embaixador britânico, vindo em segundo lugar o coronel Denison, um assessor especial do sultão para assuntos de segurança nacional, e finalmente o Comitê Militar, composto por oficiais britânicos. Nestas circunstâncias, o dirigente da Frente de Libertação indaga com ironia: “Que independência é esta, que se resume a uma bandeira e ao sultão Qabus?”

Toda a política de Omã está determinada pela coincidência

de interesses entre o sultão e os ingleses. Recentemente foi assinado um acordo prevendo a instalação de várias bases militares na ilha Massire, em Tamrit e em Massadum, na entrada do estreito de Ormuz. Estas três bases já estão em construção e há outras projetadas.

“O acordo concede também facilidades portuárias aos ingleses em Qabus Port e nos demais portos do país”, afirma Masoud. Segundo ele, “os norte-americanos fazem o que bem entendem em Omã, sem qualquer tipo de consulta prévia, como foi reconhecido pelo próprio sultão Qabus, numa entrevista à televi-

são”. Para o dirigente da Frente de Libertação, “Omã foi escolhido pelos Estados Unidos para substituir o Irã na estratégia norte-americana para a região, pois com as bases de Diego Garcia, Massira e Bahrein, o Pentágono garante o controle das rotas estratégicas do petróleo do Golfo”.

### A unidade entreguista

Para a Frente de Libertação de Omã, a estratégia imperialista necessita da unidade de todos os países árabes conservadores da região do Golfo, para não correr o risco de perder outra peça do tabuleiro, pois sua presença na área já estaria debilitada pela situação geopolítica criada pela queda do regime do xá do Irã.

Assim, os norte-americanos estariam por detrás do pacto que criou o *Gulf Council* (Conselho do Golfo). “Todas as forças progressistas da região estão contra a criação deste Conselho, porque é uma extensão do Pacto de Defesa proposto pelo xá”, afirma Masoud. Este fracassou porque havia rivalidade entre Reza Pahlavi e os monarcas sauditas, que disputavam a liderança sobre os demais países. “Hoje, a situação é diferente: existe uma coordenação entre todas as forças nacionalistas do Golfo para enfrentar o pacto. Não nos opomos à unidade da região. Pelo contrário, lutamos de armas na mão para conquistá-la. Estamos contra a unidade através das cúpulas, pois nosso objetivo é melhorar as condições de vida dos nossos povos”.

“Estamos plenamente conscientes — enfatiza Masoud — do desafio. Trata-se de uma área que os Estados Unidos consideram de segurança nacional, ou seja, de primeira prioridade, e farão tudo para defendê-la. Porém, temos a decisão militar e política de lutar”.

— E o apoio popular?

“Temos todo apoio de nossa gente. Em nosso país, todo o di-

nheiro vai para o bolso dos emi-  
res e para os bancos norte-ameri-  
canos. O povo sabe disso e está  
cansado, como também está far-  
to da ocupação estrangeira do  
país”.

### A etapa atual

A Frente mudou sua tática. Depois de ter tido vastas áreas li-  
bertadas e de ter sido submetida  
à intensa repressão, o Comitê  
Central elaborou um programa  
de reconstrução, no mais amplo  
sentido: reorganização a ní-  
vel político e militar e definição  
de um novo programa. “Manti-  
vemos a opção pela luta armada,  
apesar de termos dado priorida-  
de ao trabalho de massas, porque  
cremos que, em um país ocupa-  
do militarmente, a luta não pode  
se dar somente no plano políti-  
co. Porém, não há atividade mili-  
tar por enquanto. Estamos prio-  
rizando o trabalho de organiza-  
ção das bases”.

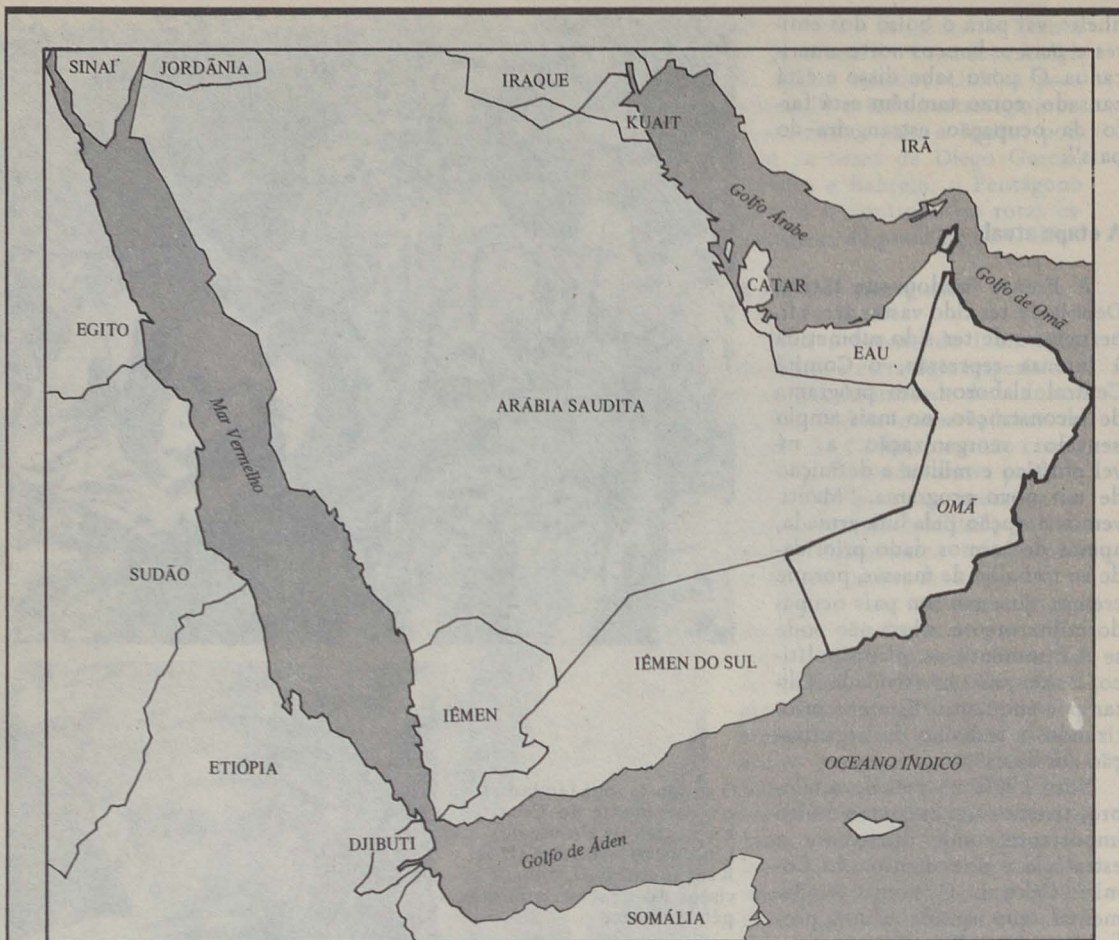
“Em 1980, no mês de setem-  
bro, tivemos um encontro muito  
importante, onde discutimos a  
estratégia e documentos do Co-  
mitê Central. O ponto funda-  
mental, que significou uma pro-  
funda autocrítica, afirmava que  
embora a luta no nosso país seja  
contra forças estrangeiras pode-  
rosas, a explicação principal para  
as derrotas sofridas pelas forças  
revolucionárias deveria ser locali-  
zada no plano interno. Isto é,  
não responsabilizarmos o inimi-  
go, mas nós mesmos”.

Segundo Masoud, a luta revo-  
lucionária em Omã teve erros. O  
principal foi o de terem concen-  
trado todos os esforços na ação  
armada — ou seja, nos aspectos  
estritamente militares do con-  
fronto com os opressores — re-  
legando o trabalho de massas e a  
luta sindical a um segundo pla-  
no. “Mas podemos afirmar que  
superamos 70% de nossas dificul-  
dades e que vamos entrar em um  
período de reativação da luta re-  
volucionária”.



O sultão Qabus (ao lado)  
e o presidente do Comitê  
Executivo da Frente de  
Liberção, Abdel Aziz Al  
Kadi (embaixo), duas  
visões do destino que sua  
pátria merece





### UM PAÍS ESTRATÉGICO

□ O sultanato de Omã está situado no extremo sudeste da península Arábica. Como suas fronteiras não estão bem definidas, as estimativas de sua superfície variam, segundo as fontes, entre 210 e 310 mil quilômetros quadrados. Quanto à população, a falta de recenseamento faz com que os cálculos não sejam precisos, oscilando entre 850 mil e 1,5 milhão de habitantes, além de perto de 65 mil estrangeiros. A capital, Mascate, tem 80 mil habitantes.

O país tem várias regiões: a península de Ras Massendum, separada do resto de Omã, está situada no estreito de Ormuz (pelo qual passa 75% do petróleo que vai para o Ocidente); a planície de Batinah, uma fértil região costeira no golfo de

Omã, cuja população vive da pesca e da agricultura (daí se exporta tabaco, limões e tâmaras); no centro do país está a cadeia montanhosa de Hajar (conhecida também pelo nome de "As Montanhas Verdes"), com o planalto de Jabal Akhdar. A população dessa região está concentrada nos vales onde é desenvolvida uma agricultura primitiva. O petróleo, que é o principal produto de exportação de Omã, responsável por 90% das divisas que entram no país, encontra-se no deserto que fica a oeste do planalto. Sua produção não é muito alta; aproximadamente a sexta parte da dos Emirados vizinhos.

Finalmente, está a província de Dhofar, com sua capital Salala, situada na parte meridional do país. Esta província foi, historicamente, o berço do movimento revolucionário, principalmente pela fronteira que faz com a República Popular do Iêmen (Iêmen do Sul), que sempre apoiou os nacionalistas omanianos.



## UMA LUTA DESIGUAL

# A história da frente de libertação

A luta pela libertação de Omã vem desde o século XIX. Quando os ingleses chegaram ao Golfo, em meados do século passado, Omã era um centro comercial próspero e sua frota marítima era a maior do Oceano Índico. Sua economia começou a entrar em crise quando os navios mercantes britânicos iniciaram sua penetração na região.

As dificuldades econômicas geraram um profundo descontentamento nas tribos do interior, as quais se rebelaram contra o sultão (que vivia em Mascate) e o depuseram. Para os ingleses — que também nessa região aplicaram o lema “divide e vencerás” — era a oportunidade esperada: com o apoio das armas reconduziram o sultão ao poder em 1871, com o que Omã, na prática, passou a ser uma colônia britânica.

Said ibn Taimur reinou durante o período de 1932 a 1970. Em 1954, a companhia inglesa PDO encontrou petróleo no interior do país. Violando um acordo de autonomia por eles assinado, os ingleses ocuparam a área.

Os patriotas, através do Imã, líder religioso, entraram em contato com a Arábia Saudita e com a companhia de petróleo *Aramco* (norte-americana), interessada nas concessões de exploração. Dessa maneira, com armas fornecidas por esses dois “aliados”, teve início a luta conhecida como a “revolta das Montanhas Verdes”. Somente por meio de duros bombardeios a vilas e aldeias, e com reforços trazidos de outras colônias da região, os ingleses conseguiram, em 1959, sufocar a rebelião. A revolta teve am-

plu apoio e participação populares, pelo descontentamento gerado em face da dominação britânica. Mas mesmo tendo sido sufocada, constituiu-se em fonte de inspiração e de experiência para os patriotas que deflagram, anos mais tarde, a luta revolucionária.

A opressão era particularmente forte na província de Dhofar, cuja população tinha que pagar altos tributos ao sultão, que geria os assuntos administrativos como se fosse sua empresa privada. Em 1964, como consequência da exploração interna e sob a inspiração do nacionalismo árabe que ressurgia com Gamal Abdel Nasser, foi fundada a Frente de Libertação de Dhofar.

### A luta comum no Golfo

A luta armada teve início em Dhofar a 9 de junho de 1965. Houve muitos problemas no começo, oriundos do próprio atraso do país, onde o índice de analfabetismo era de 99% (havia somente duas escolas, uma em Mascate e outra em Dhofar).

“Apesar das dificuldades (muita gente nos havia recomendado a não deflagrar a luta armada nessas condições), conseguimos avançar, com o apoio de Nasser e dos iemenitas que, naquela altura, também enfrentavam os ingleses em Aden”, afirma Masoud. “Pouco a pouco conseguimos demonstrar aos companheiros — acrescenta o dirigente da Frente de Libertação — que não tinha sentido restringirmos a luta à libertação da província de Dhofar.”

Chegou-se assim à segunda fase da guerra, que se estende de

1968 a 1974. A 1ª de setembro de 1968 foi realizado em Hamrin o Segundo Congresso da Frente. “Em vinte dias de trabalho, analisamos a estratégia e tomamos importantes resoluções. A primeira, foi a que incluíamos todo o território compreendido entre Omã, Kuwait e Bahrein nos objetivos da luta da Frente”. E a organização mudou seu nome para “Frente Popular de Libertação do Golfo Árabe Ocupado”, PFLOAG. O nome já marcava a oposição à linha separatista (defendida por alguns nacionalistas de Dhofar, que queriam a independência da província). Não se tratava mais de libertar Dhofar, mas toda a região. A Frente adotou em Hamrin o socialismo científico como ideologia, e sob o ponto de vista estratégico, definiu que a melhor forma de fortalecer sua luta era unir a oposição popular em todo o Golfo Árabe.

Entre as resoluções mais importantes do Congresso de Hamrin estão também aquelas que procuram abrir caminho à participação da mulher, em igualdade de condições com o homem; criar um exército de libertação nacional, organizar milícias e abrir escolas nas áreas libertadas.

Em 1970, toda a província de Dhofar estava libertada, exceto a planície de Salala. A luta armada estendeu-se então a outras regiões de Omã. Os ingleses adaptaram rapidamente sua estratégia às novas realidades. Em julho de 1970 promoveram um golpe de Estado contra Said ibn Taimur e colocaram seu filho Qabus em seu lugar, um “fante dos interesses neocoloniais”. No mesmo mês de julho, cinco bases inglesas foram atacadas e o nome do movimento revolucionário muda novamente. Dois anos após a reunião de Hamrin passa a se chamar “Frente de Libertação de Omã e do Golfo Árabe”.

“As bombas explodiam sob os pés dos ingleses na própria Mascate”, afirma Masoud. “Nes-

te contexto, até mesmo o pai de Qabus foi morto pela Frente de Libertação, fato que os ingleses nunca admitiram”, declara o dirigente omaniano.

Como parte de sua estratégia para conter o avanço revolucionário, os ingleses tentaram unificar Omã com Bahrein, Qatar e os Emirados Árabes, mas as contradições internas entre os emires fizeram com que essa tentativa fracassasse.

### Nas áreas libertadas

Enquanto isso, o projeto alternativo do movimento patriota avançava nas áreas libertadas: desenvolveu-se uma campanha de alfabetização que beneficiou 70% dos combatentes do exército popular e 50% da população local. Deu-se prioridade ao trabalho no campo da saúde pública; começou a integração da mulher no processo revolucionário. O treinamento militar dá-se paralelamente à instrução política. Foram organizados os conselhos democráticos populares, através dos quais procurava-se dar soluções aos problemas coletivos quotidianos. As rivalidades tribais foram eliminadas ou suavizadas pelo trabalho político da Frente, que pôde assim juntar todos os esforços na construção de uma nova sociedade.

“As repercussões desse trabalho no resto do país e em todo o Golfo convenceram os ingleses de que tinham que acabar com a experiência revolucionária. Assim, estabeleceram uma estratégia em duas etapas: primeira, isolar a província de Dhofar e, em particular, as áreas libertadas; segunda, aniquilar militarmente o movimento”, declara Masoud.

Os ingleses pediram reforços militares à Jordânia e; mais tarde, ao xá do Irã, que enviou três mil homens em auxílio de Qabus, em 1973. A Frente de Libertação viu-se obrigada a combater simultaneamente os ingleses, os iranianos e os jordanianos,

todos reforçados com a assessoria de especialistas norte-americanos (veteranos da guerra do Vietnã) e sul-africanos.

“Nós, combatentes, nos alimentávamos de carne (de boi ou camelo) que comprávamos da população de Dhofar, mas os ingleses decidiram matar os rebanhos. Começou a haver fome entre a população civil. Bombardaram também a região com produtos químicos. Não podíamos enfrentar toda essa máquina militar, e vimo-nos obrigados a mudar de estratégia.”

“Em 1974, o xá reforçou consideravelmente suas tropas em Omã, e em 1975 já havia nove países apoiando militarmente o sultão Qabus. As forças revolucionárias foram cercadas e o país foi literalmente ocupado por tropas estrangeiras, em sua maior parte do xá Reza Pahlevi.”

Diante da nova situação, a Frente realizou em 1974 um congresso nas áreas libertadas. Uma das decisões foi dividir a organização por áreas, para que seu trabalho pudesse adaptar-se melhor às necessidades e realidades de cada região. Formaram-se, assim, a Frente Popular de Libertação de Omã (PFLO) e a Frente de Libertação do Bahrein.

“Finalmente, em 1975, depois de uma resistência prolongada e heróica, que causou importantes baixas aos ingleses e iranianos, a Frente viu-se obrigada a abandonar as áreas libertadas, diante da avassaladora superioridade militar do inimigo, e para evitar sua destruição total”, declarou Masoud.

“Para o xá, perder mil homens não significava nada, já que contava com o mais poderoso exército da região. Mas para nós, perder mil combatentes poderia ser fatal. Cada perda era um golpe de certo modo irreparável.”

### A situação atual

As principais forças da Frente de Libertação de Omã e cerca de três mil e quinhentos refugiados

encontram-se atualmente na região fronteira com a República Popular do Iêmen. A reorganização política e militar da Frente está em processamento, com treinamento de novos quadros, educação política intensiva e uma melhor estruturação interna do movimento de libertação. Uma importante parte do trabalho de reconstrução é feita entre os próprios refugiados. A Escola da Revolução, criada pela Frente, tem mais de 500 alunos em Al Gheida, a 150 quilômetros da fronteira. A Organização de Mulheres Omanianas e a Organização de Jovens Omanianos (frutos do trabalho de massas da Frente) contribuem para o enquadramento de mulheres e jovens nas tarefas revolucionárias.

Assim, mediante uma revisão profunda de sua experiência passada, a Frente decidiu fortalecer sua organização interna, criar uma base popular forte, e logo depois de atingidos esses objetivos, voltar ao combate.

Já tiveram início os trabalhos preparatórios do Quinto Congresso, que fará um reajustamento no programa político aprovado no congresso realizado em 1974. Entre as inovações, está a que prevê a criação de uma ampla frente democrática que agrupe todas as forças progressistas do país sob o comando da FPLO. Os objetivos fundamentais dessa Frente de oposição, em torno dos quais começaria o trabalho político, seriam: 1) expulsão das tropas estrangeiras do país; 2) conquista das liberdades democráticas (de expressão, de reunião, de greve etc); 3) condenação dos Acordos de Campo David — apoiados pelo sultão Qabus — e a solidariedade com os movimentos árabes progressistas, em particular com a causa palestina.

A Frente não tem um líder máximo, preferindo uma estrutura colegiada. O presidente do Comitê Central Executivo é, atualmente, Abdel Aziz Al Kadi.

## OS OUTROS GRUPOS DE OPOSIÇÃO

Além da Frente Popular de Libertação de Omã, existem no país as seguintes organizações oposicionistas:

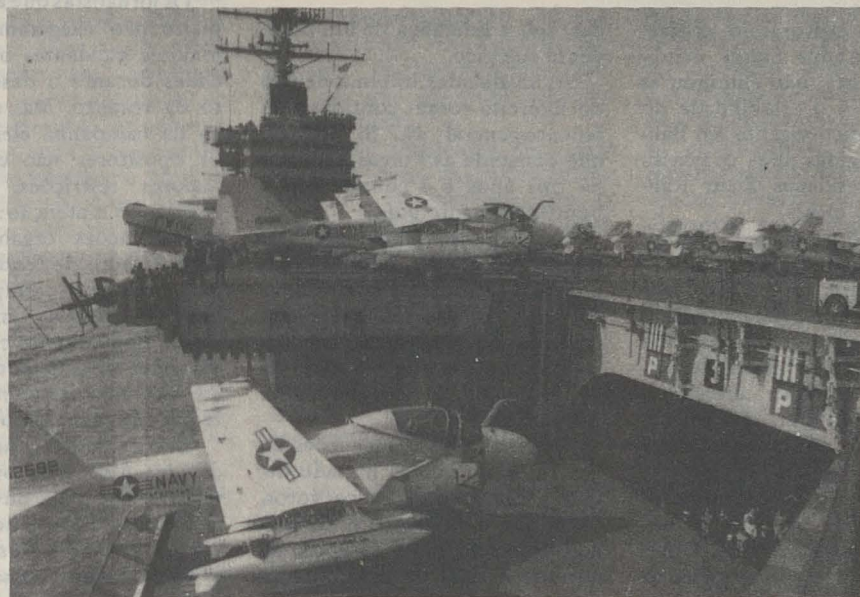
– O Partido do Trabalho Omaniano, criado na década de 70.

– Os Nasseristas, organização que reivindica o ideário de Gamal Abdel Nasser. Como o Partido

do Trabalho, é contra a dominação estrangeira e contra o sultão Qabus.

– A Associação do Imã Galeb, com influência tribal e religiosa, também se opõe à presença estrangeira e ao sultão.

– A Frente Islâmica de Libertação de Omã, com vínculos estreitos com os shiitas iranianos (cerca de quatro por cento da população omaniana pertence à seita shiita). De tendência estritamente religiosa, a Frente está influenciada pelo processo iraniano. Ela existe também no Iêmen do Norte, Bahrein e Emirados Árabes.



### A PRESENÇA NORTE-AMERICANA

Constatava-se ultimamente em Omã uma tendência em aumentar a influência (política e militar) norte-americana, e diminuir a inglesa.

Calcula-se que perto de 10 mil norte-americanos estejam atualmente em Omã, se bem que nem todos permanentemente, pois deslocam-se por toda a região do Golfo. Mas sabe-se que a previsão do Pentágono é fazer de Omã uma grande base norte-americana para suas operações no Oriente Médio.

Por outro lado, os interesses econômicos dos Estados Unidos são atualmente mais importantes que os dos ingleses, pois controlam mais de 50% das empresas e bancos, além do petróleo e outras rubricas de exportação de menor expressão.

## A incógnita Sattar

A vitória eleitoral do candidato governista Abdus Sattar não eliminou as dúvidas sobre o futuro político de Bangladesh. Há o temor de que os militares voltem a interferir no governo

C. M. Menon

A vitória eleitoral do ex-vice-presidente Abdus Sattar, candidato governista, não eliminou as dúvidas sobre a estabilidade do sistema político vigente em Bangladesh, surgidas após o assassinato do presidente Ziaur Rahman, há oito meses.

O complô do general Manzur Ahmed, registrado em maio de 1981, terminou em fracasso, mas custou a vida do presidente Rahman e acabou com um período de seis anos de estabilidade, imposta pela política autoritária deste jovem militar, que foi um dos artífices da independência nacional em 1971.

O assassinato do general Rahman provocou temores de um período de lutas internas, sobretudo dentro das Forças Armadas e dentro do Partido Nacional de Bangladesh (PNB), composto por um conjunto heterogêneo de forças conservadoras e modera-

das, sob a liderança de um presidente enérgico.

As rivalidades internas dentro do Exército foram contidas pelo tenente-general N. S. Ershad, que comanda as Forças Armadas há três anos e é considerado o homem-chave do país.

As disputas dentro do PNB foram, por sua vez, neutralizadas por uma fórmula de compromisso entre os diversos líderes do partido, que consistiu em nomear como candidato à sucessão de Rahman o vice-presidente Abdus Sattar.

Os resultados das eleições do dia 15 de novembro passado deram a Sattar 65,8% dos votos, total que teoricamente deveria constituir um fator de apoio ao governo e sinal de uma esmagadora popularidade do candidato oficial.

Mas os resultados foram impugnados pelo principal adversá-

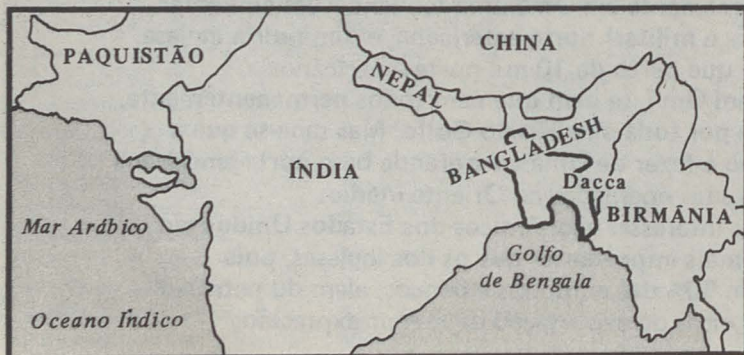
rio do PNB, a Liga Awami (autonomista), cujo candidato Kamal Hossain teria recebido apenas 26,3% dos sufrágios, de acordo com os resultados divulgados pelo governo.

### Clima de suspeitas

Às vésperas das eleições, Hossain denunciou que o governo havia modificado o mecanismo de divulgação dos resultados, eliminando os fiscais de partidos, assim como não seriam dados certificados oficiais dos resultados de cada mesa de votação.

Os jornalistas que assistiram ao pleito não chegaram a observar maiores incidentes ou irregularidades durante o desenvolvimento da votação. Mas no transcurso da campanha eleitoral, onde os opositores não encontraram maiores restrições, dois fatos chamaram a atenção: o de que as concentrações organizadas pela Liga Awami, de tendência populista, reuniram sempre grandes multidões; e o de que as pesquisas de opinião pública indicavam em geral uma disputa equilibrada, sem uma preferência marcante para um candidato ou outro.

Desta maneira, as denúncias da Liga Awami encontraram um terreno cheio de dúvidas e desconfianças. Elas indicam que em vez da aceitação dos resultados, a Liga Awami passará a fazer uma violenta campanha de oposição ao novo presidente, usando a enorme capacidade de mobilização popular do partido.



O presidente Ziaur Rahman

## A abertura fracassada

A luta interna entre duros e moderados dentro do governo tunisiano acabou com as esperanças de liberalização num regime que está cada dia mais isolado politicamente

Said Madani

Abdus Sattar é um velho juiz de 75 anos de idade e saúde precária. Em caso de morte a curto prazo, ou de incapacidade física para o exercício da presidência, poderá ressurgir o fantasma das disputas internas, que está transitoriamente afastado.

Estas duas possibilidades já estavam presentes nas cogitações dos líderes do PNB logo após o assassinato de Rahman. Mas um outro fator, talvez ainda mais inquietante, começa a surgir no horizonte político bengali.

O general Ershad tem se apresentado como o mais decidido partidário da legalidade constitucional. O militar parece acreditar que a única maneira de evitar que o Exército volte a interferir na política, como aconteceu no conturbado período de golpes e contragolpes após o assassinato, em 1975, do presidente Mujibur Rahman, líder da Liga Awami, seria dar aos militares uma participação na condução dos negócios do Estado.

Segundo frequentes recomendações do general Ershad, este papel político do Exército ficaria expresso na Constituição, o que equivaleria a institucionalizar as Forças Armadas como fator de pressão política.

Estas sugestões foram publicamente recusadas pelo presidente eleito Abdus Sattar, que afirmou: "As Forças Armadas têm como única função a defesa da soberania nacional. Não posso conceber que desempenhem qualquer outro papel dentro de um Estado democrático".

Este conjunto de dificuldades num dos países mais pobres e problemáticos da Terra (ver **cadernos do terceiro mundo**, números 34 e 38) faz pensar que o presidente Sattar somente poderia assegurar um governo estável se mostrasse uma capacidade física superior à reconhecida pelos seus médicos privados, bem como evidenciar qualidades de cuidado, que até agora permaneceram ocultas. □

A implantação do sistema pluripartidário na Tunísia não somente fracassou como também foi uma decepção, tachada de fraudulenta.

"Houve incidentes, mas não violência nem irregularidades", afirmou a 13 de novembro o primeiro-ministro Muhamad Al-Mzali a um jornal libanês.

"Nem tudo foi perfeito e se houve alguns defeitos foram erros de principiantes do aprendizado democrático", disse o ministro do Interior Driss Guiga ao apresentar os resultados das eleições parlamentares celebradas em 19 de novembro último. Nelas, o partido governante Neo-Destur anunciou ter recebido 94,6% dos votos, enquanto o escasso restante foi repartido entre as legendas da oposição.

Esses eufemismos escondem aquilo que os partidos de oposição e os observadores qualificaram como uma fraude evidente e resultados manipulados. O que para as autoridades foram erros e incidentes de pouca significação consistiram na verdade em fatos comprovados: na maioria dos locais de votação não foi permitida a atuação de fiscais da oposição. E dos poucos fiscais que conseguiram participar, a quase totalidade foi afastada antes da apuração dos votos. Diante de tais procedimentos, que já eram evidentes nas primeiras ho-

ras da manhã desse domingo eleitoral, às 13 horas os três líderes da oposição convocaram uma conferência de imprensa conjunta a fim de denunciar o que estava acontecendo. Os jornalistas estrangeiros, ao saírem da conferência, puderam visitar as mesas eleitorais e verificar a ausência de fiscais da oposição.

O pluralismo político prometido pelo regime do presidente Habib Burguiba, que governa sob o sistema de partido único desde 1956, não se tornou realidade, pelo menos desta vez. Não somente nenhum dos opositores foi eleito para o parlamento — havia 136 vagas em disputa — como nenhum dos três partidos ultrapassou os cinco por cento dos votos que a Constituição recentemente reformada havia previsto para o reconhecimento legal dos partidos não oficialistas.

### Contradições do Neo-Destur

Segundo os resultados oficiais, o Movimento Socialista Democrático de Ahmed Mestiri, ex-ministro de Burguiba, recebeu 3,2% dos votos; o Movimento de Unidade Popular de Ahmed Ben Salah, ex-ministro da Economia, 0,78%; o Partido Comunista dirigido por Mohamed Harmal, 0,81% e os diversos candidatos independentes, 0,35%.



A intensa mobilização na campanha eleitoral contradiz os resultados oficiais divulgados pelo regime de Bourguiba (foto de baixo)



Além das irregularidades comprovadas — particularmente na capital — estes resultados contrastam violentamente com o verificado durante a campanha eleitoral, quando os adversários do Neo-Destur mostraram (apesar do longo período de ilegalidade) uma importante capacidade de mobilização que contradiz as baixas porcentagens difundidas pelo governo.

O ato eleitoral foi uma decepção ainda maior porque durante a campanha os opositores gozaram amplas garantias, no estilo das democracias liberais européias, incluindo o acesso aos meios de comunicação. Este comportamento infundiu a esperança de que o regime fosse coerente com a abertura proclamada. Mas endureceu-se às vésperas das eleições e houve uma intervenção maciça no processo eleitoral.

Os analistas explicaram o acontecimento como fruto das contradições do Neo-Destur. A ala liberal tem como expoente máximo o jovem primeiro-ministro Al-Mzali, um adepto do pluripartidarismo. Mas a ala dura, com presença destacada no aparelho estatal e partidário, é contrária à abertura e teve força suficiente para desvirtuá-la. Há

quem diga que o presidente Bourguiba, árbitro supremo e líder indiscutível enquanto viver (tem 78 anos), discordava do modo “excessivamente liberal” com que a abertura vinha sendo executada. Isso teria facilitado a intransigência dos duros.

#### Mal-estar na população

É possível que o regime legalize os partidos da oposição apesar destes não terem conseguido os cinco por cento. Isso é o que pedem os moderados do Neo-Destur a Bourguiba. Mas esta concessão não seria suficiente para compensar o falido projeto pluripartidarista. Este apoiava-se sobre o fato de que largas camadas da população (especialmente a juventude, que representa 60% dos habitantes) davam crescentes demonstrações de descontentamento em relação ao regime. Após os sangrentos confrontos de janeiro de 1978, surgiram indícios de um profundo mal-estar. Além disso registrava-se a

erupção do fundamentalismo islâmico, protagonista da agitação de fevereiro de 1980.

O pluripartidarismo, portanto, foi visto por núcleos importantes do regime como fórmula apropriada para canalizar o descontentamento por vias pacíficas. Os partidos da oposição funcionariam como válvulas de escape sem que isso implicasse o risco de que o poderoso e onipotente Neo-Destur perdesse o governo. E se afastaria o perigo maior de uma expansão da via insurrecional.

Este é um projeto que não pôde ser concretizado. O período que começa agora será, sem dúvida, rico em contradições. É que as listas oficiais estavam integradas por uma maioria do Neo-Destur e uma minoria da União Geral dos Trabalhadores Tunisianos (UGTT), que recebeu, portanto, uma parte das cadeiras do Congresso.

A UGTT foi criada pelo regime atual, mas seus dirigentes pertencem à ala reformista e, naturalmente, estão ligados à classe operária. O movimento reivindicatório cresceu na UGTT, enquanto o governo adotava um processo cada vez mais conservador. Esta contradição veio à tona quando a UGTT proclamou a greve geral em janeiro de 1978, duramente reprimida pelo regime, que prendeu muitos dos seus dirigentes.

Foi um divórcio que pareceu definitivo. Mas a abertura favoreceu a reconciliação, selada com a apresentação da lista eleitoral conjunta Neo-Destur/UGTT.

De maneira que tudo faz prever uma áspera luta dentro do regime e de suas instituições. Enquanto o governo passa a viver em função da escolha do sucessor de Bourguiba, a oposição, por não ter conquistado a força político-institucional que de direito lhe corresponde, não poderá atuar como pólo de atração para uma juventude ansiosa por mudanças radicais. □

# A paz saudita em suspenso

O fracasso da Conferência de Cúpula Árabe em Fez tornou evidente a necessidade dos países da região de encarar com franqueza as suas divergências

*Agustín Castaño*

A consequência mais relevante da Conferência de Cúpula Árabe foi o fracasso da aspiração da coroa saudita de assumir uma liderança regional, apoiada em seu poderio econômico.

A conferência de chefes de Estado da Liga Árabe realizou-se a 25 de novembro último, na centenária cidade marroquina de Fez, e foi interrompida após sete horas de deliberações, transformando-se, assim, no encontro mais breve da organização. O tema central da reunião era a análise do "plano Fahd", assim chamado em alusão a seu idealizador, o príncipe herdeiro da coroa saudita e homem-forte do regime.

Em linhas gerais, esse plano — uma fórmula substitutiva dos acordos de Campo David — era abertamente desfavorável aos interesses palestinos e às reivindicações manifestadas tradicionalmente pela OLP.

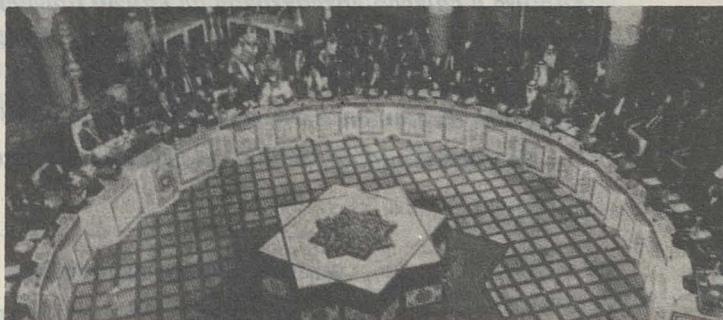
Entre seus oito pontos estavam incluídas várias dessas reivindicações, mas seu aspecto mais controvertido consistia em propor o reconhecimento de Israel por todos os Estados da região. No que diz respeito a esse país, a formulação era indireta mas clara, pois o ponto sete postulava o "reconhecimento do direito de todos os Estados a viverem em paz e com fronteiras seguras".

A proposta saudita visava à obtenção de um certo consenso das nações árabes mais influentes, para que os Estados Unidos aceitassem uma negociação em termos tais que, por implicar concessões importantes da parte de Israel, só poderia ser aceita caso Washington se dispusesse a impô-la.

O "plano Fahd" era coerente com a política dos governos conservadores da área, que pretendiam conciliar seus interesses com os dos Estados Unidos. Foi por isso que os governos mais progressistas, como os da Líbia e da Argélia, rejeitaram liminarmente o plano e não assistiram à conferência de Fez. A posição da OLP era mais difícil, pois esta necessitava do apoio de todos os governos árabes e, particularmente, da potência financeira saudita. A OLP teve de adotar uma posição de equilíbrio. O líder palestino Yasser Arafat

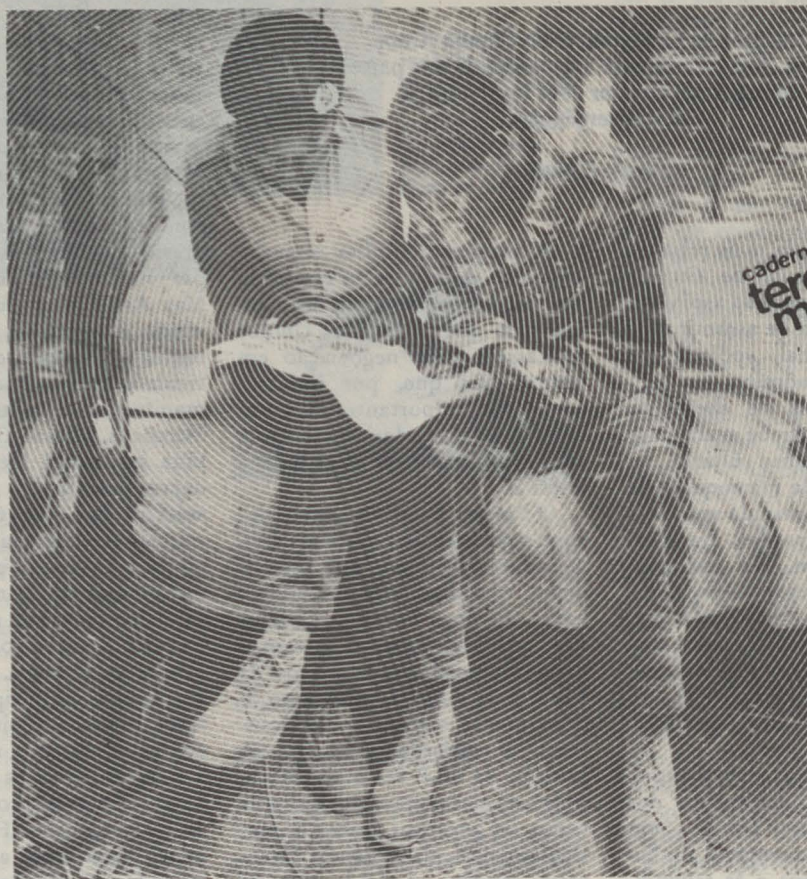
sustentou em Fez que o "plano Fahd" podia ser considerado um bom ponto de partida, mas que nem todos os seus itens eram satisfatórios. Dessa forma, a chave para que a proposta saudita obtivesse um mínimo de consenso e pudesse transformar-se numa plataforma para as sucessivas negociações seria o beneplácito do governo da Síria, país-chave, tanto pela sua situação geográfica como pela sua presença militar no Líbano.

Foi por isso que os sauditas forçaram, até o último momento, suas pressões sobre Damasco, com o intuito de convencer o presidente Hafez Assad a participar na conferência de cúpula. Mas Assad não cedeu e sua ausência determinou o fracasso da reunião, por falta de representatividade. Tecnicamente, segundo manifestou o anfitrião, o rei do Marrocos, Hassan II, tratou-se de uma suspensão. De fato, mesmo decepcionados, os sauditas consideraram que, em última instância, farão valer seu poderio econômico e conseguirão vencer as resistências de Damasco. Mas a primeira tentativa resultou num fracasso e numa consolidação da Frente da Firmeza. Pela primeira vez, houve nesse tipo de reunião fatos novos e positivos: os dirigentes afastaram a retórica sobre a unidade entre os países árabes e reconheceram com franqueza suas divergências. Foi esse o primeiro passo para aceitar as dificuldades ou divisões e poder encará-las com realismo.



# GRANDE PROMOÇÃO

editora terceiro mundo ltda.



*Adquira a coleção encadernada da edição brasileira dos cadernos, do nº 24 ao 29, o guia do terceiro mundo edição 1981 e faça uma assinatura da nossa revista.*

*Envie-nos diretamente o seu pedido, preenchendo o cupom no verso, acompanhado de cheque ou vale postal e endereçando-o à:*

editora terceiro mundo ltda

Rua da Glória, 122 – Gr. 105

20241 – Rio de Janeiro – RJ



Remeto o:  cheque no valor de Cr\$ ..... referente a:  
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Estado: .....

CEP: .....

Remeto o:  cheque no valor de Cr\$ ..... referente a:  
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Estado: .....

CEP: .....

Remeto o:  cheque no valor de Cr\$ ..... referente a:  
 vale postal

- Uma assinatura anual da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 1.700,00
- Uma assinatura semestral da revista **cadernos do terceiro mundo** no valor de Cr\$ 900,00
- Um exemplar do **guia do terceiro mundo** versão 1981 no valor de Cr\$ 800,00
- Um volume encadernado em *percaline* linho verde das edições brasileiras dos **cadernos**, do nº 24 ao 29, no valor de Cr\$ 1.400,00 + porte postal

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... Estado: .....

CEP: .....

# Moçambique usa co-produção para formar cineastas

Partindo da associação com outros países africanos, o Instituto Nacional de Cinema começa a criar um novo sistema de produção de filmes

Moçambique e Angola acabam de realizar uma co-produção no campo cinematográfico que deverá não só marcar uma importante etapa na cooperação entre os dois países, como ainda delinear tipos de projetos que interessam ao desenvolvimento da África neste campo. O tema abordado na película recém-concluída é a independência do Zimbabue, um processo político que envolveu profundamente os povos das três ex-colônias, isto é: Angola, Moçambique e a ex-Rodésia. Com um custo total de 3 milhões de meticais — cerca de 860 mil dólares — o filme é o resultado do esforço conjunto num setor que no Terceiro Mundo sempre esteve sob a dependência direta dos centros de poder.

As equipes que participaram do empreendimento pertencem aos países produtores e os laboratórios utilizados foram os do Zimbabue, Inglaterra e Portugal. *Pamberi ne Zimbabwe* ("Viva o Zimbabue") é um documentário com 50 minutos de duração, e na versão original é falado em inglês e *shona*, o idioma bantu mais importante do país. Os seus realizadores tomaram como base para a elaboração da película filmes feitos por ocasião das eleições e das cerimônias que marcaram a independência. A todo este material foram acrescenta-

das fotografias de igual valor histórico.

## "Operação Leopardo"

A indústria cinematográfica em Moçambique, que já conta com outros títulos realizados nestes seis anos de independência, nasce com uma função social definida. Ela é antes de mais nada um instrumento de educação e luta política. "Operação Leopardo", para citar um exemplo, é uma película realizada no momento em que as Forças Populares de Libertação Nacional lançavam uma grande ofensiva contra grupos contra-revolucionários atuando na província de Manica. Os terroristas recebiam apoio sul-africano e vinham aterrorizando a população da zona.

A equipe do Instituto Nacional de Cinema acompanhou toda a etapa de preparação da ofensiva, que integrou efetivos de terra e ar. É apresentada ainda em detalhe cada dificuldade encontrada para chegar até o alto da montanha onde estava instalado o acampamento dirigido pelos *boers*. Na parte final são mostradas pessoas que foram capturadas, com suas respectivas declarações sobre como era feito o recrutamento pelo inimigo. O filme deixa claro os métodos utilizados pela contra-revolução — tais como raptos, chantagens,

ameaças etc. — para engrossar as suas fileiras. Algumas cenas foram reconstituídas. Outras, pelo contrário, são o resultado de um trabalho feito no próprio terreno.

## "Pamberi ne Zimbabwe"

Numa entrevista aos *cadernos do terceiro mundo*, Samuel Matola, diretor do Instituto Nacional de Cinema, fala sobre as filmagens de *Pamberi ne Zimbabwe* e ainda dos demais projetos que Moçambique pretende desenvolver neste setor.

Como teve origem a presente co-produção moçambicano-angolana?

— Nesta zona do nosso continente, o cinema ainda está a dar os primeiros passos. A estratégia que nós adotamos, além da formação de quadros a nível de cada país com os quais mantemos boas relações, como é o caso de Angola, é a de juntar esforços no sentido de desenvolvermos também a nossa indústria cinematográfica. Dentro desta linha de pensamento (e porque acreditamos que para alcançar isto tem que se realizar um trabalho concreto) estabelecemos o acordo de uma co-produção.

Na altura em que ele foi feito, o tema mais importante na África Austral era a libertação do Zimbabue. Tanto Moçambique como Angola estiveram envolvidos neste processo, como países da Linha da Frente, tendo de uma certa maneira suportado esta guerra. Portanto, nada melhor do que um tema desses para iniciar o desenvolvimento, na prática, do resultado da nossa reflexão.

Foi então feito um acordo entre o Instituto Nacional de Cinema de Moçambique e a correspondente organização angolana. No nosso caso participamos com um realizador, um montador, um operador de câmara, o mes-

mo acontecendo com a parte de Angola. O filme foi realizado em todos os aspectos técnicos por trabalhadores dos dois países.

Como consequência das dificuldades encontradas — a elaboração da película coincidia com o próprio processo de formação de pessoal — o filme só veio a ser concluído depois da independência do Zimbábue. Com o novo governo, foi possível mesmo, em laboratórios de Salisbury, revelar os originais e fazer as cópias finais. Outros filmes mais seguirão, sempre enfocando temas que digam respeito a esta zona do nosso continente.

*Isto quer dizer que já há planos para a realização conjunta de mais películas com outros países africanos?*

— Sim. Com a Tanzânia, por exemplo, já temos um projeto que está quase concluído. É sobre o apoio que o povo deste país deu a Moçambique durante o processo da luta de libertação nacional. O filme terá como título *Crossing the River* e se refere à travessia do Rovuma a partir do território tanzaniano para o moçambicano. Com o Zimbábue já estão sendo realizados contatos no sentido de se estudar os mecanismos de outra co-produção, desta vez sobre a ajuda que o nosso país ofereceu no combate contra o regime minoritário, racista e ilegal de Ian Smith e Abel Muzorewa. Serão enfocados os campos de refugiados estabelecidos em território moçambicano durante a luta contra o colonialismo britânico.

A cooperação com estes países abrange também a formação de quadros. Ela é parte integrante do processo de realização destas películas. Isto é um princípio estabelecido, além da formação teórica que se possa dar. Os planos incluem o envio de pessoal para outros países da nossa área. O Zimbábue, que dispõe de um

bom laboratório, receberá pessoal moçambicano para treinamento com películas a cores. Já com Angola foi estabelecido um acordo para que sempre que se realizem cursos de formação sobre cinema seja estudada a possibilidade de se enviar para Luanda ou que venham a Maputo trabalhadores como estagiários.

*Como Moçambique vê a possibilidade de intensificar a colaboração com os demais países africanos?*

— Pensamos que isto será possível na medida que se estreitem os vínculos com os membros da Associação Africana de Cooperação Cinematográfica. Em 1977 foi realizada uma conferência em

Maputo, na qual compareceram países interessados na existência da organização. Num dos últimos encontros posteriormente levados a cabo, chegou-se à conclusão que as ações de cooperação bilateral e multilateral fariam avançar este projeto que é muito mais amplo que uma colaboração cinematográfica a nível da África. Este tipo de relação enquadra-se, portanto, no desenvolvimento deste plano da AACC. A associação tem sede provisória em Moçambique, que juntamente com a Tanzânia e a República de Madagascar compõem a sua direção. Há reuniões periódicas de análise dos trabalhos já realizados ou em curso.



Samuel Matola acha que o Instituto Nacional de Cinema aumentará a produção de filmes políticos e didáticos

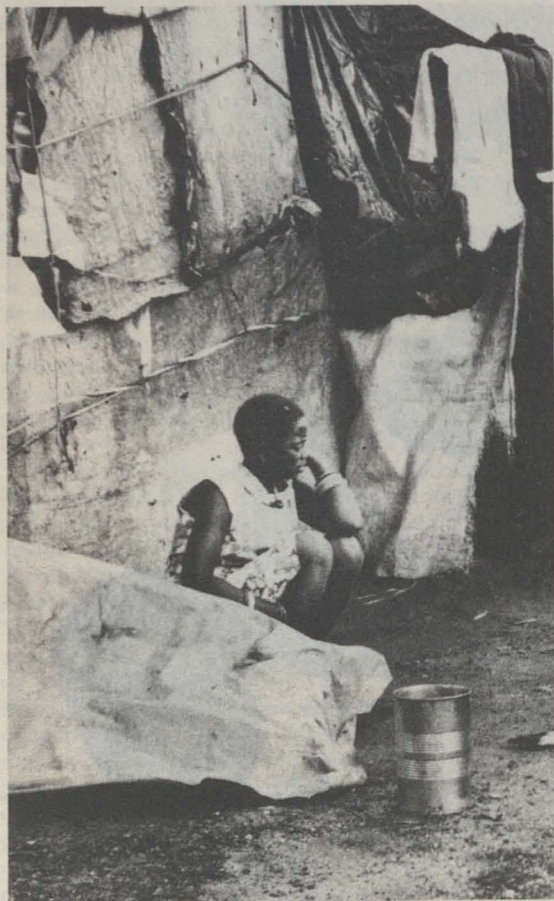
Os demais países que a integram são Guiné-Bissau, Cabo Verde, Angola, São Tomé, Congo, Guiné-Conácri, sendo que o Zimbábue em princípio concordou em aderir, embora não tenha ainda ingressado formalmente.

#### Espionagem e animação

*A cooperação no setor cinematográfico foi ampliada a outros continentes?*

— Sim. Temos, por exemplo, o projeto de co-produção com a União Soviética de uma película sobre o desmantelamento da rede da CIA em Moçambique. O desbaratamento da rede subversiva é um tema interessante e atra-

vés dos documentos que foram divulgados na época veio a idéia de estudá-los e realizar um filme sobre o acontecimento. Considerando que a nossa cinematografia ainda está nascendo, resolvemos procurar um país amigo que pudesse colaborar conosco, neste plano, em regime de co-produção. A proposta feita à URSS foi aceita e neste momento trabalha-se no argumento desta película, na qual participarão moçambicanos e soviéticos. Ela não será rigorosamente uma ficção e terá partes baseadas em situações reais, concretas. E o resultado final será um longa-metragem em que a realidade se alterna com a ficção.



O cinema moçambicano vai levar ao povo filmes sobre problemas populares como o alcoolismo e o analfabetismo

No que diz respeito à América Latina, há um protocolo de cooperação com o governo de Cuba. A indústria cinematográfica deste país está se desenvolvendo e houve uma oferta para a formação de quadros moçambicanos em todos os níveis. Encontra-se em fase de discussão o projeto de um filme, também em regime de co-produção, que enfoque a situação da mulher no nosso país, em especial daquelas que são casadas com mineiros.

*Além destes projetos sabemos que há ainda o de desenhos animados. Que pretende o INC com este tipo de produção?*

— Consideramos que o cinema de animação é um meio muito eficaz de comunicação, particularmente nesta fase em que a utilização da imagem no nosso meio é ainda deficiente. As pessoas ainda não estão acostumadas a receber ou enviar informação através da imagem. O plano do INC é de também formar pessoal moçambicano nesta área para que se possam produzir pequenos filmes a serem utilizados em educação, saúde etc. Foram contratados técnicos dinamarqueses que agora orientam o curso de animação.

Este tipo de filme será realizado em primeiro lugar na desmitificação do próprio cinema. O INC recebe com frequência cartas perguntando, por exemplo, como é possível que um ator que "morreu" num certo filme apareça vivo em outro.

Há o problema de que a situação da saúde em determinadas regiões é ainda muito precária, colocando-se, assim, a necessidade de que a população seja educada nos cuidados primários que uma comunidade deve ter. Neste momento, encontra-se em preparação uma película que tem como tema os problemas criados pelo alcoolismo. (Entrevista a Etevaldo Hipólito) □

## A CONFERÊNCIA AFRO-ÁRABE DE LUANDA

Com a participação de 80 delegações, desenvolveram-se em Luanda os trabalhos da Conferência Afro-Árabe de Solidariedade, que teve como pano de fundo a procura de modalidades concretas para o reforço da luta de libertação e a cooperação entre a África e o Mundo Árabe. O presidente do Comitê Internacional Preparatório, Omar El Hamidi, e os presidentes da Swapo (Sam Nujoma) e do ANC (Oliver Tambo) referiram-se aos esforços para a concretização da unidade para se defenderem de todas as tentativas de controle destas duas regiões do globo.

Na reunião debateram-se ainda temas como a situação do Oriente Médio, o problema da Namíbia, a luta palestina e a conjuntura na África Austral. Apesar de se tratar de uma reunião não-governamental, a Conferência reuniu destacadas personalidades de importantes partidos políticos, organizações de massas e sindicatos das duas regiões, ou seja, da África e do Mundo Árabe. As tarefas da reunião foram orientadas por Afonso Van Dunem (M'Binda), secretário do Comitê Central do MPLA-Partido do Trabalho para as Relações Exteriores e presidente do Comitê Preparatório Angolano da Conferência.

"As economias das duas regiões são amplamente complementares", afirmou Evaristo Domingos (Kimba), que abriu a Conferência em nome do presidente José Eduardo dos Santos. Ele enfatizou que, enquanto os países africanos têm um grande potencial econômico — particularmente nos campos agrícola e florestal —, assim como fontes alternativas do petróleo, as nações árabes dispõem de elevados recursos financeiros provenientes da produção petrolífera. Ele adiantou que a conjugação de esforços poderá conduzir ao surgimento de vários projetos econômicos conjuntos e de empresas mistas, o que reforçaria amplamente a luta pela independência econômica daqueles países.

A tônica dominante da Conferência foi a identificação dos regimes da África do Sul e de Israel como pontas-de-lança do imperialismo internacional no continente africano e no Mundo Árabe.

A recente tentativa de golpe de Estado nas Seychelles e a sabotagem econômica contra a refinaria da "Petrangol", ambas empreendidas por mercenários sul-africanos, foram apontadas pelo presidente das Seychelles, Albert René, na sua mensagem à



M'Binda

Conferência, como "os mais novos elementos que ilustram as crescentes tentativas de desestabilização dos países progressistas independentes do Terceiro Mundo"

## GREVE DE FOME NA ÁFRICA DO SUL

Os prisioneiros políticos da ilha de Roben fizeram uma greve de fome para protestar contra as torturas e os abusos de seus carcereiros. A resposta do regime de Pretória foi aumentar ainda mais a repressão, suspendendo por tempo indeterminado as visitas aos prisioneiros e decretando outras medidas punitivas que afetam a vida interna do presídio.

A ilha de Roben se tornou conhecida — tristemente conhecida — desde que foi transformada em campo de concentração pelos sul-africanos. Ela está situada no oceano Atlântico, a uns dez quilômetros da Cidade do Cabo. Na prisão, estão reclusos atualmente 370 presos políticos. Entre eles está Nelson Mandela, fundador e presidente do Congresso Nacional Africano (*African National Congress*, ANC), o movimento de libertação da África do Sul. Desde a prisão de Mandela a presidência do ANC é exercida interinamente por Oliver Tambo. Mandela foi condenado à prisão perpétua, como também outros militantes nacionalistas detidos na ilha de Roben.

## "ATÉ ENCONTRÁ-LOS"

□ Uma Federação de Associações de Familiares de Presos-Desaparecidos — composta por mais de 20 organizações da América Latina e do Caribe — foi constituída em Caracas, em consequência dos trabalhos do Segundo Congresso Latino-Americano sobre os Presos-Desaparecidos, que teve como lema "Até Encontrá-los".

A Federação, de caráter não-governamental, tem como objetivo o "aparecimento com vida dos presos-desaparecidos, a promoção de formas organizativas entre os parentes das vítimas e a conscientização da comunidade internacional, assim como a ativação de mecanismos jurídicos que possibilitem o julgamento dos culpados". Sua sede será em Caracas e a Comissão Diretiva estará integrada por 10 representantes de associações de familiares. Do ponto de vista jurídico, prevê-se a apresentação, perante as Nações Unidas, em 1982, de um projeto de convenção visando à erradicação de futuros desaparecimentos.

O presidente do Congresso, o padre Juan Vives Suria, qualificou os desaparecimentos como "prática aberrante" e "delito de lesa-humanidade". Afirmou que a Federação promoverá uma Convenção Internacional para julgar os responsáveis pelos desaparecimentos, através de procedimentos como os que foram utilizados nos processos de Nuremberg contra os criminosos de guerra nazistas.

O Congresso contou com a presença de quase 100 participantes, e congregou delegações da Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Chile, México, Haiti, Guatemala e El Salvador. Entre as pessoas que compareceram estava Isabel Letelier, viúva do ex-chanceler chileno Orlando Letelier. Depois do assassinato de seu marido, em 1976, em Washington, Isabel Letelier transformou-se numa das figuras mais destacadas na defesa dos Direitos Humanos no Continente. Ela considerou "extraordinária" a iniciativa da Câmara dos Deputados da Venezuela ao declarar, por unanimidade, que a política dos desaparecimentos constitui um "crime de lesa-humanidade". Calcula-se que existam no continente latino-americano, aproximadamente, 90 mil desaparecidos, dos quais 25 mil na Argentina.

Ao mesmo tempo, a *Amnesty International*, organização de direitos humanos com sede em Londres, anunciou o lançamento de uma campanha a nível mundial contra o desaparecimento de prisio-

neiros políticos opositores, qualificando-o como "inumano e impune". Segundo a *Amnesty*, os desaparecimentos constituem um método repressivo que "tende a generalizar-se entre os regimes ditatoriais". A instituição intensificará seus esforços para "desmascarar o sistema pelo qual milhares de pessoas 'foram desaparecidas' por forças governamentais ou grupos que agem com sua cumplicidade ativa ou passiva".

## PETRÓLEO E ARMAS

□ Foi anunciado o reinício do fornecimento de petróleo iraquiano através do porto sírio de Baniyas, situado no Mediterrâneo. Os governos de Bagdá e Damasco concluíram um acordo que entrará brevemente em vigência. O governo sírio resolveu elevar, no porto de Baniyas, a capacidade de refinação do produto de 5,2 para 11 milhões de toneladas anuais.

A medida visa o restabelecimento do fluxo de petróleo iraquiano para o Mediterrâneo. A exportação de petróleo fora atingida pela guerra entre esse país árabe e o regime do Irã. Por outro lado, notícias de Bagdá dão conta que a União Soviética reiniciou suas remessas de armas ao Iraque, que haviam sido suspensas depois do início da guerra com o Irã. Segundo versões da capital iraquiana, aviões de transporte *Antonov* levaram equipamentos (que incluem tanques modelos T-72 e caça-bombardeiros *Mig-25*) para Bagdá.

A informação poderia indicar que há outra ofensiva em curso por parte do regime do Partido Baath. As últimas versões da frente de batalha se referem a importantes combates, próximos à cidade iraquiana de Susangerd. E, de acordo com a agência iraquiana INA, esta é a luta mais intensa levada a cabo desde o começo da guerra, em outubro de 1980.

A decisão da União Soviética de tornar a fornecer armamentos ao Iraque pode ser um reflexo da deterioração de suas relações com o Irã, país estratégico para a geopolítica de Moscou, pois compartilha com a URSS de uma extensa fronteira a partir da qual os norte-americanos — durante o regime do xá — exerciam suas atividades de espionagem contra o Kremlin.

## ASSASSINOS À SOLTA

A própria oposição branca sul-africana classificou como um "escândalo" a libertação incondicional dos mercenários que no final de novembro tentaram derrubar o governo das ilhas Seychelles, sequestrando posteriormente um avião para fugir em direção à África do Sul. Cinco integrantes do grupo pagaram fiança e foram soltos, enquanto os restantes 39 sequer foram identificados e apresentados à justiça.

A decisão de pôr em liberdade os mercenários contraria a convenção internacional aprovada pela ONU em 1970 e subscrita pela África do Sul, prevendo que todos os sequestradores de aviões sejam submetidos a um tribunal especial e extraditados para o país onde praticaram o sequestro. Além de violar uma lei internacional, o regime racista sul-africano se negou a revelar a identidade de 39 integrantes do grupo.

O bando mercenário era chefiado pelo sinistro Mike Hoare, um conhecido aventureiro e assassino de 62 anos, que já esteve envolvido em complôs no Congo, Angola, Nigéria e na antiga Rodésia. Ele organizou um clube chamado "Gansos Selvagens" que reúne assassinos profissionais, aventureiros, racistas e marginais, para colocá-los a serviço de interesses econômicos transnacionais na África.

O golpe contra o primeiro-ministro Albert René fracassou devido à resistência da Guarda Nacional da cidade de Mahe, capital das ilhas Seychelles. Albert René, no poder há quatro anos, pôs em prática um modelo socialista de desenvolvimento econômico, além de impor sanções contra as transnacionais do turismo que exploram as riquezas naturais do arquipélago de 85 ilhas.

A libertação incondicional dos mercenários, entre os quais se encontram 23 sul-africanos, 9 ingleses, 2 irlandeses, 2 alemães ocidentais, 1 norte-americano, 1 australiano, 1 austríaco e 5 do Zimbábue, mostrou que a África do Sul concorda com os objetivos do grupo. O regime de Pretória também não deixou muitas dúvidas quanto ao apoio que dá aos aventureiros, que cobram 180 dólares por dia para matar, conspirar e torturar. Até agora não se sabe quem pagou para que eles tentassem derrubar o governo de Albert René, mas é quase certo que o complô teve a inspiração de James Mancham, o deposto presidente das ilhas Seychelles, e pleno conhecimento da África do Sul.

## A DC DA AMÉRICA LATINA CONDENA OS ESTADOS UNIDOS

"Os regimes autoritários do continente, apoiados pelos Estados Unidos, representam uma regressão ainda não superada e um dramático custo social e humano". A declaração final do 10º Congresso da Organização Democrata-Cristã da América Latina (ODCA), realizado recentemente em Caracas, chega a essa e outras conclusões que marcam, aparentemente, um distanciamento entre os responsáveis pelo pensamento social-cristão latino-americano e a posição do governo dos Estados Unidos, no que diz respeito a temas do continente. O documento informa que alguns regimes militares latino-americanos receberam o apoio de Washington "com o objetivo de consolidar modelos econômicos neoliberais, de enfrentar as ameaças da guerrilha e de conter a inquietação social e política decorrente da crise". Informa, também, que o presidente Reagan "condicionou o problema dos direitos humanos à consolidação de alianças com qualquer tipo de governo, dando prioridade a uma estratégia de blocos".

Por outro lado, soube-se que entre os autores da declaração encontram-se destacados dirigentes da Democracia-Cristã do Cone Sul latino-americano, particularmente do Chile e do Uruguai, que levaram ao encontro propostas de renovação. Por exemplo, Radomiro Tomic, do Chile, propôs uma mediação do Papa para o atual conflito de El Salvador, com o objetivo de chegar a uma solução pacífica. A atitude de Tomic, contudo foi rejeitada pelos setores mais conservadores da DC continental, particularmente pelos venezuelanos. Estes últimos alegam que uma solução desse tipo implicaria o reconhecimento do poder de negociação das forças contrárias à Junta. Como se sabe, a Democracia Cristã da Venezuela, atualmente no poder sob a presidência de Herrera Campins, constitui a mais sólida base de apoio à Junta salvadorenha, encabeçada pelo democrata-cristão Napoleão Duarte. Duarte era o presidente da OCDA e, na recente reunião de Caracas, foi substituído pelo panameño Ricardo Arias Calderón.

Segundo Calderón, em consequência da análise da situação latino-americana realizada na reunião, a OCDA resolveu "promover pontos de convergência com todas as forças autenticamente democratas do continente", particularmente com as correntes da social-democracia.

## A FARSA DO CISKEI

Na madrugada do dia 4 de dezembro, o regime racista da África do Sul decretou o surgimento de mais um bantustão, que no ato de sua criação conquistou o duvidoso título de "país mais isolado do mundo". Além de não ser reconhecido por nenhum outro país, o Ciskei não conta nem com o apoio dos outros bantustões criados arbitrariamente pelo governo de Pretória, como foi o caso de Transkei.

Por um decreto anunciado em 1978, a África do Sul decidiu criar 10 bantustões, abrangendo cerca de 13% do território sul-africano. Foi uma manobra destinada a expulsar os negros que trabalham e vivem nas regiões que os brancos *afrikaaners* consideram suas. A política dos bantustões é um prolongamento do *apartheid*, uma vez que com isto os negros passam a ser considerados estrangeiros nas áreas brancas.

Até agora já foram criados quatro bantustões: Transkei, Venda, Bophuthastwana e Ciskei. A maioria esmagadora dos habitantes destas quatro regiões emigrou para as áreas industrializadas brancas, onde vivem na condição de virtuais prisioneiros, sujeitos à expulsão a qualquer momento, pelo simples fato de serem considerados estrangeiros. A mão-de-obra negra fica assim submetida a toda sorte de pressões, não podendo reivindicar melhores salários devido ao risco de deportação pura e simples.

O Ciskei tem cerca de 2,1 milhões de habitantes e apenas 15% do seu território pode ser usado para agricultura. Por isto a população local não tem comida e é obrigada a ir buscá-la no território juridicamente sob controle branco. Um terço da população do Ciskei, a exemplo dos outros bantustões, vive fora das fronteiras e 2/3 da renda vêm do trabalho dos que emigraram para a parte branca.

A farsa da independência do Ciskei não foi nem reconhecida pelo Transkei, que reivindica parte do território que foi incorporado pelos brancos ao novo bantustão. O chefe da administração empossada pelos racistas é Lennox Sebe, odiado pela Igreja e pelas organizações negras porque reprimiu sangrentamente todos os que foram contra a pseudo-independência. O país está militar, econômica e diplomaticamente subordinado à África do Sul. O nível de renda da população é baixíssimo porque a terra cultivável é insuficiente e não há qualquer

tipo de indústria. Com isto, Ciskei, da mesma forma que os demais bantustões, acabou se transformando em um bolsão de miséria.

## EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA

Pequim foi sede de um encontro de parlamentares asiáticos, promovido pelo Fundo das Nações Unidas para Atividades da População (FNUAP), no final do mês de outubro. Essa reunião na capital chinesa teve por objetivo analisar a política populacional e de desenvolvimento dos países da área.

A região — que abriga 60% da população mundial e possui a maior taxa de crescimento demográfico do mundo — se defronta com graves problemas: falta de moradias adequadas, carência de água potável, deficientes condições sanitárias, poluição atmosférica, baixos níveis educacionais, escassez de meios de transporte e crescente desemprego.

Estes problemas estão sendo agravados pelo crescente êxodo rural, provocado pela superpopulação e pelo estancamento econômico no setor rural. Dos 500 milhões de asiáticos que vivem em estado de "miséria absoluta" (dados da década de 70), a grande maioria é de imigrantes das zonas rurais, à procura de meios de sobrevivência.

Segundo previsões da Comissão Econômico-Social para Ásia e Pacífico, por volta do ano 2000, o crescimento da população urbana alcançará tal magnitude, que 13 dos 30 maiores centros urbanos do mundo — cada um com uma população superior a 10 milhões de habitantes — estarão na área. Assim, a capital chinesa terá uma população de 19 milhões de habitantes, a cidade indiana de Bombaim, 17 milhões, Calcutá, também na Índia, e Jacarta, capital da Indonésia, contarão com 16 milhões de habitantes cada uma, e Seul, a capital da Coreia do Sul, 14 milhões.

A perspectiva de chegar ao ano 2000 com tal população desde já preocupa muitos países da região. No encontro, se advertiu que a explosão demográfica nos centros urbanos poderá agravar os atuais problemas das cidades asiáticas, e foi recomendado o planejamento de uma equilibrada redistribuição, levando em conta a necessidade de não provocar maiores problemas sócio-econômicos.



# TELEX

## ● Armamento

Este ano, entre os 10 maiores clientes na compra de armamentos dos Estados Unidos, estão incluídos cinco nações do Terceiro Mundo: Arábia Saudita, Egito, Coréia do Sul, Jordânia e Turquia. De acordo com as cifras divulgadas pelo Departamento de Defesa norte-americano, a Arábia Saudita, pelo segundo ano consecutivo, figura em primeiro lugar por ter adquirido armas norte-americanas no valor de 2,1 milhões de dólares, 25% das vendas totais, e quase quatro vezes mais do que foi adquirido pelo segundo comprador, o Japão.

## ● Satélite

A organização da Liga Árabe para Comunicações Espaciais e a Organização Européia de Mísseis assinaram um acordo para lançar, em fevereiro de 1984, o primeiro satélite árabe de comunicações. Será colocado em órbita um segundo satélite no último semestre do mesmo ano. Os custos vão a cerca de 23 milhões de dólares cada um. A estação principal de controle ficará localizada em Riad (Arábia Saudita) e uma outra deverá operar na Tunísia. Ambos os satélites cobrirão as necessidades de todos os países árabes no terreno das comunicações espaciais.

## ● Perdas

A Tanzânia — que atravessa uma séria crise econômica — foi invadida por uma peste estrangeira, importada com o envio de ajuda alimentícia dos Estados Unidos. A peste — conhecida apenas na América Central e em algumas áreas dos Estados Unidos — provocou só na província de Tabora a perda de quase metade da colheita, causando a fome de um milhão de habitantes. Calcula-se que a Tanzânia necessitará de 40 mil toneladas de alimentos para fazer frente à situação. A invasão da peste ocorre nove meses depois que informes na imprensa do Quênia denunciaram que companhias químicas européias invadiram com produtos não regulamentados a região africana produtora de café. Estes produtos provocaram a perda de dez por cento da colheita, causando prejuízos de 20 milhões de dólares aos agricultores do Quênia, em 1980. O semanário *East African Weekly Review* suspeita que se trata de "uma planejada sabotagem à região".

## ● Asilo

O México concedeu asilo político ao coronel Adolfo Arnoldo Majano, ex-membro da Junta de El Salvador. Majano comandou o grupo da "Juventude Militar" que derrubou, a 15 de outubro de 1979, o general Carlos Humberto Romero e o substituiu por um governo civil-militar. O coronel foi expulso da Junta há dez meses, por representar o pensamento do setor moderado das Forças Armadas de El Salvador. Majano fixará residência no México, em companhia de sua família.

## ● Unidade iemenita

A reunião dos Chefes de Estados da República Democrática Popular do Iêmen (Iêmen do Sul) e da República Árabe do Iêmen (Iêmen do Norte) culminou com uma resolução tendente a coordenar as atividades de ambos os governos nos âmbitos de informação, economia, educação, cultura e assuntos internacionais. Os mandatários rejeitaram o plano de divisão do Líbano e a política de implantação de bases militares na região, e prestaram apoio à causa palestina, dando continuidade aos esforços para derrotar os acordos de Campo David. O conteúdo das decisões e o clima criado em torno do encontro dos dois Chefes de Estado da nação iemenita, propiciaram, segundo observadores árabes, uma perspectiva otimista quanto ao processo de unificação em curso.

## ● Armas para Búrguia

Segundo fontes vinculadas à indústria bélica norte-americana, Washington ofereceu ajuda às Forças Armadas da Tunísia, para enfrentar o poderio militar da Líbia. Em julho do ano passado, o governo Reagan negociou a venda de 54 tanques M-60, por um custo estimado em 92 milhões de dólares, no maior acordo assinado com a Tunísia. Mais recentemente, funcionários desse país apresentaram uma ampla lista de material bélico a uma delegação norte-americana, encabeçada pelo secretário de Defesa-adjunto, Francis Weet. Washington atendeu rapidamente ao pedido, fornecendo ao regime da Tunísia tanques sofisticados e aviões de treinamento.

### ● Revolução verde

Nas planícies do norte da Índia, que foram transformadas, na década passada, em celeiros, mediante a utilização de variedades híbridas de sementes, está se verificando atualmente uma dramática propagação de pragas. Os prejuízos das colheitas são estimados entre 5 e 25%, dependendo do tipo de praga, da intensidade do ataque e das condições do tempo. Participantes de uma conferência nacional de agricultores chegaram à conclusão de que é preciso uma nova geração de sementes de alto rendimento e seria necessário uma melhor utilização de agentes como a água, a luz solar e os fertilizantes. Mas expressaram, também, críticas severas ao projeto de "revolução verde", acusando-o de ter aumentado as tensões sociais no campo. Somente os granjeiros ricos conseguiram investir nas miraculosas sementes e se tornaram ainda mais ricos em detrimento dos mais pobres, que foram expulsos de suas terras. As sementes híbridas, introduzidas na Índia na década de 60, a título de experiência, são usadas atualmente em 75% de toda a área cultivada de trigo e em 40% da de arroz.

### ● Energia atômica

Realizou-se em Viena, em novembro, uma reunião de especialistas de 33 países para rever o procedimento adotado até o momento na questão da segurança das centrais atômicas. Segundo a Organização Internacional de Energia Atômica (OIEA), estão em funcionamento no mundo 250 centrais atômicas — produ-

zindo oito por cento da energia elétrica mundial — e igual número está em construção ou planejamento. O objetivo da reunião foi eliminar os temores que estão freando o desenvolvimento do uso da energia nuclear no mundo.

### ● Refugiados

Trinta e três mil refugiados salvadorenhos moram atualmente em Honduras. Esta informação foi divulgada pela Aladu (Associação Latino-Americana para os Direitos Humanos), com sede em Quito, Equador. "Eles desejam o fim da guerra civil em seu país, para poderem voltar a seus lares", afirmou o secretário executivo da Aladu, Horacio Sevilla Borja, que compareceu à reunião como observador, pois fora convidado especialmente para assistir às recentes eleições realizadas em Honduras.

### ● Proscrição

Cerca de um milhão de membros do proscrito Partido Comunista da Indonésia poderão votar nas próximas eleições gerais, em maio de 1982, ao contrário dos últimos pleitos de 1971 e 1977. Porém temendo uma derrota, o governo voltou a tornar muitos deles inelegíveis, alegando "razões de segurança". A devolução dos direitos políticos alcança apenas os membros do PC que, segundo os critérios do governo, não participaram do intento de golpe de Estado de 1965. Os demais continuam ainda com os seus direitos políticos cassados.

### ● Camponeses

Pelo menos meio milhão de camponeses serão beneficiados com o programa de desenvolvimento rural integral anunciado pelo governo do Equador. Com um investimento de 247 milhões de dólares e contribuições provenientes, em 45%, de organismos internacionais, o programa inclui 17 projetos sobre crédito, infraestrutura física e reabilitação social, numa superfície de 1.200 mil hectares, 5% do território do Equador.

### ● Nacionalismo

O Comitê Permanente da Assembleia Popular do Parlamento Moçambicano aprovou uma lei que cria um estatuto jurídico para operações de companhias petrolíferas estrangeiras. A lei prevê a estruturação de uma nova companhia estatal, a Hidrocarbonetos de Moçambique, com o monopólio sobre a extração e os direitos de produção de petróleo e outros hidrocarbonetos. As companhias estrangeiras terão de operar em associação com essa empresa moçambicana. Todas as jazidas descobertas serão de propriedade do Estado e não podem ser adquiridas por estrangeiros. Entretanto, as companhias poderão investir capitais sob sua própria responsabilidade e recuperar os investimentos caso sejam descobertas jazidas de petróleo ou gás economicamente viáveis. Um artigo da lei impõe métodos de exploração e produção que não provoquem poluição ou ponham em perigo os recursos naturais. Os trabalhos de exploração realizados antes da independência revelaram grandes reservas de gás, consideradas entre as maiores do mundo.

Propostas ideológicas do  
Terceiro Mundo

SOCIALISMO  
E  
DEMOCRACIA

A Terceira Teoria Universal  
fundamentada por Muammar Al Khadafi,  
em seu "Livro Verde",  
é debatida em Caracas  
por filósofos, intelectuais e políticos

## Livro Verde

Eis alguns dos trechos mais importantes:

- *“As Assembléias parlamentares converteram-se em barreira legal entre o povo e aqueles que exercem o poder, ao excluir as massas do exercício da política e ao monopolizar a soberania em si mesmas. Aos povos, nada mais resta do que a falsa experiência democrática de formar longas filas para depositar seus votos nas urnas eleitorais.”*
  - *“O povo não pode ser substituído por ninguém. A representatividade é uma impostura.”*
  - *“Desde que é fundado, o partido erige-se em representante do povo. Depois, a direção do partido converte-se em representante dos seus membros e o seu presidente se converte em representante da direção. O sistema partidário é, portanto, a ditadura da época contemporânea.”*
  - *“O partido representa somente uma fração do povo, enquanto que a soberania popular é indivisível.”*
  - *“Os congressos populares e os comitês populares são o único processo de democracia popular. Não são criações da imaginação, mas produtos do pensamento humano, que assimilam todas as experiências das lutas dos povos pela democracia.”*
  - *“A democracia já não será ‘o controle do governo pelo povo’, mas ‘o controle do povo pelo próprio povo’.”*
  - *“Por muito que tenham seus salários melhorados, os assalariados são uma espécie de escravos. A solução é abolir o salário, libertar o homem da escravidão e retornar às formas naturais que determinaram as relações humanas antes do aparecimento das classes, dos governos e das leis positivas.”*
  - *“As normas naturais geraram um socialismo natural, baseado na igualdade entre os fatores econômicos da produção, conseguindo uma quase igualdade entre os indivíduos em relação ao consumo da produção e da natureza. A exploração do homem pelo homem e a apropriação por um só ho-*
- mem de uma maior proporção de riqueza que a que lhe corresponde, é um desvio da lei natural.”*
- *“Na sociedade socialista não deve haver assalariados, e sim sócios.”*
  - *“A liberdade do homem sempre será incompleta enquanto suas necessidades estiverem delegadas a terceiros.”*
  - *“O homem não terá liberdade enquanto morar na propriedade de outro.”*
  - *“A terra não é propriedade de ninguém. Cada um tem o direito de explorá-la em seu próprio benefício, na medida do seu esforço pessoal — isto é, sem empregar outros, com ou sem pagamento — e na satisfação das suas necessidades.”*
  - *“Aquele que possui mais do que necessita para a satisfação das suas necessidades, o que fez na realidade foi apoderar-se do direito de outro membro da sociedade. Trata-se de um roubo.”*
  - *“A liberdade é indivisível. Para que o homem seja feliz deve ser livre, e para que seja livre deve ser dono de suas próprias necessidades. Aquele que possui tuas necessidades te controla, te explora, e quem sabe, te escraviza.”*
  - *“Uma revolução para estabelecer o socialismo começa pela apropriação, por parte dos produtores, de suas quotas correspondentes do produto que elaboram. As greves deixarão de reivindicar aumentos salariais para passarem a exigir participação na produção.”*
  - *“Não há diferença entre os direitos do homem e da mulher, pois ambos são humanos. Mas a afirmação de que a mulher é igual ao homem em todos os sentidos é um grande engano para a mulher. Destrói as circunstâncias necessárias e adequadas que a mulher deve desfrutar, à diferença do homem, dada sua natureza que lhe impõe um papel diferente daquele do homem. A igualdade do homem e da mulher na realização de trabalhos pesados enquanto ela está grávida não deixa de ser uma injustiça e uma crueldade. A igualdade na fome, enquanto ela está amamentando, é outra injustiça e outra crueldade.”*
  - *“É necessário deflagrar uma revolução universal que ponha fim a todas as circunstâncias materiais que impedem o desenvolvimento do papel natural da mulher na vida. Estas mesmas circunstâncias obrigam hoje a mulher a desempenhar funções iguais às dos homens, violando a natureza feminina, para que ela possa ter direitos iguais aos do homem.”*

# SOCIALISMO E DEMOCRACIA



Realizado no momento em que o governo dos Estados Unidos intensificava suas agressões contra a Jamahíria Líbia, o colóquio internacional sobre o socialismo e a democracia no pensamento de Muammar Al Khadafi tornou-se, de fato, um ato de solidariedade com a revolução líbia. Da reunião de Caracas participaram políticos, acadêmicos e jornalistas das mais variadas ideologias e filiações partidárias. Todos foram unânimes em defender o direito do povo líbio de levar adiante sua original experiência política livre de pressões, ameaças e intervenções estrangeiras. Porém, o encontro organizado pela Escola de Filosofia da Universidade Central da Venezuela foi, antes de tudo, um foro de debates dedicados a estudar o pensamento orientador dessa revolução, sintetizado no "Livro Verde". Nesse sentido, o colóquio foi a continuação de duas reuniões anteriores, organizadas em 1979 pela Universidade de Benghazi, na Líbia, e em 1980, pela de Madri, na Espanha. A síntese proposta por Khadafi entre socialismo e democracia aborda um tema central da filosofia política contemporânea e merece, na verdade, essa atenção internacional, principalmente porque a Terceira Teoria Universal explicitada no "Livro Verde" não se limita a sugerir fórmulas para o desenvolvimento

da sociedade líbia, mas dirige seu chamado a todos os povos do mundo.

Em Caracas, foram apresentadas mais de 200 exposições sobre o tema e o debate prolongou-se durante quatro dias. Os trabalhos e as versões taquigráficas das discussões encheram um volume de centenas de páginas. Como introdução a essa temática para o público latino-americano, publicamos este suplemento no qual são resumidas algumas das intervenções mais representativas de participantes de diversas origens geográficas, culturais e ideológicas.

Como se tem denunciado insistentemente, a imprensa transnacional muitas vezes desinforma por omissão, ignorando por completo certos processos e acontecimentos. No caso da Líbia, em troca, desinforma-se por excesso de informação. Quase todo mês o retrato de Khadafi aparece em primeiro plano nas revistas internacionais. E, no entanto, o público desconhece que, além de estadista e governante, Muammar Al Khadafi é um ideólogo cujo pensamento — ainda que seja para contestar suas teses — é objeto de estudos acadêmicos em diversas universidades do mundo. Contribuir para que nossos leitores tenham um melhor conhecimento dessa discussão e de seu alcance, é o objetivo destas páginas.

# Um debate pluralista

O "Livro Verde" de Muammar Al Khadafi é analisado em Caracas por centenas de intelectuais e políticos de cinco continentes

Neiva Moreira

Os encontros e desencontros entre democracia e socialismo, religião e mudanças sociais, partidos políticos e participação popular, a mulher e o feminismo, foram amplamente debatidos em Caracas entre os dias 12 e 15 de novembro, durante o Terceiro Colóquio Internacional sobre o pensamento de Muammar Al Khadafi, organizado pela Escola de Filosofia da Universidade Central da Venezuela.

As teses centrais do "Livro Verde" foram examinadas, defendidas e questionadas — num debate por vezes profundo, outras caloroso, mas sempre livre e sem restrições — por 350 filósofos, sociólogos, teólogos, dirigentes políticos e sindicalistas de todo o mundo. Num encontro apaixonante e apaixonado, o Colóquio congregou "o azeite e o vinagre" como disse um orador. Ali havia um delegado do *Solidarnosc* (Solidariedade) e um representante do Partido Operário Unificado da Polônia (PC), religiosos católicos, protestantes e islâmicos, guerrilheiros palestinos e salvadorenhas, políticos democrata-cristãos, social-democratas, anarquistas e marxistas (de todas as vertentes).

Lamentavelmente, uma decisão arbitrária do governo venezuelano frustrou aquele que deveria ser o momento culminante da reunião: uma transmissão televisionada, direta e nos dois sentidos, entre Trípoli e Caracas, que teria permitido a participação no encontro do autor do "Livro Verde". O canal de satélite, através do qual o coronel Khadafi responderia pessoalmente às perguntas, críticas e observações dos delegados, já estava contratado, quando no último minuto uma decisão ministerial impediu a transmissão.

O pedido que os assistentes dirigiram, unanimemente, ao presidente venezuelano Luis Herrera Campins, invocando a liberdade de expressão e a tradição democrática do país-sede, não foi suficiente para revogar essa decisão, provavelmente originada de pressões externas muito fortes e influentes no Palácio Miraflores. Assim, a tela gigante de televisão que dominava a sala permaneceu apagada durante quatro dias, como silenciosa advertência de que há interesses poderosos que se sentem afetados pelo simples debate dos grandes temas da revolução contemporânea.

A proibição não foi explicada oficialmente, mas o diário *El Mundo*, que pretendeu criar um escândalo pelo simples fato de que o "Livro Verde" fora distribuído gratuitamente, argumentou que nenhum Chefe de Estado pode entrar no país, mesmo que isso seja feito através da televisão, sem oficializar sua presença.

O doutor Pedro Duno, decano da Escola de Filosofia e presidente do Comitê Organizador, prometeu que a Universidade estudaria as implicações dessa decisão na teoria e prática das comunicações modernas. "Num país com liberdade de expressão garantida — indagou ele — acaso não tenho o direito de chamar Trípoli e falar por telefone com o coronel Khadafi? Então por que não posso também vê-lo? A Universidade Central da Venezuela estudará os aspectos jurídicos dessa decisão, e denunciá-la-á como um obstáculo à liberdade de informação".

Não obstante, as teses centrais da "Terceira Teoria Universal" foram defendidas por uma delegação de universitários líbios presidida por Ahmed Shahati, que foi ministro das Relações Exteriores da Jamahiria Líbia até 1977, quando foram abolidos os ministérios, e atualmente chefia o Centro Internacional para o Estudo e Investigação sobre o "Livro Verde", com sede em Trípoli.

Shahati sustentou diversas intervenções esclarecendo que a proposta ideológica de Khadafi não é uma doutrina aplicável somente para a Líbia, mas uma alternativa válida para todo o mundo contemporâneo, já que não é justo refutar os ideais do socialismo e da democracia direta só porque sua aplicação prática não é simples.

## Linguagem profética

O pensamento de Khadafi, com efeito, aborda com sua peculiar linguagem profética os grandes temas do debate político atual como: 1) a crise das democracias representativas que impedem uma ex-



A conferência de Caracas

pressão popular genuína e que deveriam ser substituídas por novas formas de participação, que levem a uma democracia de massas ("Jamahiriya", em árabe); 2) o risco de que os partidos (necessários como instrumentos para a tomada do poder) se transformem em organizações burocráticas que terminem por limitar essa participação popular; 3) a impossibilidade de existir uma verdadeira liberdade enquanto as necessidades humanas básicas não sejam satisfeitas; 4) a transformação dos assalariados em "sócios" (na gestão e na propriedade), como chave para a construção do socialismo; 5) a libertação da mulher, a partir da igualdade de direitos, mas sem sacrificar as especificidades da condição feminina; 6) o papel da religião — de todas as religiões — como portadora de valores morais e espirituais que dão sentido à vida individual e coerência à luta dos povos.

A maioria das exposições apresentadas versaram sobre o tema central de "socialismo e democracia". Analisaram-se as diferentes vias para o socialismo, seus pontos de coincidência e suas divergências doutrinárias. Oradores sucessivos compararam o pensamento de Khadafi com o ideal democratizante de Jean Jacques Rousseau, com a encíclica *Laborens Exercens* do Papa João Paulo II, com o *Justicialismo* do general Juan Domingo Perón, com o nacionalismo revolucionário do general Juan Velasco Alvarado e com o socialismo autogestionário e não-alinhado do marechal Tito na Iugoslávia.

O filósofo francês Roger Garaudy defendeu o caráter universal do "Livro Verde" contra aqueles que sustentaram que tal doutrina seria aplicável somente nos países árabes ou, pelo menos, islâmicos. O índio guajiro venezuelano Arcádio Montiel, ao contrário, elogiou Khadafi como "um amigo", mas criticou exatamente o universalismo, que a seu ver, implicaria o fim das culturas indígenas americanas. Discordou também do juízo que o "Livro Verde" faz da mulher, no que coincidiu com a doutora Eleanor Smith, da Universidade de Cincinatti, mas não com as jovens líbias presentes. Estas disseram que estavam mais preocupadas em manejar metralhadoras para defender a pátria árabe e a revolução, do que deixarem de usar vestidos tradicionais, não demonstrando nenhum entusiasmo com os esforços dos delegados ocidentais de "libertá-las" da "opressão machista".

Não teria sido possível, obviamente, — e nem essa era a intenção — chegar-se a conclusões unânimes sobre os pontos discutidos. As intervenções mais relevantes serão publicadas em livro, proximamente, e o debate prosseguirá em futuros colóquios. Foi uma reunião inspirada no pensamento de quem é, antes de mais nada, um líder revolucionário, realizada num momento em que o mundo — como assinalou o influente político venezuelano Domingo Alberto Rangel em sua alocução inaugu-



Na declaração final foram condenadas as agressões norte-americanas à Jamahiriya Líbia

ral — vive a ameaça do holocausto nuclear.

O encontro não poderia encerrar-se sem um pronunciamento dos delegados sobre os conflitos candentes do planeta. E houve unanimidade — e isto ficou claro na declaração final, aprovada por aclamação — em condenar as agressões norte-americanas contra a Jamahiriya Líbia, a revolução cubana e a Nicarágua sandinista. Foi expressa, além disso, a solidariedade militante dos participantes do colóquio com os povos africanos submetidos ao *apartheid* e as lutas de libertação nacional foram aplaudidas de pé, dignamente representadas na reunião de Caracas pelos combatentes da Palestina e de El Salvador.

Enquanto a imprensa sensacionalista — simpática ao governo venezuelano —, atacava Khadafi, um dirigente do situacionista partido Copei reconhecia, na Sala Plenária do Parque Central de Caracas, a importância deste debate pluralista e animou-se, inclusive, a afirmar que o pensamento do Líder Líbio coincidia em muitos aspectos com o "comunitarismo" proposto por seu partido democrata-cristão. A reação na sala foi de hilaridade, e alguém assinalou que a única coisa em comum era a cor verde da propaganda eleitoral do Copei.

Um jovem árabe-venezuelano, dos muitos que colaboraram na impressão e distribuição das exposições em quatro idiomas, lia nesse momento a notícia dos planos franco-norte-americanos para assassinar o autor do "Livro Verde". Encolheu os ombros e perguntou a um companheiro: "E então, quem são os terroristas?" □

# Porque atacam a Líbia

Ahmed Shahati, diretor do "Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre o Livro Verde", Trípoli, Líbia

**E**m nome do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre o "Livro Verde" saúdo todos os participantes do Colóquio Internacional sobre Democracia e Socialismo, sobre o pensamento de Muammar Al Khadafi, contido no "Livro Verde". Mas quantas polêmicas e quantas obras abordaram o tema e a ele foram consagradas sem que tenham contribuído para resolver o problema da liberdade e do socialismo?

Isso se explica porque todos os esforços realizados pelos homens a fim de solucionar o problema da liberdade, enfocaram-no sob o mesmo ângulo, procurando aperfeiçoar simplesmente o aparelho do governo ou de torná-lo mais humano e mais atento às necessidades do cidadão impotente e isolado, criando deste modo um tipo de diálogo desequilibrado entre o governante e o governado, entre o que legisla e o que cumpre a lei. Mas nunca se pôs o dedo sobre essa ferida que representam os aparelhos de um governo clássico, seja ele exercido em forma pessoal, por um partido ou por uma assembléia. Até agora somente se tinha

considerado o problema do poder como um fenômeno natural onde seria impossível superar o abismo que separa governantes e governados.

Pode-se dizer a mesma coisa a respeito do socialismo e das questões relativas à justiça social, à abolição de todas as formas de exploração e escravidão do homem pelo homem. Ainda não foi encontrada uma solução radical para todos esses problemas, já que o operário continua sendo escravo do patrão que lhe paga, seja este um indivíduo, uma empresa privada ou um Estado.

O pensamento de Muammar Al Khadafi levanta-se contra o pessimismo e o determinismo dessas considerações, que nascem dos próprios mecanismos do poder e estabelecem relações desiguais entre governantes e governados, ricos e pobres, exploradores e explorados.

Para Muammar Al Khadafi, só existe um caminho que conduz à democracia, que é o poder do povo. Ninguém tem o direito de substituir o povo nos assuntos do Estado e no exercício da soberania. Somente assim se poderá acabar com a tutela imposta às massas e serão definitivamente enterradas as práticas ditatoriais e desumanas que fazem de cada cidadão um agente, cuja única obrigação é a de apresentar-se às urnas, cada quatro ou cinco anos, no melhor dos casos, para ceder a outros o seu direito à soberania, sendo testemunha da sua própria usurpação.

Muammar Al Khadafi não considera a liberdade como a reivindicação de um direito contra um adversário, mas, antes de tudo e sobretudo, como a faculdade do homem de fabricar e ser dono dos seus próprios bens.



Ahmed Shahati (à esquerda) saudou os participantes do colóquio em nome do Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre o "Livro Verde"



O homem não poderá conquistar sua liberdade se não satisfizer antes todas as suas necessidades fundamentais — como a alimentação, habitação, transporte — e se não chegar a ser seu próprio amo no trabalho e na produção.

Esta é a concepção de liberdade expressa no "Livro Verde", que condena todo tipo de exploração, como o comércio, o trabalho assalariado e o aluguel, e confirma o direito de todos os membros da sociedade a usufruir da riqueza de seu país.

Considerando que o "Livro Verde" proporciona as bases para edificar uma nova civilização, podemos afirmar que os movimentos nacionalistas e progressistas que lutam atualmente neste continente (América Latina) para resolver o problema do poder e da riqueza, e que se inspiraram de certa maneira no pensamento de alguns lutadores progressistas, encontrarão na teoria de Muammar Al Khadafi toda a luz da verdade.

O povo não deve estar submetido a nenhuma instância superior e o poder deve lhe pertencer plenamente. Também devem estar em suas mãos a riqueza e as armas.

Companheiros, não é por um acaso que a data deste colóquio em que se estudará o pensamento de Muammar Al Khadafi coincide com a agressão perpetrada pelo imperialismo norte-americano contra os povos progressistas do Caribe e o povo da Jamahiriya Árabe Líbia Popular Socialista e sua revolução. Com efeito, são levadas a cabo atualmente manobras militares provocadoras e agressivas nas fronteiras da Jamahiriya, da *Bright Star*, em colaboração com as forças armadas do Egito, Sudão, Omã e Somália, sob comando norte-americano. Mas, até o momento, fracassaram todos os atos terroristas cometidos pelo imperialismo norte-americano — começando pelo apoio material e moral aos deser-

tores líbios que tentam evitar que as massas cheguem ao poder e se apodemem dos centros produtivos — assim como as repetidas agressões ao território líbio e em suas águas territoriais do Golfo de Sidra e as tentativas criminosas e terroristas contra a pessoa do líder da revolução, Muammar Al Khadafi.

Por causa de todos esses fracassos, o imperialismo norte-americano começou a preparar um ataque militar do exterior, para dar um golpe fatal na revolução. Tudo isso justifica as ações que levamos a cabo para resistir à agressão.

Se o povo da Jamahiriya não tivesse se comprometido, através da Declaração de Poder do Povo, a defender a liberdade e a causa dos oprimidos e a propagar os valores humanistas contidos no "Livro Verde", não existiria nenhum problema com os Estados Unidos.

No marco dessa mesma política agressiva e criminosa, o governo Reagan suspendeu as subvenções às classes sociais desfavorecidas dos Estados Unidos, especialmente aos negros, e foi cortada a ajuda às escolas e universidades. Essas medidas servem aos interesses dos capitais e monopólios que levaram Reagan ao poder. Paralelamente, o imperialismo norte-americano aumenta o orçamento militar a fim de poder produzir mais armas destinadas a exterminar a espécie humana. Sua estratégia baseia-se na opressão dos povos e na ameaça à sua estabilidade e segurança, para atentar contra a liberdade, o socialismo e a democracia, como fizeram na Líbia, na Palestina, no Golfo Árabe, na África, no Mediterrâneo, na Europa, na Ásia, na África Austral e no Caribe. Todos esses povos encontram-se, pois, ameaçados por uma guerra nuclear destruidora, decorrente da política irracional de Reagan. □

## Um ponto de vista latino-americano

Domingo Alberto Rangel, presidente do Comitê Organizador do Colóquio

O "Livro Verde" é um desafio à civilização. Constitui, nos tempos em que vivemos, uma das tentativas mais lúcidas, e ao mesmo tempo mais arrebatadoras, visando a encontrar uma solução para os terríveis e quase explosivos problemas de nossas sociedades. Este pequeno livro põe em xeque muitos dos fundamentos da civilização.

Ouvimos, desde a infância, que a civilização ocidental, que pretendeu ser o umbigo do mundo,

constitui o conjunto de todas as perfeições. Sustenta-se que o voto, os congressos e os partidos políticos são a essência e a síntese, ou seja, uma culminação de todos os anseios humanos. São precisamente esses mecanismos e essas instituições, aceitos e difundidos durante séculos, que o "Livro Verde" de Khadafi traz ao banco dos réus, e nisso reside uma de suas grandes virtudes.

A análise de Khadafi é quase brutal no que diz respeito à instituição parlamentar, porque essa instituição não foi outra coisa, no decorrer dos últimos séculos, senão um instrumento no qual as classes dominantes encontraram a maneira mais cômoda de justificar sua dominação e de ratificar sua legitimidade. O que resta desses parlamentos, outra cantada tantas vezes pelos poetas e dos quais tanto falaram os jornalistas de quatro ou cinco continentes?

# A mensagem universal do Islã

Roger Garaudy, filósofo francês

O "Livro Verde" baseia-se em dois princípios universalmente aceitáveis, exatamente porque são de inspiração islâmica.

Muammar Al Khadafi parte da certeza, reafirmada muitas vezes em seu livro, de que o fundamento de toda comunidade verdadeira é a fé: "o social e o religioso coincidem" (III, 9); "a liberdade está ameaçada enquanto a sociedade não tem uma lei sagrada" (I, 36) e substitui-se a esta com leis humanas fabricadas pelo "aparelho político".

Em minha opinião, o mérito principal da iniciativa de Khadafi consiste em que — inspirando-se fundamentalmente no Islã — não pretendeu deduzir do Corão leis e instituições políticas, econômicas e sociais (como antes pretendeu El Mawerdi, no mundo muçulmano, e Bossuet no mundo cristão, com seu livro "Política Extraída da Santa Escritura"). Khadafi jamais se serve do argumento da autoridade, sem mesmo citar o Corão.

Desde o começo, Khadafi está convencido de que uma sociedade justa não pode entrar em contradição com a fé islâmica, e ocupa-se diretamente em apresentar e resolver os problemas da nossa época.

A teoria e a prática baseadas neste princípio tendem para uma dupla finalidade: realizar a soberania popular em todos os planos — político, econômico, social, cultural — e concretizar a unidade do Mundo Árabe, sendo capaz, para além da comunidade muçulmana, de trazer ao mundo inteiro uma mensagem de valor universal, de acordo com os princípios fundamentais do Islã, ou seja, somente Deus manda, somente Deus possui, somente Deus legisla.

## A democracia e o poder do povo

A democracia, nas palavras de Muammar Al Khadafi, é o poder do povo sem intermediários, isto é, sem "aparelhos" que substituam o povo, falando e atuando em seu nome, trate-se de um parlamento, de um partido, de uma classe ou de uma raça. Estes não são senão variantes de um poder ditatorial confiscado ao povo. A democracia direta dos "Congressos Populares" e dos "Comitês Populares", nos quais "a religião absorve os costumes", unificando assim as duas fontes do poder — os costumes naturais e a lei revelada — é, em nossa época,

ca, a resposta a nossos problemas, a superação de nossas alienações e de nossas idolatrias, como o foi a comunidade de Medina, de Maomé, para os problemas de seu tempo.

O fato de que na perspectiva islâmica não exista outra autoridade que a de Deus, conduz, em política, a relativizar todos os poderes (*Allah Akbar*, "Deus é maior"). Um sistema político fiel ao princípio do Islã não pode identificar-se com a teocracia ou com as monarquias de "direito divino" do Ocidente, nem com as democracias do tipo parlamentar, nem com suas ditaduras.

É, certamente, uma interpretação estreita — e mortal para o futuro do Islã — a de considerar que se pode encontrar no Corão uma legislação válida para todos os povos e para todos os tempos. O próprio Corão não deixa de recordar que Deus enviou a cada povo um mensageiro capaz de lhe transmitir a mensagem na língua e na cultura desse povo e desse tempo: "Um livro foi enviado a cada época determinada" (XIII, 38, 39).

O Corão exclui, por exemplo, a monarquia de direito divino e a teocracia no sentido ocidental do termo, já que não existem no Islã sacerdócios e nem igreja habilitados a falar e dirigir em nome de Deus. Para o Islã, como para o cristianismo, seria errado confundir os princípios com a forma que eles podem tomar nessa ou naquela época da história. O califado, por exemplo, não se tornou hereditário, dinástico, senão como imitação das autocracias bizantinas ou sassânidas (antiga dinastia persa).

Da mesma forma, o Corão exclui, em função da igualdade que exige de todos os que compartilham a fé, um sistema de democracia de tipo parlamentar, isto é, uma democracia fundamentada no individualismo dos cidadãos, sem outros fins que os do seu próprio interesse e que se enfrentam cegamente em lutas políticas.

Toda representação, diz Khadafi, é uma imposição. Não pode nela residir um substituto do povo; a democracia ou é direta ou não existe.

A comunidade não é fruto de um "contrato social". É uma comunidade da fé fundamentada na certeza, de cada um dos que a compõem, de que existe uma finalidade que supera os interesses individuais de cada um, e inclusive os interesses do grupo, por maior que este seja — tribo, cidade, classe, nação, bloco ideológico.

Essa comunidade abrange o conjunto da Humanidade na totalidade da sua história e do seu projeto. A comunidade muçulmana é portadora deste universalismo, visto que cada um dos seus membros está unido aos demais (para além de todas as diferenças de raça, território ou de passado histórico) por uma mesma fé na unidade transcendental de Deus.

A democracia ocidental, com seus confrontos entre indivíduos ou grupos atomizados pela com-

petição e massificados pela manipulação dos meios de informação, não tem nada a ver com o princípio da "consulta" (*Shura*), onde os homens se igualam através da ligação vertical a um Ser Absoluto (divindade) e não pelo laço horizontal da concorrência.

Nenhum ensinamento é mais atual neste momento do que aquele que a experiência do nosso século nos obriga a tomar consciência:

— de que não pode haver socialismo no seio do nosso modelo de crescimento cego, sem finalidade humana;

— de que não pode haver socialismo a partir do nosso individualismo ocidental, onde o capitalismo é, por sua vez, fundamento e expressão;

— de que não pode haver socialismo sem transcendência, sem uma possibilidade permanente de ruptura com nosso determinismo e nossas alienações.

Como o homem ocidental já não sente a necessidade da transcendência, o status-quo torna-se para ele insuportável e a revolução lhe parece impossível.

Qualquer revolução fracassará se o homem pretender transformar tudo sem transformar-se a si mesmo. O Corão diz (*Sura XIII, 11*): "Deus não mudará as condições dos homens se eles não mudarem o que está neles".

Mudar o homem, hoje em dia, como nos tempos dos *rishis* da Índia Védica ou de Lao-Tsé na China, como nos tempos de Abraão, de Jesus de Nazaré ou do Profeta, consiste em religá-lo ao absoluto, é lembrar-lhe o seu poder de rompimento com tudo que existe e que é feito sem ele.

Essa é a base corânica e universal da liberdade.

### Os problemas econômicos, a propriedade e o socialismo

A concepção universalista de Muammar Al Khadafi em matéria econômica inspira-se no ensinamento corânico de que "somente Deus possui", e sua concepção política, na certeza de que "somente Deus manda".

Tanto na área da produção como na das necessidades, Khadafi indica que todo intermediário entre o homem e seu trabalho ou entre o homem e suas necessidades constitui uma alienação e uma opressão ao próprio homem.

Dois princípios maiores inspiram toda a sua reflexão: o produtor dispõe de sua produção (o que implica a abolição do regime salarial), e como segundo princípio deste socialismo original, o de que "na sociedade socialista ninguém pode ser dono das necessidades do homem" (II, 8).

As necessidades a serem libertadas de terceiros não são somente as necessidades materiais (alimentação, dinheiro, habitação e transporte), mas tam-



Roger Garaudy: Khadafi ocupa-se em resolver os problemas da nossa época

bém as necessidades culturais e espirituais (III, 47 e seguintes).

Pois bem, a inspiração corânica é surpreendente. Na comunidade de Medina, instituída pelo Profeta, a concepção de propriedade encontrava-se nos antípodas de concepção romana. No direito romano, a propriedade é o direito de uso e abuso (*jus utendi et abutendi*).

O proprietário goza de um poder arbitrário sobre o que possui. Este princípio reitor constitui o fundamento do Código de Napoleão e de todo o sistema econômico burguês. Confere ao proprietário um verdadeiro "direito divino", onde este pode destruir impunemente o que constitui sua propriedade, mesmo que, assim atuando, prive a sociedade de bens indispensáveis à sua vida; pode também acumular bens, sem limitações.

Relativizada pela referência transcendente, pela referência de Deus, a propriedade, segundo a lei islâmica, não é um direito do indivíduo (nem, por outro lado, de um grupo ou do Estado), mas uma função social.

O proprietário, seja ele individual, coletivo ou estatal, deve prestar contas de sua propriedade à comunidade: ele não é senão o seu gerente responsável.

É significativo o fato de que o Corão não cesse de maldizer "aquele que junta riquezas" (CIV, 1); "aquele que é avaro e se crê bastante rico para fazer caso omisso dos outros" (XCII, 5); "aqueles que juntam e enriquecem" (LXX, 17) e que "amam as riquezas com um amor sem limites" (LXXXIX, 18).



“Não pode haver socialismo sem transcendência”

É certo que, mesmo pretendendo uma melhor distribuição da riqueza, o Islã reconhece o direito à propriedade pessoal adquirida pelo trabalho, herança ou doação. Mas o trabalho joga um papel primordial. Um *hadith* do profeta enuncia: “Deus diz que somente pode ser proprietário da terra aquele que nela aplica seu trabalho”.

A economia islâmica nunca é neutra em relação às forças rivais. Aceita-se o mercado, mas este não determina sua própria finalidade: deve satisfazer necessidades reais e seu funcionamento deve respeitar as normas do Islã. Isso implica uma distribuição equitativa dos ingressos e um repúdio aos monopólios que impedem que os preços reflitam os custos reais.

O mercado deve, pois, ser subordinado — tanto em seus fins como nos seus meios — a um governo orientado para uma meta que supere o mercado e para a sociedade no interior da qual o mesmo funciona.

Na sociedade muçulmana, o que importa são as metas. O Corão evoca homens a quem “nem o comércio e nem o lucro desviam da lembrança de Deus, da oração e do *zakat*” (*Sourate*, XXIV, 37).

O *zakat* — dízimo extraído por exigência religiosa, não somente da renda como também do capital — constitui um dos cinco “pilares do Islã”, e é um meio permanente de efetuar “transferências sociais” e de permitir uma mobilidade social. Esta primeira forma de seguro social, que alguns países do Ocidente não conquistaram senão em meados do século XX (como a França), e depois de uma

luta de classes secular, foi conseguida no Islã, como exigência de fé, 13 séculos antes. O presidente Nasser, do Egito, via no *zakat* um dos traços originais da construção islâmica do socialismo.

Outra inovação, especificamente muçulmana, é a instauração de taxas indiretas sobre os produtos de luxo. Este é também o caso da criação de monopólios do Estado e de um sistema alfandegário diferencial para todos os produtos dos quais depende a segurança ou o bem-estar da comunidade.

Em resumo, a economia que deriva dos princípios do Islã:

1 — Encontra-se nos antípodas do modelo ocidental de crescimento. Neste último, a produção e o consumo são, em si mesmos, fins: produzir e consumir cada vez mais, cada vez mais rapidamente, qualquer coisa, útil, inútil, nociva ou mesmo mortal, sem levar em conta as finalidades humanas. A economia islâmica, em seu princípio corânico, não aponta o crescimento, mas o equilíbrio.

2 — A economia islâmica tem como característica fundamental a de não obedecer aos mecanismos cegos de uma economia que leva em si seus próprios fins, mas a de se ordenar segundo finalidades mais elevadas, indivisivelmente humanas e divinas, já que o homem não é verdadeiramente humano senão por sua participação no divino.

### Os fundamentos sociais da Terceira Teoria Universal

Os princípios que, na terceira parte do “Livro Verde”, inspiram a concepção da família, da nação, da comunidade, sob todos seus aspectos, são também universais, dada sua índole corânica.

Da mesma forma que somente Deus manda e possui, também ele é o único legislador. Esse é o princípio básico do Islã na sua visão da unidade (*Tawhid*). A comunidade não está baseada em uma “declaração dos direitos dos homens”, mas na revelação dos seus deveres.

O ensinamento fundamental do Corão, contra-riamente aos nossos individualismos selvagens, é, em primeiro lugar, a de não considerar o homem como uma realidade isolada, mas fazendo parte de um conjunto superior, a comunidade, e, ao mesmo tempo, definir esta comunidade como ordenada segundo finalidades mais elevadas que ela própria.

Dizer que o homem faz parte de um conjunto maior, não tem, na perspectiva islâmica, o sentido que essa expressão teria no Ocidente, onde não se concebe outra alternativa ao individualismo que não seja o totalitarismo. O conjunto do qual o homem muçulmano faz parte não é a “totalidade orgânica”, tal como a definia Hegel, e menos ainda a concepção fascista, para a qual o homem como indivíduo carece de sentido, de valor e até de realidade, salvo em relação ao Estado.

A relação entre o homem e este "todo" maior da comunidade não tem lugar através de uma vinculação biológica, infra-humana, entre uma célula e o organismo ao qual ela pertence. Não consiste, tampouco, na realidade funcional, sociológica, outorgada a cada um por uma divisão do trabalho que o converte num ser fracionado, preso a um papel técnico, econômico ou político que o aliena e mutila.

A comunidade islâmica satisfaz metas que a transcendem, metas fixadas por Deus. Esta dupla transcendência da comunidade em relação ao homem e de Deus em relação à comunidade, não estabelece, pois, uma hierarquia e uma opressão do homem pelo homem.

A liberdade do homem não tem por princípio um individualismo de proprietário, as competições do mercado ou os enfrentamentos da violência, mas uma submissão comum a um projeto divino que relativiza todos os poderes humanos, todos os níveis do poder político, da riqueza econômica, da cultura como especialidade elitista ou como tecnocracia.

A igualdade, como a liberdade, não é atributo do indivíduo isolado, mas expressão e consequência do apego de cada um ao absoluto, desta presença do divino em si mesmo, que lhe permite tomar suas distâncias, uma distância infinita, com relação às instituições e a toda pretensão humana de dominação. Tal é o fundamento corânico do Direito.

## O poder do povo, a experiência líbia

Mohammed S. Abugussa, professor da Universidade de Gar-Yunis, Bengasi, Líbia

O 16 de abril de 1973 marcou o começo do que bem poderia ser chamada "a segunda revolução líbia". O líder da Al-Fatah (a revolução que derrubou o rei Idris e proclamou a república, a 1ª de setembro de 1969) pensou que, depois de quatro anos de vida revolucionária, havia chegado o momento do povo tomar o poder nas suas mãos e participar ativamente no processo político.

O aspecto mais importante desta segunda fase é que ela produziu-se voluntariamente e sem nenhuma pressão externa, conduzindo à formação dos Comitês Populares como órgãos de governo estabelecidos em cada um dos povoados, cidades, colégios, institutos, escolas, portos, aeroportos etc.

Submersos e algumas vezes arrastados pelas múltiplas correntes da nossa época (as do crescimento cego; da ambição de poder dos Estados e transnacionais; da violência em todos os níveis dos Estados; dos indivíduos e grupos que aprofundam a hegemonia de alguns e a miséria da maioria) os tempos atuais não se prestam à abertura de um contencioso sobre os méritos históricos ou os abandonos de ideais de uns e outros, mas a libertar, através da fecundação recíproca dos projetos fundamentais de cada um, as idéias-força capazes de mobilizar as massas do planeta inteiro, com o objetivo de realizar um projeto comum capaz de nos arrancar do vórtice do apocalipse, do armamento nuclear dos "grandes", da fome de multidões, da humilhação ou da degradação de todos.

Os princípios universais do "Livro Verde", dada a índole corânica da sua inspiração, abrem outra via na qual, à imagem da comunidade de Medina, funda-se uma verdadeira sociedade, não mais sobre a raça, a terra ou o mercado, mas sim — como escreve Muammar Al Khadafi — sobre uma "comunidade de destino", isto é, baseada numa perspectiva transcendente e numa comunhão do futuro.

Assim, a fidelidade à inspiração corânica desemboca numa perspectiva universal. Como já o afirmou, magnificamente, Jean Jaurès: "Ser fiel ao lar dos ancestrais não consiste em conservar as cinzas, mas em transmitir a chama". □

As massas expulsaram e destituíram as altas autoridades governamentais que haviam sido designadas pelo Conselho de Comando da Revolução e elegeram um novo grupo para dirigir o país. As mudanças atingiram também os governadores e prefeitos, assim como autoridades de outros níveis. Além disso, a experiência da Revolução Popular deu oportunidade a novos elementos, antes desconhecidos, de aparecerem no cenário político e de ocuparem posições-chaves pela vontade popular.

A terceira fase, que é a declaração e o estabelecimento da Autoridade Popular e o surgimento da Jamahiria (Estado das massas), começou a 2 de março de 1977. No fim de dois meses de profunda discussão do histórico documento sobre a autoridade do povo, a nível de congressos populares de base, essa autoridade popular converteu-se em realidade. E num acontecimento histórico, nasceu a primeira Jamahiria no mundo, abrindo assim um novo horizonte para a Líbia e confirmando a justiça daquilo que Aristóteles disse há milênios: "Da Líbia sempre vem o novo".

Esta experiência política nova e única deveria ser materializada nos Congressos Populares de Base, nos Comitês Populares, nos sindicatos e outras

agregações profissionais, cujos dirigentes reunidos constituem o Congresso Geral do Povo. Este, por seu lado, elege os secretários que formam o Comitê Geral do Povo (gabinete), equivalente ao conselho de ministros.

O Congresso Geral do Povo (CGP) toma as decisões e o Comitê Geral as executa. Neste procedimento o segundo é responsável diante do primeiro.

O Congresso Geral do Povo (CGP) reúne-se anualmente para formular e ratificar as decisões tomadas pelos Congressos Populares de Base. A partir de 1980, os pontos da ordem do dia, que antes emanavam diretamente do Secretariado Geral do CGP, são elaborados a níveis inferiores, começando pelos Congressos Populares de Base.

Desta maneira, a autoridade popular direta converteu-se na base do sistema político na Jamahiria Popular Socialista Árabe Líbia.

A missão dos Congressos Populares de Base é de supervisionar e controlar, enquanto o papel desempenhado pelo Comitê Popular é essencialmente de caráter executivo. Este último é o responsável perante os Congressos Populares, e sua principal função é a de pôr em prática as resoluções tomadas por eles.

Uma vez que o povo organizou-se em congressos populares de base, cada um destes elege um comitê que o dirige, e envia seu secretário e seu secre-

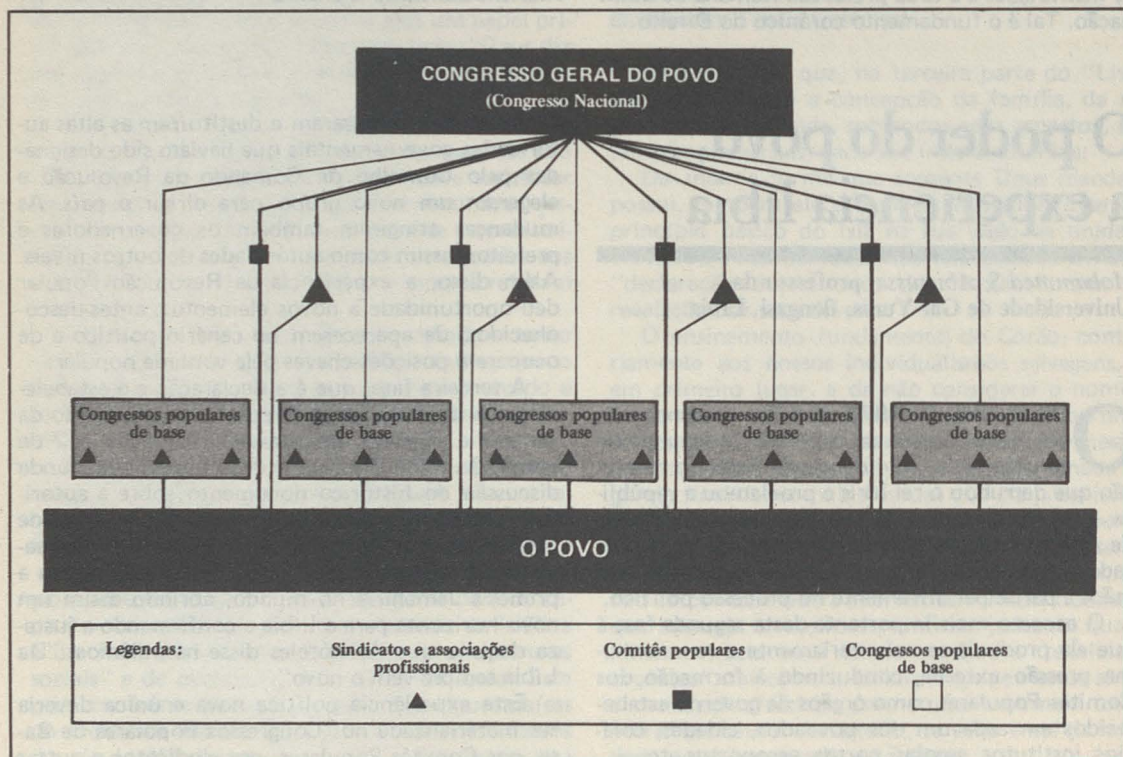
tário-adjunto para que estes assistam à sessão do Congresso Geral e apresentem os pontos de vista das bases.

A função principal do secretário do Congresso Popular de Base é a de servir de porta-voz das opiniões e pontos de vista das massas e das deliberações surgidas no seio do Congresso Geral do Povo, e não a de representar o povo que o designou, modificar ou distorcer suas opiniões originais, omitindo ou acrescentando algo que não tenha sido discutido previamente pelas massas dentro do Congresso Popular de Base.

Este procedimento está de acordo com o "Livro Verde", quando ele diz que "a representação é uma impostura" e que "não se pode substituir o povo".

Quando um problema de interesse geral é submetido ao Congresso Geral do Povo por um CPB, os dirigentes deste último, assim como todos os sindicatos, uniões e outros agrupamentos profissionais, assistem à sessão no seio do CGP, e podem participar ativamente da reunião, pois na realidade são eles que o constituem.

Os congressos populares de base, constituem a espinha dorsal do novo processo político na nova Jamahiria Líbia. Graças a todos estes elementos reunidos — que em última análise formam a autoridade organizada em comitês populares, uniões,



sindicatos e agremiações profissionais — nenhum líbio é esquecido, pois todo cidadão deve ser membro de um Congresso Popular de Base.

Do ponto de vista administrativo, a Jamahiria está dividida em 25 prefeituras, cada uma das quais compreende um determinado número de Congressos Populares de Base, que pode variar entre dois, como em Sebha e Kufrah, e quinze, como é o caso em Bengasi.

Cada grupo de congressos populares de base de uma municipalidade constitui o Congresso Municipal. Na Jamahiria existem 173 CPBs e 25 congressos municipais. Paralelamente, existem os congressos de profissionais e os congressos de produção. Os primeiros agrupam os sindicatos e outras agremiações profissionais, e os últimos as cooperativas socialistas de produção.

Nas cooperativas, os trabalhadores passaram da condição de assalariados a de sócios, tendo um

## A Terceira Teoria segundo o Solidarnosc

*Jerzy Piotrowski, representante no Colóquio do sindicato Solidariedade da Polónia*

O "Livro Verde" é uma contribuição ambiciosa que visa o desenvolvimento do pensamento humano na trilha do progresso e da justiça. Os princípios nele contidos estão impregnados de um profundo sentido humanista e orientados para objetivos universais, procurados por toda a humanidade progressista.

O tema central do "Livro Verde" é a criação de uma sociedade totalmente livre, através da eliminação definitiva do predomínio de uma classe social, de um partido ou de um grupo qualquer. Em suma, o homem será genuinamente livre numa sociedade sem divisões de classe, isto é, numa sociedade em que seus membros não estejam divididos entre grupos dominantes e grupos dominados.

Os países socialistas fixaram também metas similares. Na Líbia, nas atuais condições, o processo de criação de uma sociedade sem classes pode passar por caminhos diferentes dos da Europa, pois a ausência de uma burguesia nacional forte e a existência de um proletariado poderoso, deram como resultado uma situação na qual os antagonismos de

papel ativo a desempenhar e uma participação real no processo de produção.

Depois da declaração da Autoridade Popular, a defesa do território pátrio converteu-se em responsabilidade de cada um dos cidadãos, homens ou mulheres. Graças aos programas de formação militar, o povo estará preparado e armado para repelir qualquer agressão dirigida contra a Jamahiria.

A fim de sublinhar a idéia do povo armado e em conformidade com o documento da declaração da Autoridade Popular de 2 de março de 1977, o povo árabe líbio declara sua adesão à causa da liberdade e sua intenção de defendê-la em seu próprio solo, ou em qualquer parte do mundo, bem como de proteger os que lutam por ela.

Finalmente, a separação do poder estabelecida a 2 de março de 1979 representa a quarta e última fase. Trata-se da separação dos dirigentes administrativos dos da revolução. □

classe não foram marcantes como na Europa. Consequentemente, na Líbia, o enfraquecimento da posição das classes governantes e a transição para um sistema sem divisão de classes puderam ser realizados sem uma luta tão intensa. É óbvio que o processo iniciado com a Revolução de 19 de setembro não está livre de graves problemas que deverão ser resolvidos com o tempo.

### Os países socialistas europeus

Na Europa, onde se estabeleceu o modelo de Estados socialistas, o poder da burguesia era o resultado de uma grande força política e econômica concentrada nas suas mãos e, como esta classe privilegiada nunca teria abandonado pacificamente seus privilégios, foi preciso recorrer ao uso da força para derrubá-la. Dessa forma, a classe operária, isto é, a classe que representava o setor mais amplo da sociedade, ocupou seu lugar. A dominação do proletariado é uma etapa de transição para a eliminação da divisão de classes. É evidente que numa sociedade sem classes, nenhum setor social tem condições de tomar o poder.

A situação é similar no que diz respeito ao papel predominante desempenhado pelo partido operário, já que este está a serviço da classe trabalhadora com o fim de ajudá-la a atingir suas metas. Isso ocorre, igualmente, em relação aos Estados socialistas europeus. A única razão do papel preponderante do partido é fazer com que a classe operária possa criar uma sociedade sem divisão de classes, na qual, obviamente, o partido na sua forma atual deixará de existir.

No caso da Líbia, os partidos políticos não constituíam uma força política como na Europa e,

por conseguinte, as demais forças, especialmente as forças armadas, acabaram se transformando nos instrumentos das mudanças revolucionárias do período de transição.

Em linhas gerais, os profundos antagonismos de classe provocaram uma situação na qual a criação de um sistema sem classes nos países socialistas teve de ser precedido por um período de transição onde o poder é exercido pela classe operária, representada por um partido que tem por objetivo a derrubada da burguesia, eliminando, assim, seus privilégios e, em consequência, todo tipo de divisão de classes.

### Exercício do poder e liberdade

Muammar Al Khadafi declara que dentro de uma sociedade, o predomínio de uma classe ou de um partido é uma característica ditatorial. No caso dos países socialistas, a existência da ditadura do proletariado tem sua origem em condições externas, está a serviço da criação de um sistema de justiça social no qual o poder é totalmente exercido pelo povo.

Segundo a teoria de Muammar Al Khadafi, a organização do exercício do poder está subordinada ao problema fundamental que é o da liberdade do homem. Nesse sistema, a sociedade como um todo deve tomar as decisões no que diz respeito aos assuntos do dia-a-dia — políticos, econômicos, sociais — e outros aspectos condizentes com o bom funcionamento do Estado em sua totalidade e de cada um dos membros da sociedade.

Os princípios de Muammar Al Khadafi têm sua origem na justa convicção de que a solução ideal é a criação de um sistema no qual todos os cidadãos devem participar nas decisões tomadas sobre os assuntos relativos à sua própria vida. Não são os representantes da Nação, mas a própria Nação que exerce o poder. Trata-se, pois, de um sistema de democracia direta.

Ao que parece, nossos amigos líbios vão compartilhar nossa experiência no que se refere à criação de garantias que assegurem ao povo a direção do poder, já que em todas as sociedades existem pessoas que — mesmo não constituindo uma barreira intransponível — tratarão de impor sempre sua vontade aos outros membros da sociedade, o que poderia conduzir ao surgimento de grupos que se apossariam do poder político e, consequentemente, do econômico.

Para que isso seja evitado é necessário criar barreiras adequadas e consolidar o novo sistema, a fim de que as transformações realizadas sejam irreversíveis.

A consolidação dos processos que ocupam um lugar de relevo no "Livro Verde" reveste-se de importância capital, se tivermos em vista que os mes-

mos possam assumir um caráter universal. O poder das massas, a criação de uma sociedade justa e sem classes, a verdadeira importância da liberdade do homem, constituem princípios que todo homem progressista procura. Por esta razão, em diversas partes do mundo, estão sendo realizados esforços para materializar estes princípios, embora existam diferentes graus de avanço dessas tentativas que variam segundo os países e dependem de numerosos fatores.

### Teoria e prática

De maneira geral, a aplicação desses princípios em muitos lugares é precedida por um período de transição onde são fixados os alicerces de uma nova estrutura sócio-política e econômica. Por isso, a experiência líbia é acompanhada com muito interesse por todo mundo; e através dela se pode observar como são postas em prática as idéias que constituem, a curto ou a longo prazo, o objetivo de muitos países.

Não resta dúvida que no caso da Líbia, o período anterior à formação de uma sociedade tal como é apresentada no "Livro Verde", pode reduzir-se a um mínimo.

O "Livro Verde" assinala com destaque a necessidade de abolir a divisão de classes dentro do sistema produtivo e de pôr todos os meios de produção nas mãos da classe trabalhadora. Trata-se, pois, de um sistema de justiça e de igualdade sociais.

Os objetivos traçados no "Livro Verde" coincidem com os que os países socialistas puseram em prática há anos: o poder do povo, uma sociedade sem classes e sem a exploração do homem pelo homem, justiça e igualdade sociais. As razões pelas quais esses objetivos foram concretizados de modos diferentes têm relação direta com o nível de desenvolvimento sócio-econômico, com a diversidade de culturas, de tradições e histórias e outros numerosos fatores internos e externos.

É preciso acrescentar o fato de que no próprio continente europeu existem diferentes processos de construção do socialismo que variam de acordo com o país, pois o caráter nacional de cada Estado imprime ao sistema as linhas características de sua sociedade.

Em minha qualidade de polonês, devo dizer que o progresso realizado pela nação líbia, com a qual meu povo está unido por laços de amizade, é acompanhado de perto e com grande atenção no meu país.

Embora esteja atravessando grandes dificuldades econômicas e sociais, a Polônia também está à procura do caminho do progresso que coincide, na medida do possível, com os anseios de igualdade e justiça sociais e com os fatores internos e externos. □



# A Polônia e o Livro Verde

Jerry Markiewicz, presidente do Comitê de Solidariedade com os Povos da África e da Ásia, membro do Poup, da Polônia

No dia 1º de setembro de 1969, a Revolução Líbia, sob o comando do grande líder da Nação, Muammar Al Khadafi, livrou-se do jugo da opressão da monarquia feudal: graças a ele, o país empreendeu o caminho que conduz ao progresso e ao desenvolvimento acelerado.

Isso não foi nada fácil: o estado de grande atraso da nação requeria ainda mais esforços por parte de seus habitantes. Era, pois, indispensável garantir uma organização na qual a imensa maioria das massas decidisse sobre o futuro e dirigisse os assuntos do país. Desde o princípio, as jovens autoridades revolucionárias seguiram essa linha política. Em 1977, estabeleceu-se, graças a esses esforços, a primeira Jamahiria do mundo.

Isso significa que foram abolidas todas as estruturas sócio-políticas existentes, enquanto o poder ficava nas mãos do povo. O ato teve um verdadeiro significado histórico, que mostra ao mundo uma das possíveis vias de desenvolvimento. O "Livro Verde", de Muammar Al Khadafi, converte-se assim na base teórica do novo sistema político.

O ponto de partida da teoria de Muammar Al Khadafi, líder espiritual da Nação Líbia, obedece ao seguinte conceito: a nação chega a ser uma entidade mediante o processo de execução do poder; todas as decisões relativas ao presente e ao futuro estão, pois, em suas mãos. Eis aqui uma idéia nobre e justa, já que implica um profundo sentido de humanismo e de preocupação com o bem-estar do homem; esse princípio já está implícito nas teorias de muitos livre-pensadores do mundo. Graças a ele, o homem é considerado um valor supremo: no sistema de democracia direta, o homem detém o poder, exercido pela nação.

O poder econômico está ligado indissoluvelmente ao poder da nação, ou poder político, já que, segundo Muammar Al Khadafi, a noção da liberdade do homem é capital. E ser livre significa para o homem a propriedade dos bens de produção. Daí a idéia de suprimir qualquer forma de trabalho contratado ou assalariado. Os empregados transformar-se-ão em co-proprietários ou co-acionistas do produto do seu trabalho. Chega-se, assim, à idéia de criar um sistema de absoluta justiça social mediante a abolição de formas capitalistas de exploração do homem pelo homem.

Por ter baseado seu desenvolvimento em tais princípios, a Jamahiria Árabe Líbia é hoje um país que cresce com rapidez. A indústria está em processo de expansão. A construção de moradias não tem precedentes. Dá-se prioridade aos assuntos do bem-estar social. Tudo isso foi possível por ter o país se tornado independente dos monopólios estrangeiros, podendo assim distribuir as rendas provenientes do petróleo diretamente ao povo, em vez de deixá-las nas mãos de um pequeno grupo de proprietários, dedicando-as à expansão e ao bem-estar da comunidade.

As rápidas transformações internas vêm acompanhadas pelo crescimento da reputação internacional da Jamahiria. A Líbia está contribuindo eficazmente nos esforços pela abolição do colonialismo e do neocolonialismo, ajudando a emancipação político-econômica dos países do Terceiro Mundo.

A Líbia pode ser considerada hoje como um excelente exemplo de país, onde o progresso acelerado é devido à justiça e ao desenvolvimento. A opinião pública mundial acompanha com atenção as mudanças ali realizadas. Na Polônia, os êxitos obtidos pela Nação Líbia, à qual os poloneses estão unidos por laços de íntima amizade, são seguidos com a máxima atenção.

Há um ano que a Polônia está enfrentando uma série de problemas econômicos e sociais muito sérios. A nova tendência, adotada desde o mês de agosto de 1980, tenta instaurar uma verdadeira democratização do modo de vida, assim como de formas de organização que permitam ao povo tomar as decisões necessárias, em matéria de assuntos estatais, tanto quanto for possível.

Se respeitamos tanto as transformações ocorridas na Líbia, é porque estamos convencidos de que nos anima uma idêntica ambição, isto é, justiça social e igualdade, baseadas no poder popular. □



Muammar Al Khadafi

# As raízes da verdadeira democracia

Nicolas ATH. Antonopoulos, advogado da Corte Suprema, Grécia

No "Livro Verde", a idéia-chave é a da democracia direta. O coronel Khadafi rejeita totalmente a representação do povo, o parlamento e os partidos. Essas instituições são consideradas uma fraude, uma negação do engajamento do povo no processo político e uma falsificação da democracia.

A Terceira Teoria Universal lança um sistema de aplicação prática da democracia direta através dos Congressos e Comitês Populares. O princípio das democracias européias, segundo o qual a democracia é o controle do povo sobre os governos, é substituído pelo princípio de que "a democracia é o controle do povo por si mesmo".

O fenômeno da democracia direta não é novo. O "Livro Verde" não fez senão reformular os princípios da democracia direta da antiga Grécia, na

## Liberdade e Necessidade

Zaheer Masoud Queraishi, membro do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Nova Délhi, Índia

A teoria da liberdade, estabelecida por Muamar Al Khadafi, retoma o conceito islâmico expresso na famosa sentença do califa Omar ibn Al-Khattab: "Como ousas escravizar um povo, se os homens que o compõem foram postos no mundo por suas mães para serem homens livres"?

A essência dos ensinamentos islâmicos está na suposição de que a liberdade do homem é inata, e de que ela deve estimular igualmente os governantes e governados a satisfazer suas necessidades sem prejuízo para os seus semelhantes. Khadafi conseguiu tornar este conceito efetivo no contexto da tecnologia, da cultura e das doutrinas modernas.

Karl Marx entendeu que o Estado desapareceria ao final de um período de transição. Primeiramente seria aplicado o princípio de "a cada um, segun-

qual esta forma de governo foi aplicada. A participação popular também não é uma novidade, tendo ocorrido na Grécia e na Suíça.

A Terceira Teoria Universal rechaça por completo o funcionamento dos parlamentos e propõe a solução da democracia direta sem representação. Abre, assim, o caminho às antigas raízes da verdadeira democracia.

A aplicação desse sistema é possível em um país no qual a população chega a três milhões de habitantes e onde as matérias-primas são abundantes. Para os países do Terceiro Mundo, a Terceira Teoria Universal poderia ser útil à solução de alguns problemas da democracia. Mas cabe perguntar sobre a possibilidade de aplicação da Terceira Teoria Universal nos países cujas estruturas políticas são completamente diferentes em função das condições históricas, políticas, econômicas e sociais.

Qual seria a utilidade da Terceira Teoria Universal nos países democráticos subdesenvolvidos, com uma longa tradição? A Terceira Teoria Universal constitui, sem dúvida, um instrumento que permite a reflexão com vistas a melhorar os sistemas políticos de outros países, especialmente para remediar os vícios do sistema representativo e do parlamentarismo.

Essa teoria é considerada universal. Mas terá condições de solucionar o problema crucial da democracia atual em todo mundo? A resposta não é fácil. E essa resposta está nas mãos do futuro. □

do a sua capacidade; a cada um, segundo o seu trabalho"; para depois ser materializada a norma do "a cada um, segundo a sua capacidade; a cada um, segundo a sua necessidade".

Khadafi propõe saltar de imediato as etapas intermediárias, e ocupa-se mais do aspecto operacional do conflito de classes (ou seja, o controle das necessidades) do que do conflito em si mesmo. Sem dúvida, se um sistema político pode assegurar a autoridade popular e libertar os indivíduos da pressão de suas necessidades, os conflitos de classes estarão superados.

### Três direitos fundamentais

Quais são nossas necessidades? Khadafi não tenta nos dizer, autoritariamente, o que necessitamos. Numa lista que não é exaustiva, apenas ilustrativa, o "Livro Verde" enumera três direitos que são obviamente básicos para toda a Humanidade: direito à habitação, direito a uma renda e direito ao transporte. Mais uma vez sua preocupação é operacional e não conceitual. Assim, em vez de falar do direito ao trabalho (que também poderia ser trabalho compulsório), identifica o direito a uma renda

como manifestação antropocêntrica do trabalho produtivo de um indivíduo.

As riquezas naturais são uma dádiva divina e o Islã exorta igualmente crentes e não-crentes a explorá-las criteriosamente, já que "a terra pertence a Alá". Khadafi traduz politicamente esta máxima: "Ninguém é dono da terra". Obviamente, em ambos os casos, "a terra" representa todas as riquezas naturais que Alá pôs à disposição da Humanidade.

O equilíbrio ecológico da natureza garante a todos a satisfação das suas necessidades. Mas a generosidade natural tem suas leis e limitações que devem ser respeitadas. Khadafi pressupõe que o equilíbrio ecológico deverá ser mantido enquanto se consegue a simbiose entre o homem e suas necessidades. E condena claramente os desequilíbrios introduzidos na procura do lucro. Assim, o controle das necessidades dos outros é contrário às leis da natureza, e a exploração oriunda desse controle deve ser abolida para que se consiga um curso natural para o progresso humano, com tecnologias que

permitam aumentar nossos recursos para satisfazer as necessidades de todos.

O socialismo, cuja principal preocupação é o homem, pode conseguir isso com a ajuda da tecnologia e novas fontes de energia. Uma vez alcançada a conjuntura-institucional necessária, através do estabelecimento da Autoridade do Povo (a Jamahiriya), a conquista da liberdade através da satisfação das necessidades é apenas uma questão de tempo.

Na concepção de Khadafi, este processo de socialização não pode restringir-se ao nível nacional. Necessita-se de uma realidade mais ampla, africana, árabe, islâmica e universal, para que o princípio da liberdade, a partir de um desenvolvimento planejado e orientado à satisfação das necessidades humanas, conte com o apoio de todos os recursos humanos, financeiros e materiais.

As grandes potências, particularmente os Estados Unidos, são conscientes da ameaça que representa para eles essa doutrina, e por essa razão insistem em suas campanhas para desacreditar e eliminar Khadafi. □

## Dos índios ao amigo Khadafi

Arcadio Montiel, índio guajiro da Venezuela

Quando li o "Livro Verde", este me chamou muito a atenção. Em primeiro lugar, porque pertencemos a uma raça onde não olhamos a mulher como ela é vista aqui. Na sociedade a que pertencemos, o eixo fundamental é a mulher. A mulher para nós não é um estorvo, ela é a representação genuína da terra, porque é a que pode procriar, a que pode levar adiante a humanidade. A participação do homem também é importante, mas os estímulos da mulher são mais valiosos. Por isso, usamos nossos sobrenomes com muito orgulho, porque os herdamos de nossa mãe e nossos pais são justamente nossos tios, porque são sangue de nossa mãe.

Por isso, nós dizemos que a terra para nós não é simplesmente a terra que pisamos ou a mercadoria que vendem os *criollos* (mestiços) ou aqueles para quem a terra é fonte de riqueza ou fonte de mercadorias. Para nós, a terra é nossa mãe; o sol é o poderoso elemento do cosmo que nos permite ver uma quantidade de coisas. Para nós, a chuva é que fecunda nossas forças; para o branco, para o mestiço que se ocidentaliza, a terra tem somente um preço mercantil. É por isso que quando falamos

não nos entendem, mesmo aqueles que se dizem democratas ou socialistas, porque o problema não é somente de palavras, mas de atuação.

Os democratas, ou os que fundaram a república, fizeram-no a partir do crime contra nosso povo. A grande maioria das nações indígenas está sob intervenção política e militar. As terras indígenas, tanto na Colômbia, na Venezuela, nos Estados Unidos ou no México, como em qualquer parte do mundo, são mantidas sob controle militar, e nós que falamos outra língua e praticamos outros costumes, temos de fazê-lo sob uma terrível opressão. Dizem que não temos pátria, que não somos uma nação. Eles se atribuem o direito de dizer o que é nação e o que é pátria e quem deve tê-las. Fazem suas próprias leis, que funcionam na base de preconceitos ou sobre a discriminação de nosso povo.

Não criamos um Estado porque isso nunca nos fez falta, porque a terra é pródiga e dá a seus filhos tudo o que eles pedem; e as leis ditadas pelo homem não fazem crescer nem os peixes e nem as plantas e nem tampouco produzem o homem. Eles fazem as leis para vigiar seus próprios interesses. Nós não temos leis porque as nossas são as leis da natureza que permitem que os peixes cresçam, que respiremos o ar. Mas quando falamos isso, os outros riem de nós, porque somos índios, porque somos gente desta terra; riem porque em seus pensamentos cabe só o que lhes foi ensinado no Ocidente, não cabe senão aquilo que pensam e uma coisa do "Livro Verde" preocupou-me muito.

Para nós, a religião não é um instrumento de conquista. Não queremos que ninguém acredite na-



Arcadio Montiel: "O 'Livro Verde' do amigo Khadafi é muito valioso para os índios".

quilo que acreditamos, porque isso foi feito para que somente nós acreditemos. Mas o mestiço, o branco e o europeu, fundamentalmente, querem impor aos demais a religião deles sob todas as formas de dominação, e quando não aceitamos sua religião, dizem que somos pagãos.

Ontem, quando se falava de religião — não tenho nada contra as outras religiões, os outros sim é que têm algo contra a minha — pensava na lei que diz que "há liberdade de culto" em quase todos os países. Nós perguntamos, de quais cultos? Porque ao indígena, quando quer praticar seu culto, chamam-no de feiticeiro, dizem que é *shaman*. Pelo menos na Venezuela as coisas são assim. A religião, fundamentalmente os protestantes e a religião católica, causaram um dano muito grande às nossas comunidades indígenas. A Igreja parece que se organizou e justificou sua presença em todos os momentos históricos. Já existem padres marxistas e que praticam o marxismo e dão suas vidas pelos povos que lutam; isso é muito bom. Também há padres que se identificam muito com os indígenas. Mas dentro do conglomerado universal desse movimento, quantos padres, quantos religiosos estão dispostos a sacrificar suas vidas para servir os povos?

Os evangelistas norte-americanos usam a religião como forma de penetração nas zonas mais ricas dos países da América do Sul e nos territórios indígenas. São religiosos, usam gravata e andam com uma Bíblia debaixo do braço, ensinando a palavra de Deus; mas junto com a palavra de Deus, levam o urânio, o petróleo e tudo o que temos. Eu creio que este é um dos exemplos mais patéticos desse universalismo.

Acho que o projeto do "Livro Verde" do amigo Khadafi é muito valioso e lhe desejamos o maior êxito. Mas é preciso assinalar que ele foi limitado e projetado para uma determinada cultura. Mas se tivermos que pagar por essa projeção universal o

mesmo preço que pagamos pela religião ou pelas políticas democráticas, ou que pagaremos pelo socialismo, esse universalismo seria um tanto perigoso se não se identificar na prática com nossa ação.


Por isso quero que levem esta mensagem para o amigo Khadafi como uma preocupação dos indígenas que foram e estão sendo condenados, mas que têm força moral e histórica para continuar lutando pelos seus direitos.

O mundo não é o mesmo para um indígena, para um branco ou para um ocidentalizado. O mundo para nós tem um grande significado: os homens necessitam dos outros homens, dos animais, das plantas; necessitam das forças do cosmo.

O dia em que o ar acabar, morreremos; o dia em que nos faltar a água, também morreremos. Penso que todas essas leis ditadas a partir da dominação dos brancos sobre outros povos, foram feitas para controlar a força desses homens, para controlar a força e o potencial criador de cada povo. Enquanto se continuar participando através de processos competitivos, isto é, que nos processos políticos, haja um processo de competição, haverá vencedores e vencidos. Enquanto esse sistema existir, nenhum país nem a humanidade poderão conquistar a paz, porque enquanto houver vencidos haverá gente humilhada e enquanto houver vencedores, haverá gente arrogante.

Creio que uma política tem que ser definida como a definiram os indígenas. Para nós, um velho não é somente aquele que tem os cabelos brancos e a pele do rosto enrugada; para nós, um velho é aquele que pratica o pensamento do homem, e os pensamentos não envelhecem. Os pensamentos estão sempre vivos e sempre jovens, porque o pensamento é o mesmo, seja de um jovem ou de um ancião, mas o ancião consegue expressá-lo melhor do que o jovem.

Nós, os índios, fizemos uma rede que serve para dormir e se balançar à vontade, isso é tecnologia. Fizemos um cobertor, fizemos nossas roupas indígenas, mas isso não destrói nada. Fizemos flechas para caçar animais que nos servem de alimento, fizemos muito mais coisas que não destruíam, e se foram usadas para destruir foi porque nos tiraram a terra, nos tiraram o direito à vida e precisávamos fazer valer esse direito assim como também os nossos princípios. E por isso pagamos um preço muito alto, mais alto que o resto da humanidade, e ninguém nos ajuda a protestar pelos milhões de crimes praticados contra os índios, que estão morrendo de fome e sob o impacto das balas. Contudo, continuamos aqui, acho que vai existir índio por um bocado de tempo, porque já não estamos tão sozinhos. E este pensamento do "Livro Verde" nos leva a dizer: "Pelo menos contamos com Khadafi, porque este pensamento nos permite conseguir amigos e aliados". □

The image features two large, faceted diamonds prominently displayed on a dark, reflective surface. The diamond on the left is a brilliant-cut diamond, while the one on the right is a larger, more complex cut. Below them, a vast field of smaller, sparkling diamonds is visible, creating a sense of abundance. The background is dark, making the diamonds stand out.

*Os diamantes  
de Angola  
são mais  
brilhantes*

*Estão agora a serviço do povo  
e da reconstrução nacional*

Companhia de Diamantes de Angola

**“Na CIMANGOLA  
trabalhamos pela  
nossa independência  
econômica e  
pela da África”**



*Desta empresa, uma das maiores do continente, 90% das exportações vão para a Nigéria, Congo, Madagáscar, Gabão e, em breve, para a Líbia.*

**CIMANGOLA - U.E.M.**  
ex-SECIL DO Ultramar

Avenida 4 de Fevereiro nº 42 - 2º andar •  
Tel.: 71190 • Luanda  
Fábrica: Estrada do Cacuoço • Tel.: 71100  
Telex 3142 - CIMENTO AN • C.P. 2532

